



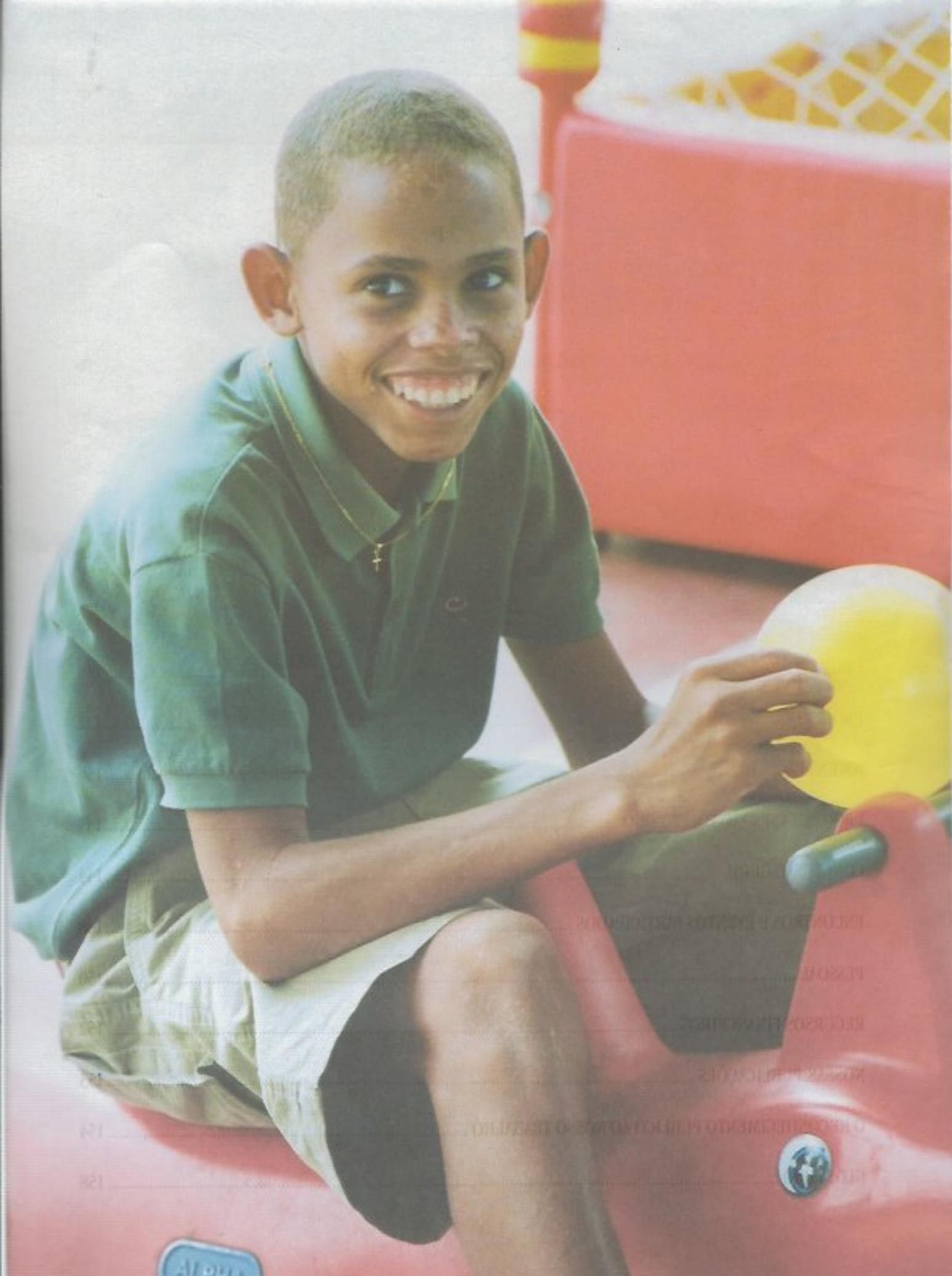
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2002



Feira de Santana - Bahia

ÍNDICE

PRESTANDO CONTAS	01
FUNDAMENTANDO NOSSA AÇÃO E ESTRATÉGIA	06
PROGRAMA DE GÊNERO	10
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL	34
PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	58
PROGRAMA DE APOIO À VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMI-ÁRIDO	90
PROGRAMA DE PROJETOS PRODUTIVOS	108
PROJETO VIDA NOVA	114
PROJETO PROSPERAR	122
JOVENS ESCOLHAS	136
PROGRAMA SERTÃO VOLUNTÁRIO	143
CONCLUSÃO GERAL	144
ENCONTROS E EVENTOS PARTICIPADOS	148
PESSOAL	150
RECURSOS FINANCEIROS	152
NOSSAS PUBLICAÇÕES	153
O RECONHECIMENTO PÚBLICO AO NOSSO TRABALHO	154
GLOSSÁRIO	158



PRESTANDO CONTAS

A pós intenso trabalho de reflexão e síntese, trazemos a público mais um relatório anual de atividades, analisando nosso trabalho em 2002.

Para nós, do MOC, a elaboração do relatório tem vários significados:

- oportunidade de refletir nossa prática, identificar sucessos, reforçar processos e avaliar como corrigir eventuais desvios de rota;
- oportunidade de socializar nossas experiências com outros, ensinando e aprendendo;
- prestar contas a todos aqueles, no Brasil e no exterior, que nos apoiaram e acreditaram na nossa proposta de trabalho.

Além disso queremos, com esse relatório:

- homenagear os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, APAEB's, Movimento de Mulheres, Professores, Agentes Jovens, Monitores, Cooperativas de Crédito, CEAIC e outros grupos que, conosco, numa efetiva parceria, constroem esse trabalho;
- dizer a todos que essas sementes que começam a germinar com nossa intervenção, mostram que é possível um mundo onde as pessoas sejam respeitadas, sem ódio, sem guerra, sem destruição.

Um mundo onde todos sejamos vistos e tratados como gente!

Boa leitura.

NAIDISON DE QUINTELLA BAPTISTA

Secretário Executivo

APRESENTAÇÃO

FUNDAMENTANDO NOSSA AÇÃO E ESTRATÉGIA

O MOC vem, a cada dia que passa, assumindo a dimensão de entidade de formação. Diminui, assim, a estratégia de uma entidade que faz as coisas acontecerem a partir pura e simplesmente de sua própria intervenção e cresce aquela outra de uma entidade que ajuda a intervenção, na medida em que forma as pessoas e grupos para definirem, planejarem e monitorarem sua política e suas estratégias de ação.

Isso significa, de modo concreto, uma perspectiva de trabalhar com as pessoas, entidades e grupos, apostando em incentivar a autonomia, a efetiva parceria, a capacidade própria dos grupos de assumir sua história e fazer acontecer as coisas, na linha definida coletivamente.

É assim que:

- a) em vez de trabalhar diretamente com as crianças e possuir escolas dirigidas e gerenciadas pelo próprio MOC, nos dirigimos aos professores e professoras, incentivando seu potencial de inteligência e sua capacidade de mudar a escola, tornando-a mais adequada à realidade do semi-árido e mais respeitadora do mundo rural;
- b) em vez de agir diretamente com as comunidades rurais na linha da assistência técnica, optamos por fazer parcerias com os sindicatos e entidades do movimento para buscar em comum os recursos da assistência técnica e definir em comum o plano de trabalho, construindo uma proposta pedagógica e técnica de assistência técnica adequada ao semi-árido;
- c) em vez de agir diretamente com as comunidades em torno aos vários temas como gênero, segurança alimentar, captação de água para consumo humano, etc, optamos sempre por agir através e com os grupos de base. São eles que aparecem, efetivamente, através das ações feitas. Assim, se fortalecem.

Esta estratégia, naturalmente supõe alguns princípios básicos:

- acreditamos na capacidade dos grupos de, gradativamente, assumirem os trabalhos comunitários e, assim, serem os reais e protagonistas de sua própria história;
- queremos investir na formação e capacitação dos grupos para que, em vez de estarem sempre a receber o que nós e outros poderemos estar fazendo para eles, possam assumir sua caminhada e sua história, na interrelação com outras pessoas e grupos e, deste modo, construam sua história;
- avaliamos que, para isso, é fundamental a formação das pessoas e grupos, não num processo pedagógico entendido como simples transmissão de conteúdos, mas daquele que proporciona às pessoas e grupos a oportunidade de refletir suas práticas à luz dos

princípios e propostas que assumem para a vida, analisando se estas mesmas práticas estão ou não direcionadas para a consecução dos objetivos de vida que assumiram. Esta formação na ação gera autonomia, produz conhecimento, interfere efetivamente na realidade para modificá-la, de acordo com o projeto político por cada grupo/pessoa desenhado.

É esta proposta pedagógica de ação que o MOC vem assumindo gradativamente com todos os grupos com que trabalha e que se encontra consubstanciada nas várias *situações finais* que estabelecem o norte de nossa caminhada e aquela dos grupos que conosco interagem e as *situações iniciais* como sendo os pontos de partida nosso e dos grupos.

O que são mesmo estas situações finais?

São nortes de ação para os quais queremos nos dirigir e para onde devem confluir a ação formadora do MOC e as ações dos grupos. Estes nortes são determinados a partir de "negociações" efetuadas entre o MOC e estes mesmos grupos, em base à *situação inicial* em que os mesmos se encontram e por todos diagnosticada. É este acordo que determina nossos objetivos, nossas estratégias e nossas ações.

Em determinadas circunstâncias, essas situações podem parecer muito operacionais ou demasiadamente simples. Traduzem, no entanto, a realidade de vida das instituições e grupos com que trabalhamos e os horizontes que, no momento, avaliam ser possível construir.

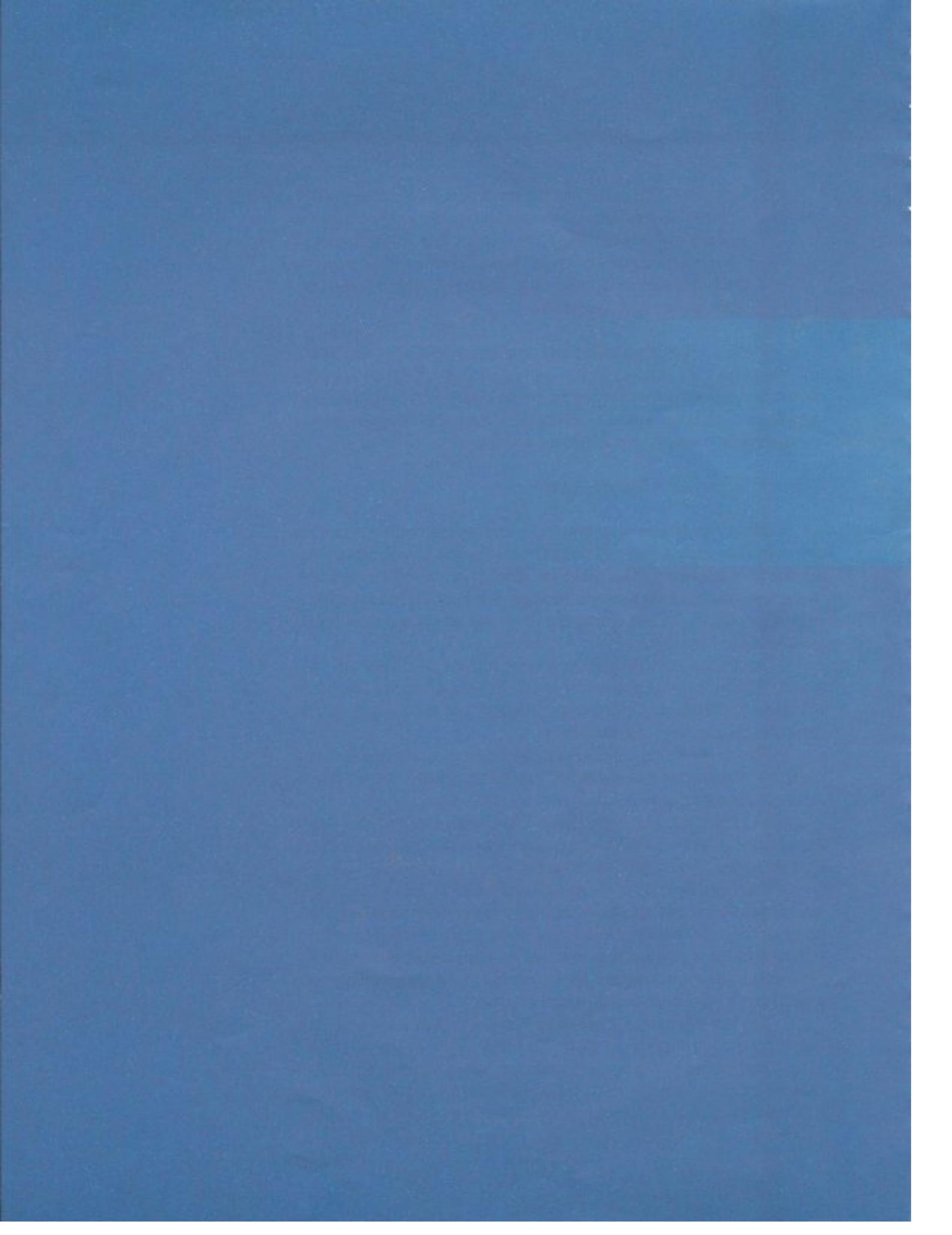
Trata-se, assim, de um planejamento dentro de parâmetros de viabilidade, que expressa com governabilidade e os pés na realidade, o horizonte de mudança e transformação assumido por cada um.

Em outras palavras, as situações iniciais significam o perfil de entrada dos variados grupos e a situação final, o que esperamos ter construído em comum, ao final de um determinado tempo.

Fazer este desenho com os grupos, com certeza, tornou nossa ação mais democrática, mais partilhada, mais terra a terra e enraizada na realidade. Este não foi um exercício simples, desde que implicou e implica no desenvolvimento de uma capacidade de leitura da realidade em dimensões que vão desde aquela mais ampla, àquela mais específica e concreta, do miúdo onde cada grupo vive, interrelacionando-o com o macro.

Esta tem sido nossa busca e nossa tentativa nos últimos anos e este é o pano de fundo do relatório que agora apresentamos.

Justamente por esta razão deixamos de apresentar uma longa contextualização da ação. De um lado ela está feita em vários documentos do MOC e, por outro, está consubstanciada nos vários momentos finais e iniciais do relato de cada programa.



1. INTRODUÇÃO

O Programa de Gênero, desde o início, tem perseguido a possibilidade da existência autônoma das pessoas, em especial das mulheres, onde estas se vissem como sujeitos.

Essa proposta política tem sido norteadora do nosso trabalho e, por natureza, uma experiência complexa e que requer constantes revisões, readaptações, incorporações e, por vezes, mudanças radicais. Nos últimos anos, o Programa de Gênero tem buscado aprimorar seu viés político pedagógico numa linha formativa e de monitoramento que proporcione aos grupos tomarem e darem mais conta de suas lutas. Pouco a pouco temos vivido a experiência de incentivar, estimular e contribuir para que o outro e a outra possam ser sujeitos desse fazer. O que segue, é o nosso esforço de traduzir o que concretamente fizemos ao longo desse ano.

Em 2002, optamos por acentuar o recorte político pedagógico que vimos trabalhando nos últimos anos, dando ênfase a dois aspectos distintos e complementares, quais sejam:

- a) O fortalecimento dos grupos organizados de mulheres para garantir sua auto-representação de forma autônoma e articulada a um projeto político estratégico,;
- b) O de imprimir um novo olhar e sensibilidade às ações dos diferentes projetos e programas institucionais buscando na prática concretizar o discurso de equidade nas relações humanas.

Esse ano nosso planejamento tomou como norte de atuação o diagnóstico do contexto atual e a projeção futura, a seguir nomeados respectivamente de situação inicial e situação final e, a partir dessa matriz, a construção de uma proposta de ação estratégica. Essa nova perspectiva seguramente requer aperfeiçoamentos, porém já é possível identificar alguns frutos desse recente processo metodológico.

De antemão, faz-se necessário destacar que esse processo pedagógico pressupôs um intenso diálogo com os grupos e entidades envolvidas, na constituição de um compromisso em direção à situação final.

Como as situações finais e resultados propostos foram pensados para o período de realização de 2002 a 2004, não apresentamos nesse documento processos acabados, mas situações intermediárias que possam nos mostrar em que medida, estamos ou não, caminhando para a concretização dos resultados esperados.

2. AÇÕES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES REALIZADAS

A seguir serão descritas, de forma breve, o conjunto de ações e atividades estratégicas desenvolvidas ao longo de 2002. Destaque-se que o papel específico do MOC sempre se situa no campo da assessoria e capacitação.

NOSSA AÇÃO
FORMADORA
RELATADA POR
PROGRAMAS

2.1. RESULTADO 01: Sistema de produção rural familiar, particularmente o agrícola, fortalecido e valorizado

2.1.1. Sobre a participação no Cooperativismo de Crédito

a) Situação Final:

- Coordenadoras Municipais do MMTR da Região Feira e Sisal¹ sensibilizadas para a importância da participação no Cooperativismo de Crédito Rural.
- Coordenadoras Municipais do MMTR da Região Feira e Sisal capacitadas para multiplicar junto aos grupos de base a importância do Cooperativismo de Crédito Rural, incentivando a participação nas cooperativas.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Curso regional s/participação e interferência no cooperativismo de crédito	03	03	00	120

c) Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR²:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Reuniões c/ grupos de mulheres s/cooperativismo de crédito rural	00	11	11	270
Oficina regional c/entidades municipais que atuam com crédito rural	00	03	03	30
Reuniões c/Conselhos de Administração das Cooperativas de Crédito	00	02	02	12

d) Resultados alcançados:

A participação das mulheres nas cooperativas da área do MMTR era mínima e somente uma das cooperativas possuía mulheres na sua direção.

No rumo de conseguir a situação final, além dos desdobramentos dos cursos e oficinas, foram realizados pelo MMTR dos 10 municípios as seguintes atividades:

¹ O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região de Feira e Sisal é composto pelos municípios de Araci, Conceição do Coité, Retiroândia, Riachão do Jacuipé, Santa Bárbara, Santa Luz, Santo Estevão, Serrinha, Teófilândia e Valente.



- Levantamentos do número de sócias e projetos contratados por mulheres;

Constatam-se, além disso, os seguintes resultados:

- O aumento de mulheres (média de 10 por município) que acessaram as cooperativas para ter mais informações das condições de participação, especialmente nos municípios de Santa Luz e Valente;
- Indicação de representantes do MMTR de Araci e Teofilândia para integrar o conselho fiscal e colaborador do Sicoob-Araci;
- Em 40% dos municípios de atuação do MMTR houve a transferência de contas correntes e poupanças das mulheres de bancos privados para as cooperativas.

2.1.2. Sobre a participação nas Comissões Municipais e/ou Comunitárias de Água

a) Situação Final:

- 04 representantes do MMTR (01 por município) com assento nas Comissões Municipais de Água de Araci, Retirolândia, Santa Bárbara e Serinha formulam, apresentam e negociam ações em atenção às mulheres rurais.
- 04 representantes do MMTR (01 por município) formulam, apresentam e monitoram a execução de propostas de interesse das mulheres rurais nas Comissões Municipais de Água dos municípios acima citados.
- 03 representantes do MMTR não oficializados (01 por município) de Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e Santa Luz monitoram as discussões e encaminhamentos das Comissões Municipais de Água.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Seminário Regional s/ Políticas Públicas de Recursos Hídricos, participação e intervenção nas Comissões Municipais de Água.	01	01	00	25
Apoio ao MMTR p/ participar e intervir nas Comissões Municipais de Água	08	17	09	25

c) Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Reunião do MMTR e grupos de mulheres s/ água	00	11	11	130

d) Resultados alcançados:

A falta de água potável para consumo humano é um dos grandes problemas na região, de modo especial nos períodos de estiagem. Reconhece-se que as mulheres são as mais afetadas, por conta da sua relação direta com as atividades de manutenção e abastecimento diário de água para a casa. O MMTR, porém, não participava destes debates. Para estimular a participação e interferência política dos grupos de mulheres nesta questão, foi realizado um seminário regional para aprofundar essa discussão e levantar quais eram as possibilidades de interferência do MMTR nos programas e projetos que tivessem como foco de atenção uma política alternativa de abastecimento de água potável para as famílias rurais.

Os resultados rumo à situação final são os seguintes:

- A representação do MMTR nas Comissões Municipais de Água de Retirolândia, Santa Bárbara, Serrinha e Teofilândia. Estas lideranças participam ativamente de todas as etapas desenvolvidas por esta instância, ou seja, na seleção das comunidades e famílias a serem beneficiadas, na aplicação do marco 0, na coleta de assinaturas para os documentos de reivindicação, nas comissões de negociação da contra parte local junto ao poder público, supervisão e monitoramento das atividades e ações do projeto, discussões junto às mulheres da co-responsabilidade destas no processo de implementação do projeto, etc.;
- No município de Santa Bárbara, o MMTR além de ter representação na Comissão Municipal e Comissões Comunitárias é quem conduz, na qualidade de Unidade Executora, o Programa Um Milhão de Cisternas;
- Nos municípios de Araci, Conceição do Coité e Santa Luz o MMTR acompanha o desenvolvimento do processo de construção de cisternas nas comunidades, mesmo não tendo representação na Comissão Municipal.
- Foram identificadas no município de Conceição do Coité duas mulheres pedreiras para participarem dos cursos de capacitação de pedreiros na tecnologia de construção de cisternas de placas. Após está

capacitação essas pedreiras serão incorporadas ao grupo de profissionais capacitados para a construção de cisternas nos municípios de abrangência do projeto.

- Os homens passaram, sob influência das mulheres, a ter presença nos cursos de gerenciamento e tratamento da água.

2.1.3. Sobre a organização de grupos de produção

a) Situação Final:

- Grupo de artesãs com aumento em sua renda a partir da potencialização de suas habilidades para a gestão de seu empreendimento.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Reunião de sensibilização e articulação das mulheres artesãs.	04	06	02	30
Seminário sobre comercialização da produção rural.	01	01	00	40
Visita de intercâmbio a experiências de comercialização nos estados de Minas Gerais e Santa Catarina.	01	01	00	15

c) Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Participação em Feiras locais e nacionais para exposição e comercialização dos produtos	00	02	02	180
Participação em oficinas preparatórias da III FENNEART ³	00	02	02	05

d) Resultados alcançados:

Uma das grandes preocupações do MMTR tem sido a discussão sobre geração de renda para as mulheres. Apesar de diversas tentativas, os resultados concretos nessa perspectiva têm sido pouco animadores. Entretanto, a partir do convite da Casa da Mulher do Nordeste⁴ para articulação de grupos de produção para participarem na III Feira Nacional de Negócios Artesanais surgiu a possibilidade de juntar alguns grupos de mulheres que já tivessem uma experiência mínima com algum tipo de produção não agrícola.

³ Feira Nacional de Negócios do Artesanato.

⁴ ONG situada em Recife no Estado de Pernambuco que trabalha com micro crédito para mulheres.

Essa oportunidade possibilitou a identificação de 06 grupos de produção, formados exclusivamente de mulheres, que tinham interesse em participar das oficinas preparatórias para a FENNEART. Após a realização dessa Feira e por conta do entusiasmo e possibilidades que esta atividade despertou nestes grupos, resolvemos apoiar a construção de um fórum de discussão chamado de Rede de Produtoras da Bahia.

Como frutos desse apoio podemos destacar:

- Formação de uma articulação com representação dos grupos para a construção da Rede de Produtoras da Bahia;
- A identificação e incorporação de mais 04 grupos à nascente Rede de Produtoras;
- A participação dos grupos em feiras locais, regionais e eventos promovidos por entidades e instituições para exposição e venda de produtos;
- Audiências com a Secretaria de Desenvolvimento do município de Feira de Santana para discussão e negociação de um ponto permanente de vendas.

Outros resultados:

- Contribuição dos maridos no transporte das mercadorias e equipamentos necessários para participação nas feiras e eventos;
- A distribuição de responsabilidades entre companheiros e familiares no cuidado com as crianças e atribuições domésticas para que as mulheres possam participar integralmente das atividades;
- O aumento da auto-estima dos grupos.

2.1.4. Sobre a transversalidade

a) Situação Final:

Na assistência técnica e extensão rural

- Técnicos e técnicas agrícolas e dirigentes das entidades parceiras de ATER com metodologias de trabalho e novas práticas de promoção e equidade de gênero, desenvolvidas e implantadas a partir das informações do Marco 0, onde se diagnostica as práticas de gênero das famílias e comunidades.



Na Educação Básica

- Equipe de assessoria do projeto CAT⁵ assessorada para promover discussões, elaborar novas estratégias pedagógicas e monitorar junto aos coordenadores de professores, coordenadores de monitores e multiplicadores de mala de leitura as questões de gênero, com especial atenção para a introdução de novas práticas culturais nestes setores;
- Educadores leitores sensibilizados para valorizar e inserir em suas atividades de Mala de Leitura⁶ a dimensão de gênero.
- Monitores da Jornada Ampliada⁷ sensibilizados para trabalhar novas práticas pedagógicas de valorização e inserção da dimensão de gênero nas suas atividades junto às crianças do PETI⁸

Na comunicação Social

- Locutores/as das rádios comunitárias de Araci, Retirolândia e Santa Luz, programas de rádio das entidades sindicais de Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Retirolândia, Quinjingue, Santa Luz e Valente e entidades comunitárias (APAEB/SH⁹, CEAIC¹⁰, Fórum da Cidadania¹¹) sensibilizados quanto à problemática da mulher e veiculando uma imagem positiva e valorizada da mulher.

b) Atividades Específicas do MOC:

Na Assistência Técnica e Extensão Rural

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Encontro de monitoramento do PROSPERAR ¹²	05	05	00	50

⁵ Projeto desenvolvido pelo Programa de Educação Básica do MOC em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana e Prefeituras Municipais que tem por princípio pedagógico e metodológico Conhecer Analisar e Transformar a realidade rural.

⁶ Projeto desenvolvido pelo Programa de Educação Básica do MOC que visa contribuir e ampliar a qualidade da escola rural através da inserção sistemática de processos de leitura prazerosa e crítica, com professores, monitores e alunos dos municípios envolvidos no PETI.

⁷ Atividades complementares à escola nas quais se desenvolvem atividades lúdicas, artísticas e de reforço escolar. Destinam-se às crianças integrantes do PETI que, deste modo, passam a ter acesso a oito horas de escola/dia.

⁸ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

⁹ Associação dos Pequenos Agricultores de Serrinha.

¹⁰ Centro de apoio aos Interesses comunitários de Santa Luz.

¹¹ Espaço de articulação da organizado pelas entidades da sociedade civil do município de Valente para para interferências e monitoramento das políticas públicas locais.

¹² Convênio entre o MOC e a Secretaria do Trabalho e Ação Social para implementação de um processo de assistência técnica sistemática, capacitação e crédito a famílias do PETI.

Na Educação Básica

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Reunião técnica p/ elaboração das capacitações e monitoramento do CAT	04	04	00	10
Encontro de capacitação p/ elaboração do planejamento pedagógico na perspectiva de gênero	01	00	00	40
Reunião técnica p/ elaboração das capacitações e monitoramento da Jornada Ampliada	04	05	01	06
Oficina de capacitação modular dos monitores da Jornada Ampliada	12	07	00	515

Na Comunicação Social

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Reunião técnica p/ elaboração da capacitação e monitoramento dos/as locutores/as de rádio.	04	05	01	05
Laboratório de rádio e gênero para locutores/as das rádios comunitárias e programas das entidades sindicais.	01	01	00	30
Encontro de monitoramento com os/as locutores/as das rádios comunitárias e programas das entidades sindicais.	01	01	00	30

c) Resultados alcançados:

Na assistência técnica e extensão rural:

Esse ano, optamos por trabalhar junto aos técnicos agrícolas no sentido de dar concretude ao discurso de gênero através da análise e reflexão das informações do Marco 0 e de como estas poderiam contribuir para mudarmos as práticas destes na Assistência Técnica que realizariam junto as famílias. Nesse sentido, foram realizados os chamados monitoramentos do trabalho dos técnicos e dirigentes das entidades parceiras de Assistência Técnica.

Nesses momentos, foram discutidos detidamente os resultados desse diagnóstico feitos a partir da aplicação do Marco 0 e foram traçadas diferentes estratégias para garantir que as mulheres fossem consideradas nos processos de assistência técnica desenvolvidas junto às famílias.

Como resultado, tivemos:

- A inserção da questão de gênero em 40% das capacitações realizadas pelos técnicos;

- A apresentação de experiências de empreendimentos gerenciados por mulheres do município de Conceição do Coité e Santa Luz às famílias de outros municípios;
- O estímulo à participação das mulheres nos eventos de capacitação através de convites específicos às mesmas;
- Maior atenção à voz das mulheres quanto aos horários que possibilitassem sua participação nas visitas e nos momentos de capacitação realizados, dando-se especial atenção ao planejamento da propriedade com a participação ativa de toda família.
- Incentivo ao surgimento e o fortalecimento de grupos produtivos de mulheres (pequenos negócios não agrícolas).

Na Educação Básica

Aqui a nossa contribuição se deu na preparação das capacitações junto às técnicas do Programa de Educação Básica nos seus três sub-programas.

A inserção da temática no primeiro encontro de capacitação para elaboração do planejamento pedagógico tem garantido a manutenção da transversalidade de gênero nas atividades projetadas pelos coordenadores e professores para o ano letivo.

O monitoramento por sua vez, se deu também junto às técnicas do Programa que conseguiram incorporar no seu dia-a-dia um olhar em atenção às questões de gênero aproveitando para dimensionar nas demais temáticas trabalhadas a importância da mulher na comunidade, na família, a sua contribuição no desenvolvimento de atividades produtivas remuneradas e não remuneradas, a construção de novas práticas familiares que equilibrem as relações entre homens e mulheres, meninos e meninas.

Foi incorporado esse ano, capacitação direta com a equipe de assessoria do CAT (MOC/UEFS¹⁵) para que as professoras da UEFS e os estagiários pudessem ter subsídios e inserissem essa dimensão das oficinas que tratam das disciplinas do currículo básico (história, geografia, ciências, matemática, etc.).

A identificação e aquisição de material didático e sua utilização pelos coordenadores de professores e professores do CAT, Jornada Ampliada tem possibilitado que estes possam planejar suas atividades com maior facilidade a partir de coisas simples e concretas como a utilização de datas comemorativas (08 e Março, 25 de julho, etc), jogos que respeitam a dimensão de gênero, textos básicos para utilização em suas atividades de sala de aula entre outros.

Concretamente identificamos os seguintes resultados:

- Inserção da temática de relações de gênero mais igualitárias nas fi-

¹⁵ Universidade Estadual de Feira de Santana.

chas pedagógicas produzidas pelos professores e utilizadas em sala de aula com as crianças;

- Textos produzidos pelas crianças destacando a importância da mulher e reconhecendo o seu trabalho na unidade produtiva familiar e na comunidade local;

- Utilização de datas comemorativas como 08 de Março, Dia do Agricultor/Agricultora, Marcha das Margaridas para contar a história da participação das mulheres na vida política da comunidade;

- Em Santa Luz e Valente à volta das mães às salas de aula, incentivadas pelos professores e filhos;

- A presença e participação dos pais nas atividades escolares antes considerada de responsabilidade exclusiva das mães;

- Destaque para a contribuição da mulher no semi-árido a partir da solicitação, pelos monitores, de pesquisa sobre a água potável, às crianças;

- Maior atenção às relações de gênero, estabelecidas nas escolas nos relatos das visitas as escolas realizadas pelos estagiários do projeto.

- Inserção da questão de gênero em 20% das oficinas de conteúdo do currículo básico realizadas pelos os professores e os estagiários da UEFS.

Na Comunicação Social

A partir de um seminário onde se discutiu a questão de gênero, a imagem da mulher que é veiculada nos Meios de Comunicação e a possibilidade de se trabalhar outras imagens, na linha de gênero, constatou-se que:



- os comunicadores sociais (municípios Araci, Retiro-lândia e Santa Luz) e programas de rádio das entidades sindicais de Araci, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Retiro-lândia, Quijingue, Santa Luz, e Valente passam a inserir nas suas programações campanhas que discutem a violência contra a mulher, saúde e direitos das mulheres, direitos reprodutivos, entre outras.
- Dão mais voz ao MMTR de seus municípios e realizam coberturas sistemáticas dos eventos promovidos pelos grupos de mulheres.
- São mais cuidadosos com as músicas que são veiculadas em suas programações; na rádio comunitária de Santa Luz, as músicas que trazem conteúdos de discriminação ou desvalorização da mulher são avaliadas e vetadas depois da veiculação de notas explicativas dos motivos das restrições. Já as demais rádios optaram pela veiculação acompanhada de vinhetas educativas.

Outros resultados interessantes:

- A participação de uma das locutoras da rádio comunitária de Retiro-lândia no Concurso Cyberela promovido pelo CEMINA¹⁴ como continuidade do projeto de promoção da inclusão digital iniciado o ano passado e que possibilitou a realização de um Laboratório de Rádio e Internet para comunicadores sociais da região através da parceria MOC, UEFS e APAEV Valente. Este concurso selecionou treze participantes da Rede de Mulheres no Rádio entre elas a representante da região sisaleira. A premiação foi um computador equipado para edição digital de áudio, seis meses de conexão banda larga e capacitação para utilização desses recursos. Com esses recursos foi instalado o Cyberela Studio que está produzindo e possibilitando a gravação de vinhetas, campanhas, rádios novelas que são distribuídos às rádios comunitárias e programas das entidades sindicais e comunitárias mediante solicitação e custo do CD. Todo o material produzido busca promover o direito das mulheres.
- Ainda na Rádio Comunitária - Arcos FM de Retiro-lândia vem sendo realizado um programa específico Chamado Espaço Mulher.

2.2. RESULTADO 02: Sociedade civil participa, de forma efetiva, na formulação de políticas de interesse social.

¹⁴ Comunicação, Educação e Informação em Gênero – Organização Não Governamental do Rio de Janeiro que há mais de dez anos assessora e capacita em rádio e gênero.

¹⁵ Grupo de jovens que foram identificadas pelo MMTR de cada município e passaram por um processo de sensibilização para atuação junto aos grupos organizados de mulheres em 2001.

2.2.1. Formação de jovens lideranças (1ª. Fase)¹⁵ para interferência e utilização dos espaços públicos de participação sistemática.

a) Situação Final:

- 32 jovens lideranças (1ª. Fase), 10 representantes do MMTR e 04 monitoras da equipe de gênero capacitadas e monitoradas para ampliar e multiplicar junto ao MMTR da região de Feira e Sisal, temáticas relacionadas à promoção, conquista e defesa de direitos e cidadania; participação social e democrática.
- Dos 10 municípios de atuação do MMTR da região de Feira e Sisal 50% destes (Araci, Retirolândia, Santa Bárbara, Serrinha e Teofilândia) interferem no orçamento público municipal elaborando e apresentando propostas de políticas públicas.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Seminário regional com jovens lideranças (1ª. Fase) e MMTR s/ cidadania e políticas públicas	01	01	00	30
Seminário regional sobre PPA ¹⁶ , LDO ¹⁷ , LOA ¹⁸ e LRF ¹⁹ .	01	00	00	00
Dia de estudo municipal p/ levantamento e sistematização de demandas de políticas públicas	10	10	00	150
Dia de estudo municipal p/ apresentação de políticas públicas	10	08	00	90

c) Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Solicitação do PPA, LDO e LOA à Câmara de Vereadores	00	10	00	120
Dia de estudo municipal p/ levantamento e sistematização de demandas de políticas públicas	10	10	00	150
Dia de estudo municipal p/ apresentação de políticas públicas	10	08	00	90
Dias de estudo comunitários para estudo do orçamento municipal	00	10	10	300

d) Resultados alcançados:

Na busca de identificar temáticas e espaços onde as jovens lideranças pudessem melhor se integrar ao trabalho do MMTR, constatou-se que uma possível contribuição se situava no campo das políticas públicas através do PPA, LDO e LOA, ou seja, no levantamento, proposição e negociação de demandas nos municípios em atenção às necessidades das mulheres rurais. Assim, acordou-se que essa poderia ser uma das linhas de atuação do MMTR que ficaria sob a responsabilidade das novas lideranças (1ª Fase).

Em parceria com o Sub-programa de Conselhos, priorizamos então a capacitação dessas jovens lideranças para que começassem a se inteirar desse universo e, no ano seguinte, pudessem atuar no processo de proposição e monitoramento do PPA, LDO, LOA. Todo o processo de capacitação teve, por princípio, a manutenção das mesmas pessoas nas atividades propostas e no desenvolvimento de tarefas nos municípios que eram monitoradas na atividade seguinte.

Apontamos como resultados iniciais desse processo:

- A participação de 30 jovens lideranças nas atividades formativas e de monitoramento;
- A aquisição do PPA, LDO e LOA de todos os 10 municípios onde as jovens lideranças atuam;
- A realização de 20 dias de estudos municipais (02 por município) e 10 comunitários (01 por município) coordenados pelas jovens lideranças com destaque para o município de Teofilândia onde houve a participação de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas de Crédito Rural, Grupo Gestor, Agentes de Famílias, Associações Comunitárias, Igreja Católica e Parlamentares Municipais;
- Propostas apresentadas via parlamentares na Câmara de Vereadores, exemplo ocorrido nos municípios de Conceição do Coité, Retirolândia e Santa Luz;
- Participação de uma Jovem Liderança na Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável realizada em Salvador, que contou com a participação de representantes da Sociedade Civil da região de Feira e Sisal garantindo a apresentação de propostas de alteração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável por parte do MMTR, inclusive com a aprovação de proposta de acesso das mulheres rurais ao crédito;
- Participação regular das jovens nas reuniões de planejamento e monitoramento das Coordenações Municipais/Secretarias de Mulheres, inclusive na condição de membro efetivo.

2.2.2. Formação de jovens lideranças (2ª. Fase)²⁰ para integrar e fortalecer o MMTR

a) Situação Final:

- 30 jovens lideranças (2ª. Fase) dos municípios de atuação do MMTR de Feira e Sisal (em média 03 por município) capacitadas, monitoradas e com habilidades para planejar e executar atividades político-educativas baseadas em princípios teóricos metodológicos de dimensão de gênero junto ao MMTR.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Curso regional I módulo – Identidade e auto-estima	01	01	00	40
Curso regional II módulo – Relações sociais de gênero	01	01	00	40
Curso regional III módulo – História e organização do MMTR	01	01	00	40

c) Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Reuniões com coordenações municipais do MMTR para definir comunidades de atuação e planejar multiplicações	00	20	20	120
Apoio a eventos municipais de multiplicação	10	36	26	400

d) Resultados alcançados:

Aqui o processo manteve-se o mesmo, visto os resultados que havíamos conseguido o ano passado com a primeira turma de jovens lideranças. Esse novo grupo tinha como propósito trabalhar com os grupos de base nas comunidades e estarem aptas a planejar e executar atividades político-educativas do MMTR local.

Apesar de inicialmente lento, o grupo deslanchou e conseguiu dar conta das atividades de desdobramento propostas que se constituíram na formação de grupos comunitários permanente de discussão e multiplicação das temáticas trabalhadas.

²⁰ Jovens identificadas pelas Coordenações Municipais/ Secretarias de Mulheres esse ano.

Como resultado tem-se:

- A participação de 40 novas jovens lideranças em todas as atividades de formação;
- Em todos os municípios foram constituídos grupos de trabalho que variam de 30 a 45 pessoas, numa média de 03 comunidades diferentes por município que passaram pelas três etapas de multiplicação planejadas e coordenadas pelas jovens educadoras;
- Aumento médio de 3 pessoas dos grupos comunitários nas reuniões ordinárias das Coordenações Municipais/Secretárias de Mulheres;
- A indicações de jovens lideranças para representar o MMTR em projetos e ou entidades, tais como o Projeto Comunicação Juvenil²¹, CEAIC e Fórum da Sociedade Civil do município de Santa Luz.

2.2.3. Apoio a mobilizações, manifestações e lutas específicas do MMTR

a) Situação Final:

- MMTR da região de Feira e Sisal participando e/ou promovendo de forma articulada com seu projeto político campanhas, mobilizações, manifestações e lutas específicas de caráter local, regional, estadual e nacional tais como 08 de Março²², 25 de julho²³, 07 de setembro²⁴, Campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, etc.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Apoio a mobilizações locais, regionais e nacionais.	10	11	01	500

c) Resultados alcançados:

As atividades de mobilização sempre foram para o MMTR ponto importante da sua atuação. Esse ano, estas atividades deram-se de forma mais localizada já que o MMTR avaliava a necessidade de fortalecer a atuação municipal, em especial, dos grupos que resolveram pela constituição de sua identidade jurídica.

²¹ Projeto implementado pelo MOC e financiado pelo Instituto Credicard de estímulo ao protagonismo juvenil

²² Dia Internacional da Mulher.

²³ Dia do Agricultor/Agricultura.

²⁴ Grito dos Excluídos e Excluídas.

Destacam-se como resultados na perspectiva da situação final:

- Realização em Retiroândia da Semana da Mulher com discussões nas comunidades sobre a luta das mulheres;
- Seminário de sensibilização e discussão da situação de violência contra a mulher no município de Conceição do Coité com indicação para realização de uma campanha em defesa da instalação da Delegacia Especial de Atendimento a Mulher;
- Seminários sobre Campanha Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento nas comunidades de atuação do MMTR no município de Santa Bárbara;
- Realização em Santo Estevão de Seminário sobre a Participação da Mulher na Agricultura Familiar;
- Em Araci a realização da assembléia de fundação do MMTR;
- Participação de representantes do MMTR dos 10 municípios nas mobilizações promovidas pela Sociedade Civil Local nas manifestações do Grito da Terra.

2.2.4. Apoio à participação no PETI

a) Situação Final:

- Em 40% dos municípios de atuação do MMTR e PETI as representantes do movimento de mulheres rurais participam das reuniões do Grupo Gestor apresentando sugestões, avaliando o programa e acompanhando as decisões e encaminhamentos;
- O MMTR da região de Feira e Sisal acompanha o funcionamento do PETI e promove discussões sobre o programa com os grupos de base de mulheres.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Seminário regional p/ traçar intervenção do MMTR no PETI	01	03	02	90
Dia de estudo coordenação municipal p/ planejamento e monitoramento da participação do MMTR no PETI	16	16	00	96

c) Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Dia de estudo comunitário c/ famílias sobre o PETI	00	21	21	420
Reunião do MMTR c/ Grupo Gestor do PETI	00	05	05	29
Participação nas reuniões do Fórum Regional da Sociedade Golf ²⁵	00	03	03	02

d) Resultados alcançados:

Buscando articular e manter um monitoramento mais sistemático do MMTR junto ao PETI, o Programa de Gênero e o Sub-programa do PETI realizaram atividades que centraram-se em atualizar as lideranças do MMTR na estrutura e funcionamento atual do programa. A partir dessas informações e da realidade do programa em cada município e no nível regional, foram levantadas quais as possibilidades reais e espaços de interferência mais sistemática do MMTR de cada município.

Resultados mais importantes têm sido:

- O aumento da participação das famílias nas atividades do programa realizadas pelos Agentes de Família;
- A participação do Grupo Gestor, articulada pelo MMTR, nas reuniões comunitárias de monitoramento do programa;
- O monitoramento do pagamento da bolsa às mães, da qualidade das Jornadas Ampliadas e da alimentação oferecida às crianças;
- Esclarecimentos em relação ao funcionamento do programa para grupos de mães;
- Em Araci, onde havia o atraso de cinco meses no pagamento da bolsa para as famílias e oito meses no pagamento do Programa Agente Jovem, a precariedade das instalações físicas para o funcionamento da Jornada Ampliada, o MMTR articulou junto a APAEB, Cooperjovem²⁶, representantes do projeto Comunicação Juvenil, Agentes de Família, Pólo sindical do Sisal e Fórum da Sociedade Civil um seminário com cerca de 1000 pessoas para discutir e propor soluções para as dificuldades colocadas. Foi elaborado um documento contendo as reivindicações e proposições resultantes desse seminário e pouco depois da entrega e negociação desse documento foram regularizadas 2/3 dos problemas apresentados;

²⁵ Espaço constituído pelas organizações da sociedade civil para monitoramento no nível regional do PETI.

²⁶ Cooperativa de Jovens Empreendedores.

- A articulação do MMTR com Grupo Gestor e Agentes de Famílias para realizar/promover atividades relacionadas ao programa.
- No nível regional foram escolhidas duas representantes para fazerem parte do Fórum da Sociedade Civil.
- Em 08 municípios de atuação do MMTR de Feira e Sisal foram designadas representantes do MMTR para participarem das reuniões do Grupo Gestor e Agentes de Família, os MMTR's.

2.3. Estímulo à utilização de espaços nas rádios comunitárias

a) Situação Final:

- MMTR da região de Feira e Sisal utilizando espaços nas rádios comunitárias locais e programas de rádios dos STR's²⁷ para divulgar e debater suas ações e conquistas.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Oficina regional para montagem de programas de rádios do MMTR	01	01	00	30

c) Resultados alcançados:

Se por um lado, uma das carências do MMTR tem sido justamente o de tornar público suas conquistas e dar maior visibilidade as suas lutas, por outro um dos instrumentos de comunicação de maior acesso dos grupos e entidades locais tem sido as rádios comunitárias.

Percebendo esse instrumento como uma das possibilidades de ampliação de sua ação político educativa e um dos espaços de inserção de lideranças mais jovens do MMTR é que foi realizada uma oficina regional que ofereceu informações básicas sobre comunicação radiofônica e proporcionou às lideranças que já participam de programas de rádio e as que foram convidadas a ocupar esse espaço o mínimo de conhecimentos nessa área. Essa oficina contou com a participação de 30 representantes do MMTR dos 10 municípios, e algumas delas já participam de programas de rádio de outras entidades.

A expectativa é que a partir dessa capacitação inicial, os municípios que tiverem acesso à rádios comunitárias possam realizar programas específicos e que as lideranças se sintam mais seguras para publicizar suas ações através desse veículo de comunicação. Como os recursos para realização dessa ativi-

²⁷ Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

dade só foram disponibilizados no final desse ano só será possível auferir os resultados desse primeiro momento e seus possíveis desdobramentos no próximo ano.

2.3.1. Apoio e fortalecimento à organização institucional do MMTR

a) Situação Final:

- Projeto político do MMTR/Secretaria de Mulheres dos 10 municípios definidos.
- MMTR/Secretarias de Mulheres dos 10 municípios com planejamentos estratégicos elaborados.
- Coordenação Municipal dos municípios de Araci, Serrinha, Santa Bárbara, Retiroândia elaborando atas de assembleias e diretoria, prestando contas à Receita Federal, Prestando contas à comunidade através de exposição em murais de entidades nos municípios, identificando fontes de financiamento, elaborando e gerindo projetos.
- Conselho Fiscal das Coordenações dos municípios acima citados emitindo pareceres sobre as contas da entidade e acompanhando as atividades da instituição.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Dia de estudo municipal p/ sensibilização e articulação do processo de constituição jurídica do MMTR	07	08	01	60
Oficina municipal p/ definição do projeto político do MMTR	12	14	02	75
Curso regional sobre gestão institucional	01	02	10	60

c) Resultados alcançados:

Essa ação estratégica foi iniciada com o MMTR da região de Feira e Sisal neste ano, centra-se fundamentalmente na necessidade de oferecer condições organizativas e institucionais para a construção de processos políticos e gerencias mais autônomos. Tem se constituído numa das ações estratégicas mais difíceis de operacionalização pela heterogeneidade dos grupos, do grau de maturidade das lideranças e principalmente pelo contexto em que cada grupo está inserido.

As oficinas sobre o Projeto Político do MMTR se deram de duas formas, ora foi em cada município, ora juntos, na perspectiva de confrontar as visões que cada município tinha do que é e qual o papel da organização das mulheres através do MMTR.

Devido ao pouco conhecimento apresentado pelas Coordenadoras Municipais do MMTR no que diz respeito ao processo organizativo institucional, e por este ser o segundo ano do processo de constituição da identidade jurídica dos MMTR's municipais, a atuação do MOC foi centrada na assessoria dos passos para a oficialização e para a definição da missão do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Os resultados ainda são pequenos, mas importantes para a construção de um processo, dentre eles podemos destacar:

- A constituição da identidade Jurídica do MMTR de Araci no dia 08 de Março com a realização de uma Assembléia para fundação do movimento e constituição oficial de sua coordenação;
- Conclusão do processo burocrático para oficialização dos MMTR's de Santa Bárbara, Retiroândia e Serrinha;
- Definição da missão e linhas estratégicas de cada município (oficializados). Neste caso é interessante ressaltar que apesar de todos os MMTR's terem semelhanças, mas as suas linhas estratégicas não são necessariamente iguais;
- Definição da área de atuação dos MMTR's de acordo com sua capacidade operacional (média de três grupos de base, ou três comunidades por município).

Cabe-nos destacar que:

O município de Santo Estevão iniciou todo o processo de sensibilização e discussão para a oficialização esse ano, contudo concluiu que a coordenação atual ainda não tem estrutura para dar continuidade ao processo. Os municípios de Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e Valente além de estarem submetidos a uma organização mista, os grupos de mulheres ainda tem muito pouco claro qual o seu papel e como é possível constituir-se autonomamente sendo parte do STR.

Os MMTR's de Teofilândia e Santa Luz, ainda estão em processo de formação, já que são os municípios mais recentes no que diz respeito à organização de mulheres e terão que consolidar seus grupos de base. Mesmo sendo os mais recentes e mais jovens não só em tempo de organização, mas também na idade de suas representantes tem demonstrado maior empenho em direção a constituição da personalidade jurídica.

2.3.2. Apoio e fortalecimento à articulação e monitoramento do MMTR Estadual²⁸, Regional²⁹ e MMTR's Municipais.

²⁸ Composto pelas regiões de Capim Grosso e Bonfim, Litoral Norte, Feira e Sisal, Região Cacauzeira, Santa Maria da Vitória, Serra Geral e Xique-xique.

²⁹ Composto por representantes das coordenações Municipais dos MMTR's de Araci, Conceição do Coité, Retiroândia, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santa Luz, Santo Estevão, Serrinha, Teofilândia e Valente.

a) Situação Final:

- MMTR Regional articulado, mobilizado e com disponibilidade de recursos para desenvolver as ações políticas e estratégicas de interesse das mulheres de forma regional.
- 70% (em média) das representantes das Coordenações/Comissões Municipais dos MMTR's da região de Feira e Sisal decidem políticas e operacionalizam ações estratégicas.

b) Atividades Específicas do MOC:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Encontro da Coordenação Estadual	00	03	03	18
Encontro regional p/ monitoramento de temática específica	04	04	00	25
Encontro regional p/ avaliação e planejamento do MMTR	00	01	01	90
Encontro sub-regional p/ monitoramento das ações do MMTR	09	09	00	120

c) Atividades de desdobramento realizadas pelo MMTR⁵⁰:

ATIVIDADES	PREVISTAS	REALIZADAS	REALIZADAS NÃO PREVISTAS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Apoio a dia de estudo municipal da Coordenação Secretaria de Mulheres	100	120	20	120

d) Resultados alcançados:

Apenas 30% (em média) das representantes das coordenações municipais/Secretarias de Mulheres participam das decisões políticas e da operacionalização das ações estratégicas do MMTR o que tem limitado a atuação do movimento, sobrecarregando algumas lideranças, inibindo o crescimento de outras lideranças e inviabilizando uma distribuição mais equitativa das responsabilidades e atribuições.

Na perspectiva de contribuir para mudar esse quadro o Programa de Gênero sugeriu a assessoria aos MMTR's em sub-regionais a partir dos seguintes critérios: proximidade geográfica, nível organizativo e estrutura (Movimento Autônomo ou Secretaria de Mulher). Essa nova estrutura apesar de inicialmente ser aceita com restrições pelos grupos aos poucos foi tomando forma. Três elementos básicos têm-se destacado:

- O primeiro é a participação de toda a coordenação num espaço mais regionalizado favorecendo a troca de experiências entre os municípios.

- O segundo é a possibilidade da inserção de temáticas específicas otimizando tempo e recursos.
- O terceiro é de ter um plano de ação que tem o acompanhamento direto da assessoria no momento de sua construção e no processo de monitoramento e deixando a sob a responsabilidade das Coordenações Municipais/Secretarias a sua operacionalização possibilitando as lideranças um esforço de buscar assumir mais suas tarefas e atribuições.

Resultados em direção a situação final no nível local:

- Coordenadoras municipais assumindo mais suas tarefas e atribuições;
- Realização das reuniões ordinárias do MMTR's dos 10 municípios sem a presença assessora do MOC, mas de uma monitora tem oferecido suporte as dificuldades das Coordenações Municipais/Secretarias de Mulheres na operacionalização de sua proposta de trabalho;
- Coordenadora Geral do MMTR de Araci fazendo curso de informática para produção dos documentos do MMTR de seu município.
- Divisão de atribuições no interior das Coordenações municipais/Secretarias de mulheres.

No nível regional foi dado continuidade ao processo de articulação das regiões através dos encontros da coordenação estadual. O MMTR da Região priorizou a Campanha da Documentação Nenhuma Trabalhadora sem Documentos e a operacionalização no SIMBAHIA RURAL³¹ um conquista de políticas públicas do MMTR-BA³² que garante a qualquer produtor ou produtora rural com renda anual até R\$ 20.000,00 a isenção de imposto sobre circulação de mercadorias da agricultura familiar e que lhe permite a emissão de documento fiscal no ato da comercialização e é mais um comprovante do exercício da atividade rural.

Resultados em direção a situação final no nível regional:

- Audiências com a Superintendência de Administração Tributária, órgão da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia o MMTR-BA para propôs e negociar a implementação do SIMBAHIA RURAL
- Renegociação da publicação de mais 7000 cartilhas para divulgação do programa, com uma linguagem mais acessível, respeitando a dimen-

³¹ Regime Simplificado de Apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias do Produtor e Produtora Rural.

³² Composto pelas regiões de Capim Grosso e Bonfim, Litoral Norte, Região de Feira e Sisal, Região Cacauzeira, Santa Maria da Vitória e Serra Geral.

são de gênero e incluindo na mesma que esse programa foi uma reivindicação e luta do MMTR-BA.

- A realização de 11 seminários nos dez municípios da região de Feira e Sisal sempre com a presença de um/a funcionário da Inspeção mais próxima para esclarecimentos sobre o programa SIMBAHIA RURAL.

- Capacitação de duas lideranças jovens de dos municípios de Retrolândia, Santa Bárbara, Serrinha, Santa Luz e Valente na inspeção da Fazenda de Serrinha. Essa jovens estão à disposição um dia por semana no STR ou APAEB do seu município para ajudar no preenchimento dos documentos necessários a solicitação de inscrição no SIMBAHIA RURAL.

Vale lembrar que esses resultados estão inscritos em duas instâncias, quais sejam: A Coordenação Estadual e Coordenação Regional.

3. CONQUISTAS

As conquistas mais significativas e de âmbito geral que pontuaremos a seguir não são frutos exclusivos da nossa atuação e dos grupos este ano, mas de um processo que temos construído coletivamente ao longo dos anos e, visível agora, porque maturaram em seu tempo e contexto possível.

NO ÂMBITO DA ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO DO MMTR:

- A incorporação expressiva de novas lideranças (jovens e adultas) ao MMTR foi claramente perceptível nas atividades realizadas nos grupos de base, nas atividades municipais e regionais e na Coordenação Municipal/Secretárias de Mulheres.

- O envolvimento e compromisso na realização das atividades de responsabilidade das Coordenações Municipais/Secretárias de Mulheres.

- Uma definição político organizativa em construção otimizando tempo, talentos e recursos dos MMTR locais, regional e estadual.

- O envolvimento do MMTR em questões mais amplas de forma planejada, com estratégias definidas e articuladas com outras organizações e entidades da Sociedade Civil.

- O crescente reconhecimento da capacidade de interferência e papel social desenvolvido pelo MMTR na região de Feira e Sisal e do Estado na construção de novas perspectivas para as mulheres e homens rurais.

- A abertura do MMTR para a constituição de parcerias com entidades, organizações e grupos da região e fora dela.

- A participação do MMTR da região de Feira e Sisal no Consórcio Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

NO ÂMBITO DA TRANSVERSALIDADE:

O assumir mais sistemático de processos de planejamento e monitoramento de alguns projetos e programas do MOC, a ótica de gênero. Experimentamos contribuir para que as equipes dos programas possam tomar conta e dar conta da questão de gênero no ser fazer cotidiano, nas suas ações de forma intencional e estratégica, sem contudo sobrecarregar de discursos desconectados do efetivo correspondente prático e operacional.

Assim tanto, a incorporação e manutenção do olhar de gênero junto ao Programa de Educação Básica, algumas dimensões de Recursos Hídricos e as pequenas incursões na Assistência Técnica e Extensão Rural e no Sub-programa de Comunicação Social tem demonstrado passos em direção a uma atuação centrada na assessoria e monitoramento e numa perspectiva de integração das diferentes frentes de atuação do MOC.

4. DESAFIOS

Entretanto, os desafios também acompanharam essa diversidade e multiplicidades de temporalidades e contextos:

NO ÂMBITO DA ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO DO MMTR

Dar continuidade à construção de caminhos para autonomia político-organizativa e financeira do MMTR da região de Feira e Sisal; contribuir no fortalecimento da articulação regional e estadual a partir da construção de seu projeto político e ações estratégicas; provocar uma ação mais concreta do MMTR, no monitoramento de suas propostas de políticas públicas para as mulheres; buscar fortalecer as experiências de geração de renda dos grupos de produção; sensibilizar as mulheres para intervirem nas Cooperativas de Crédito Rural da região e intercambiar os interesses dos grupos para que possam perceber as diferentes dimensão do empreendedorismo feminino, não apenas centrando-se no econômico, mas projetando o social, o cultural e o político.

NO ÂMBITO DA TRANSVERSALIDADE:

Dar continuidades aos processos iniciados e ampliar a perspectiva da transversalidade nos demais programas, sub-programas e projetos específicos articulado com a elaboração de instrumentos mais eficazes de monitoramento e sistematização dessas experiências.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL



1. INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Rural atuou, em 2002, com três sub-programas: Formação de Professores/as Rurais – CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade Rural); Formação de Coordenadores/as e monitores/as da Jornada Ampliada do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e Formação de Educadores/Leitores para atuarem com os Baús de Leitura.

Os Sub-Programas atuaram em parcerias variadas, quer com a Universidade Estadual de Feira de Santana, quer com órgãos municipais e estaduais e a sociedade civil organizada.

O Programa tem como objetivo a construção de uma proposta de educação que respeite e valorize a cultura e a realidade rurais e contribua para melhor qualidade da educação na região.

Os objetivos específicos de cada sub-programa são:

- Formação continuada e em serviço de professores/as municipais rurais, dentro de uma proposta metodológica que respeite e valorize o homem do campo, sua cultura, seu trabalho, construindo-se o conhecimento a partir da realidade e contribuindo para formulação e implementação de políticas públicas educacionais para as escolas do campo;
- Formação de Monitores/as e Coordenadores/as da Jornada Ampliada, para uma atuação mais coerente com os princípios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e com a realidade rural, junto às crianças egressas do trabalho explorador;
- Formação de Educadores/leitores para desenvolver no espaço escolar, da Jornada Ampliada e/ou na Jornada Regular, atividades de leitura de forma consciente, crítica e prazerosa.

Metodologicamente, o trabalho do MOC se concentrou, não no papel do “fazedor” das coisas, mas sim no de catalisador de um processo formativo, no qual os sujeitos envolvidos vão se formando à medida que constroem suas ações, seus projetos, seus sonhos e transformam a realidade. O método básico de trabalho é aquele da ação, reflexão, ação, de Paulo Freire.

2. AÇÕES E ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PELO PROGRAMA

2.1. SUB-PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES RURAIS – CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a realidade rural)

O CAT trabalha na formação continuada e em serviço de professores

rurais, na busca de melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças do campo, numa metodologia que respeita e valoriza a natureza, o homem/mulher do campo, sua cultura e seu trabalho. Parte, portanto do conhecimento e reflexão da realidade do aluno e sua família, para a construção e ampliação do conhecimento com os próprios alunos.

É uma proposta desenvolvida em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana e Prefeituras do semi-árido. Este ano, atuou-se em 08 municípios, sete deles na região sisaleira⁵³.

Podemos assim, resumir a abrangência deste ano:

Nº de municípios	Nº de escolas	Nº de professores atuantes no CAT	Nº de alunos atingidos	Nº de coordenadores municipais	Nº de assessores	Nº de estagiários
08	150	249	6.060	12	04 – UEMS 03 – MOC	09 (no início) 05 (voluntários) 06 (no final) bolista UEMS

O pano de fundo das discussões foi a contribuição da escola na construção do desenvolvimento local sustentável, tanto na comunidade onde a escola está inserida, quanto no município, como espaço mais amplo de atuação cidadã do professorado.

2.1.1. Situações finais, estratégias, ações e resultados

2.1.1.1. Estratégia 01 – Formação Filosófica e Metodológica dos professores/as rurais numa dimensão de ação-reflexão-ação, voltada para o Desenvolvimento Local Sustentável

Situação Final 01

- Professores/as valorizando mais a realidade rural na sala de aula;
- Professores/as avaliando e planejando coletivamente seu trabalho, com uma visão de contribuir para o desenvolvimento sustentável do município, inclusive melhorando as relações sociais de gênero e geração, entre as pessoas e as famílias dos alunos.;
- Professores/as envolvendo mais os pais e comunidade na proposta pedagógica de valorização da vida rural;

⁵³ Araci, Cansanção, Conceição do Cotté, Retiroândia, Riachão do Jacuipe, Santa Luz, Santo Estevão e Valente

a) Ações do MOC em direção à situação final:

Como o Programa é desenvolvido em parceria, todas as atividades de formação dos professores/as foram realizadas pelo MOC e a UEFS conjuntamente.

Houve encontros intermunicipais, com participação dos/as coordenadores/as e representantes dos/as professores/as. Neles se debateram alguns temas como as questões sociais de gênero, segurança alimentar e as Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as escolas do campo. Também avaliou-se a unidade letiva e planejou-se a unidade seguinte, elaborando a Ficha Pedagógica³⁴.

Além disso, foram realizadas também outras atividades neste processo de formação:

- oficinas ou seminários temáticos nos municípios, com todos os professores/as, debatendo temas como DLS (Desenvolvimento Local Sustentável). Estes eventos foram solicitados pelos/as professores/as, organizados pelas coordenações municipais e assessorados por professores/as, estagiários e técnicos do MOC/UEFS.
- Visitas de Supervisão às Escolas, realizadas pelos estagiários da UEFS;

Em 2002 foi o seguinte o quadro de atividades:

Encontros Intermunicipais	Oficinas temáticas	Seminários		Nº de professores ³⁵ Visitados
		Aval.	DLS	
06 ³⁶	15	02	05	68

Preparando, analisando e replanejando estas atividades foram realizadas 08 reuniões da Coordenação Geral (MOC/ UEFS/Coordenação Municipal do CAT) e 36 da equipe de assessoria. (MOC/UEFS).

No intuito de contribuir para o atingimento da situação final é que foram selecionados os temas das fichas pedagógicas, nos encontros intermunicipais. O tema central de cada ficha, de acordo com a metodologia do trabalho, sempre foi escolhido pelos professores, partindo de sugestões dos colegas num dia de estudo de avaliação, que antecipa o encontro intermunicipal. Eis os temas abordados este ano:

³⁴ Ficha pedagógica – espécie de roteiro para o/a professor/a trabalhar em sala de aula por um ou dois meses.

³⁵ Os coordenadores municipais também realizam, sistematicamente, visitas de monitoramento aos professores.

³⁶ Houve 04 encontros intermunicipais de planejamento das unidades, sendo que um foi atividades dos grupos sem a presença da equipe de assessoria, houve mais um de Socialização do Prêmio ganho pelo CAT do Banco Mundial e um de Avaliação Final.

Unidade letiva	Tema	Período de vivência
I	Aluno/a → escola → família > Identidade pessoal e familiar • Étnia, relações sociais de gênero e geração; • Valores humanos: respeito, afetividade, amizade.	Fevereiro Março Abril
II	Meio Ambiente no Semi-árido > Preservação da natureza • Água; • Animais; • Plantio • Valorização do trabalho	Maio Junho Julho
III	O homem e a mulher rurais no exercício da cidadania > Eleição > Políticas Públicas > Violência	Agosto Setembro
IV	Terra → saúde → vida > Colheita ou não colheita; > Nutrição e desnutrição – segurança alimentar = alimentação equilibrada → vida mais longa. > DLS – como tudo isso contribui ou não, melhorando as condições de vida das pessoas e da comunidade.	Outubro Novembro

Assim, buscou-se contribuir para a formação, em serviço, do professorado, analisando-se cada passo dado pelos professores/as e estimulando-os a realizarem o trabalho com criatividade, compromisso e autonomia.

b) Ações realizadas pelos grupos:

Dias de estudos das fichas pedagógicas em cada município.

Os coordenadores e representantes dos professores, a partir dos eventos e do exercício de construção das fichas pedagógicas em Feira de Santana, sob coordenação do MOC/UEFS, reúnem seus colegas de município para estudo e adequação da ficha pedagógica construída e definição de outras atividades que se tornavam necessárias ao andamento do trabalho.

Nesta ocasião os professores/as rurais que trabalham com o CAT discutem o tema da ficha, suas propostas de conteúdos e estratégias e ainda as adequações curriculares necessárias para melhor vivenciar aquela proposta com os alunos. Nestes dias de estudo planejam-se também reuniões nas/com as comunidades, envolvendo os pais na sua realização, para discutirem o tema que se está trabalhando, naquele momento, com os alunos. Às vezes há nos municípios dias de estudo para o professorado todo, ou para o Projeto específico, além destes sistemáticos das unidades letivas.

As comunidades e escolas realizaram debates e palestras sobre a preservação do meio ambiente e cuidados com a água, incentivando as pessoas da comunidade a fazerem campanhas e mutirões para coleta do lixo, refletindo a necessidade de mais cuidado com as aguadas, as doenças causadas por falta de higiene pessoal e ambiental e divulgando o Programa Um Milhão de Cisternas.



Além disso merecem destaque:

- Entrevista com os pais sobre a plantação e aproveitamento da terra e da água
- Plantio de árvores frutíferas
- Horta na escola (Valente)
- Reuniões para discutir eleições e cidadania

c) Alguns Resultados:

- Crianças discutindo o valor da comunidade onde moram, das associações e STR no desenvolvimento da escola, da comunidade, do município e das pessoas;
- As atividades, em base aos temas escolhidos para as fichas pedagógicas, em muito contribuíram para a construção da situação final que se pretendia, valorizando a vida rural e a busca de um desenvolvimento sustentável. Esta afirmativa foi dos/as próprios/as professores/as na avaliação anual, conforme alguns depoimentos:

“Os temas das fichas muito contribuíram para a aprendizagem dos alunos, porque estes se sentiram mais valorizados no espaço escolar, onde seus costumes e sua cultura são resgatados e registrados. Assim, eles se sentem respeitados, mais seguros e com mais facilidade de aprender, inclusive com maior interesse em conhecer melhor sua realidade, que não os humilha, mas os identifica” (Araci).

“Todos os temas foram importantes, pois cada um abordou um aspecto diferente e indispensável à vida do aluno e da comunidade. Assim incentivaram e provocaram a participação das famílias nos debates e atividades da escola, provocando também modificações na vida e na comunidade, como mais cuidado com a água, a terra, os bens públicos”. (Valente e Araci)

“Os temas da 3ª e 4ª unidades foram os mais importantes e melhor vivenciados, porque foram mais significativos, no momento, proporcionando discussões sobre eleições e exercício da cidadania, saúde, produção agrícola e desenvolvimento sustentável, trazendo uma nova visão para os alunos e as famílias, e até mesmo para os professores” (Santa Luz).

“O tema o homem e a mulher rurais no exercício da cidadania” nos proporcionou boas discussões sobre as eleições e a violência (seus diferentes tipos) em palestras realizadas nas comunidades, oportunizando maior conscientização, para que o voto seja livre, democrático e não manipulado (Retiro-lândia e C. do Coité).

“O tema Terra -> Saúde -> Vida provocou mais envolvimento dos alunos e das famílias nos debates sobre saúde, alimentação equilibrada, sua importância para o DLS, pois se constatou que muita coisa que se produz,

vende e não consome, e nunca se pensou no valor nutritivo desses produtos... Muitas famílias sempre pensaram que verdura, fruta é mais pra vender. Algumas associações organizaram com a escola debates interessantes sobre isto”.

“A auto-estima, o desenvolvimento do senso crítico e a melhoria da relação entre pais e filhos são os pontos mais marcantes, resultantes da vivência dos temas das fichas pedagógicas este ano”. (Santo Estevão).

Outros resultados percebidos:

- 60% dos (as) professores (as) estão melhorando o relacionamento com os monitores da J.A., realizando juntos: passeios, comemorações de datas festivas locais e/ou municipais, nacionais e reuniões com os pais³⁷

Alguns desafios que ainda permanecem...

Apesar das contribuições ocorridas para maior desenvolvimento da comunidade, percebe-se ainda pouco desenvolvida a consciência e atuação sistemática do professor como agente social, ou seja, a maioria dos professores do CAT está com boa atuação metodológica e reflexiva em sala de aula, porém, não se abriu para uma atuação maior e mais conjunta com outros agentes na comunidade e no município.

Situação Final 02

- Proposta de Educação Rural ampliada e divulgada, atingindo novos municípios, com constituição de uma equipe municipal que, gradativamente, assuma o projeto com autonomia, no próprio município.

a) Ações do MOC em direção a situação final:

O município de Cansanção solicitou o ingresso no projeto. Buscando atingir este resultado, abriu-se espaço para 04 professores e uma coordenadora da Secretaria de Educação de Cansanção participarem dos Encontros de Planejamento de duas unidades (em abril e setembro), bem como realizou-se uma reunião com uma equipe da Secretaria de Educação daquele município (agosto). Na mesma linha fez-se a apresentação do Projeto a professores de Capim Grosso.

b) Ações realizadas pelos grupos a partir de nossa ação:

O grupo de professores/as de Cansanção, caminhou um pouco, mas sofreu a falta de um acompanhamento sistemático no município, devido a

³⁷ No início do ano este percentual era de cerca de 30%

problemas políticos locais³⁸ Pouco se conseguiu de concreto na linha da constituição das equipes. Mas continua-se insistindo na necessidade e alguns municípios demonstram ter interesse em participar do processo... Trata-se, no entanto, de algo a médio prazo...

Situação Final 03

- Grupos dos municípios e entidades realizando de forma mais efetiva a troca de experiência no campo da educação rural;
- Maior intercâmbio e divulgação das experiências de educação rural a nível estadual, regional e nacional, contribuindo para disseminar a proposta filosófica-metodológica do CAT e enriquecendo o nosso trabalho e das diversas experiências com os resultados positivos de outras.

a) Ações do MOC em direção a situação final:

- Participação nos Encontros do Fórum Estadual de Educação do Campo e do Fórum Nacional, destacando-se os debates sobre as Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo;
- Reunião com Pólo Sindical de Feira de Santana, a convite para refletir o papel e importância dos Sindicatos no debate a Educação do Campo, identificando formas de uma maior participação de seus representantes nas atividades do Fórum Estadual de Educação do Campo.
- Presença e contribuição do MOC em diversos espaços para reflexões sobre caminhos a serem construídos relacionadas a Educação voltada para a convivência com o semi-árido, como na RESAB (Rede de Educação para Semi-árido Brasileiro);
- Divulgação entre os professores/as, coordenadores/as e Secretários Municipais do prêmio do Banco Mundial: Experiências Sociais Inovadoras, no qual o projeto ficou entre as 26 entre as 26 melhores experiências inscritas.
- Participação na Oficina Nacional de Educação Rural onde se discutiu as Diretrizes Operacionais para as escolas do Campo

b) Ações dos Grupos:

- Coordenadores municipais trocaram presenças em dias de estudos em outro município, ex.: Cansanção x Santa Luz; Valente x Retirolândia; Retirolândia x Capim Grosso, etc.

³⁸ Mudança de Secretário de Educação, de Prefeito, de coordenação, etc...

- Grupos da base receberam visitas de fora:
 - Estudantes Austríacos;
 - Projeto D. Helder Câmara (Recife).

Todas estas ocasiões foram oportunidade de troca de experiências e idéias.

Ainda alimentando intercâmbios foram editados três números do Boletim "A voz do CAT". Coube ao MOC/UEFS selecionar o material vindo das / municípios, organiza-los por tema, e viabilizar a edição.

Este boletim é muito participativo, pois que a caminhada se inicia com a produção dos textos pelas crianças e chega até a distribuição, pelas próprias escolas, que o utilizam como material didático.

Na verdade, o Boletim serviu de fonte de pesquisa, tanto para os alunos quanto para os professores. Também provocou maior interesse dos alunos em produzir textos, pois, "todos querem ver o texto seu no jornalzinho". Incentivou, assim, a auto-estima, criatividade, confiança em si mesmo, no que se faz, no que diz, no que se pensa. A criança sente-se feliz e divulga o boletim na família e na comunidade. Em suma, estimulou leitura, a criação de textos, a criatividade e a desinibição.

O Boletim também facilita a convivência, pois traz assuntos para comentários, lições de vida ou exemplos de outras comunidades, assuntos para diálogo entre as pessoas. De fato, "o boletim é uma porta aberta para o trabalho em sala de aula, servindo de estímulo, lazer e exemplo para a garotada (Araci)

2.1.2. Concluindo

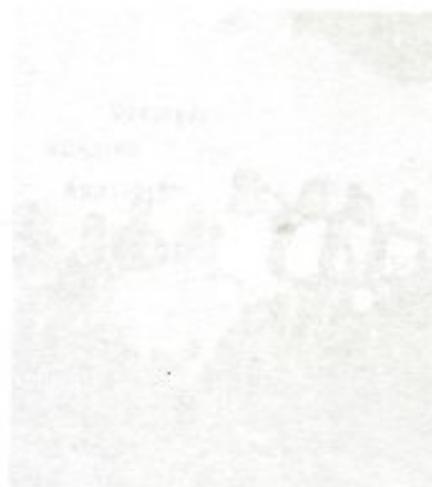
Assim, caminhou-se em 2002, colaborando para maior segurança, coragem e compromisso dos professores/as, mais criatividade, interesse e participação dos alunos, maior integração das famílias com a escola e entre si, num exercício constante de cidadania, buscando contribuir na melhoria de vida das pessoas, na construção do desenvolvimento sustentável de cada município.

2.2. SUB-PROGRAMA FORMAÇÃO DE COORDENADORES/AS E MONITORES/AS DA JORNADA AMPLIADA DO PETI

Neste ano, o PETI (Programa de erradicação do Trabalho Infantil) aumentou sua abrangência de 44 para 93 municípios, aumentando também a quantidade de monitores/as (agentes educacionais) e a demanda de formação específica para atuarem na Jornada Ampliada (Ações Complementares à Escola)

O trabalho de formação de monitores desenvolvido do MOC, em parceria com a SETRAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social, UNICEF, IRPAA e Projeto Axé, se desenvolveu basicamente em duas dimensões:

- monitoramento pedagógico e sistemático do trabalho dos coordena-





res para que estes em seus municípios acompanhem pedagogicamente os/as monitores/as.

- formação de novos monitores/as, de duas formas diferentes: uma com cursos de 16 horas de duração e outra de 1º módulo, com 44 horas cada.

2.2.1 – Estratégias e Ações

2.2.1.1. Estratégia 01 - Formação e Acompanhamento pedagógico do trabalho dos Coordenadores/as de Monitores/as

Situação Final 01

70% dos coordenadores da jornada ampliada, dos 44 municípios mais antigos, planejando e acompanhando de forma sistemática o trabalho pedagógico dos monitores, buscando a inserção de uma linha de trabalho na construção de DLS – Desenvolvimento Local Sustentável e Relações Sociais de Gênero e exercitando com os alunos habilidades e valores de solidariedade, respeito, cooperação, valorização e respeito à natureza, resgate cultural, exercício e práticas de relações igualitárias de gênero, etnia, geração de renda e acesso a água).

Partiu-se, na construção desta situação final, da constatação de que os monitores realizavam atividades soltas e quase apenas recreativas e não existia uma coordenação pedagógica efetiva do processo nos municípios, que acompanhasse de forma sistemática o trabalho.

a) Ações do MOC:

As atividades de monitoramento e formação dos coordenadores de monitores foram planejadas e realizadas através de encontros mensais, de 03 (três) dias cada, com a presença de 74 (setenta e quatro) Coordenadores/as de Monitores/as de 44 (quarenta e quatro) municípios. Nestes eventos era realizada a avaliação e acompanhamento sistemático das atividades, buscando planejar, não apenas com atividades recreativas e de reforço escolar de forma isolada, mas de forma que se encontrasse uma unidade no trabalho de todas as jornadas em todos os municípios, a partir de um tema gerador, de acordo com a realidade vivenciada.

Já no início do ano, no primeiro encontro, desenvolveu-se a idéia de se trabalhar a Jornada buscando contribuir para construção do DLS, elencando, de forma coletiva, alguns elementos para o trabalho nesta linha.

Um elemento em destaque foi a questão do meio ambiente, com enfoque para o tema água. Outros elementos também foram destacados nos encontros como: revalorização cultural, a questão de gênero, do lixo, dentre outros. A questão de gênero, etnia e geração eram retomadas a cada encontro, numa dimensão transversal..

O planejamento do ano foi construído, de forma coletiva, já numa linha de desenvolvimento local, iniciando-se o trabalho com o tema revalorização cultural

Assim, embasados na metodologia ação-reflexão-ação, os encontros se constituíam como momentos de construção coletiva da ação, a partir da realidade vivenciada nos municípios.

A partir dos encontros mensais, os 44 municípios envolvidos no trabalho realizavam seus encontros municipais de planejamento e desenvolviam suas atividades.

O quadro a seguir demonstra de forma resumida os eventos realizados:

Nome da Atividade	Quant. prevista	Quant. Realizada	% de atendimento das realizadas	Realizada e não prevista	Nº médio de participantes por evento	Total de pessoas participantes
Encontro de Coordenador/as de Monitore/as da Jornada ampliada	08	08	100%	-	68	82

Através da metodologia participativa de conhecer, analisar e transformar a realidade, o trabalho foi desenvolvido com maior força a partir de três temas: revalorização da cultura local, gênero e meio ambiente, enfocando o tema água, conforme o planejamento estratégico.

b) O que os grupos fizeram em direção à situação final

Conforme já comentado anteriormente, devido à sua importância para a região, foi priorizado o tema água. Os municípios desenvolveram, na jornada ampliada, o trabalho com a seguinte metodologia:

Conhecendo a realidade: conforme se planejou nos encontros mensais, o/as monitores/as e coordenadores/as juntamente com as crianças elaboraram um questionário para fazer uma pesquisa sobre a água, na qual buscaram conhecer alguns elementos da realidade, tais como:

- como ela chegava às casas?
- Como era feito o armazenamento?
- Como era tratada antes de ser consumida?
- Quantas famílias possuíam reservatórios?

As crianças aplicavam o questionário com outras famílias e traziam as respostas/dados/informações/ para sala de aula/jornada. De posse dos dados, os monitores e professores sintetizavam os resultados com as crianças e, a partir daí, trabalhavam questões de reforço escolar.

O quadro seguinte apresenta alguns dados da pesquisa, na linha de conhecer a realidade:

N.º de Municípios que realizaram a pesquisa	N.º de Famílias entrevistadas	N.º de Famílias que tratam a água	N.º de Famílias que não tratam a água	Quantidade de Famílias que têm filtros em casa
41*	28.978	17.629	11.427	11.546

* Dos 44 municípios que têm um acompanhamento sistemático, apenas 03 (três) não concluíram a pesquisa sobre água.

Analizando a realidade:

Com os dados levantados pelos alunos, ia se trabalhando reforço escolar, analisando os resultados e sensibilizando as crianças para a problemática da água não tratada e agressão ao meio ambiente, envolvendo todas as disciplinas.

De forma concreta os monitores fizeram o seguinte:

- Língua Portuguesa – produção e leitura de textos sobre água (construção de pequenos livros, músicas/paródias, criação de histórias); separação de sílabas, classificação de palavras derivadas dos textos construídos, produção de cartazes e outros;
- Matemática: soma e subtração dos dados da pesquisa, multiplicação, problemas operacionais concretos envolvendo operações com medidas/quantidade de água, dados das famílias, quantidades de aguadas, fontes, cisternas, filtros, porcentagens, geometria na construção de maquetes, etc.;
- Geografia: visitas às aguadas, conhecimento do tipo de solo, de vegetação, clima, explicações sobre os motivos da falta de chuvas, leitura de textos sobre meio ambiente, jogral, migração, preservação do meio ambiente, etc.;
- História: texto sobre história das secas, dramatizações sobre a história do homem nordestino que vai embora de sua terra, músicas, revalorização da cultura local, a questão de gênero – pois a “tarefa” de buscar água na zona rural é dedicada às mulheres, obras de artes com o tema água; e Ciências: doenças causadas pela água não tratada, a importância do reaproveitamento da água para os seres vivos, construção de maquetes com cisternas, higiene com alimentos, “segurança alimentar”, principalmente no preparo da alimentação da Jornada Ampliada e Escola Regular, onde constatou-se que as merendeiras não usavam água tratada para fazer sucos e lavar os alimentos.

Transformando a realidade: Após a análise da realidade, sentiu-se a necessidade de transformá-la, pois dentre algumas constatações feitas, se observou que muitas famílias não tratavam água, existiam merendeiras que não usavam água tratada para fazer a alimentação da jornada e da escola regular, a água da escola não era própria para o consumo humano, havia muito lixo

jogado em locais indevidos, falta de cuidado e preservação com o meio ambiente, etc.

A partir destas constatações, os monitores e as próprias crianças definiram pela realização de Seminários Municipais para fosse discutido com as famílias e as pessoas da comunidade, sobre a importância para saúde e qualidade de vida, de preservar os recursos naturais, de se consumir água tratada, de captar e armazenar as águas das chuvas para consumo humano e outras práticas.

Para isto, as próprias crianças apresentaram os dados das pesquisas em Seminários municipais. 32 municípios realizaram Seminários e aproximadamente 9.163 pessoas participaram destes, o que representa mais de 30% das entrevistadas.

Vale ressaltar que a realização destes seminários ocorreu sem nenhuma participação do MOC ou de outra organização externa em termos de sugestão e ou decisão. A autonomia do município e a própria iniciativa do/as monitores/as e das crianças é que prevaleceu, diante do resultado constatado sobre a pesquisa da água.

Os principais encaminhamentos deliberados nos Seminários foram:

- Realizar campanhas de filtros para as famílias que não o têm e mutirões para limpeza das aguadas;
- Sensibilização do poder público, apresentação dos resultados em Câmara de Vereadores, cobrando encaminhamentos das situações mais críticas constatadas;
- Oficinas de sucatas com o lixo retirado de margens dos rios e de aguadas, dentre outras medidas, exercitando a arte a partir de atitudes mais conscientes de cidadania;
- Passeatas pela preservação do meio ambiente e pela água;

O trabalho continua, agora, com a questão do lixo, já que foi um dos problemas encontrados. Há muito lixo espalhado e jogado em locais indevidos.

Em relação ao resultado final esperado, hoje pode-se afirmar que mais de 70% do/as Coordenadores/as de Monitores/as realizam planejamento mensal nos municípios na linha de DLS e fazem o acompanhamento sistemático do trabalho dos monitores. Percebe-se também um acompanhamento mais sistemático do trabalho nos municípios.

Outra mudança surpreendente foi a dimensão mais humana e solidária, a quebra do individualismo, por parte dos monitores/as.. Antes, do trabalho na linha de DLS, no grupo de coordenadores/as havia muita disputa individual/estrelismo. Gradativamente foi-se ganhando uma dimensão mais coletiva, pois não era possível pensar em desenvolvimento sem se pensar coletivamente, sem se ter solidariedade, sem se preocupar com as gerações futuras.





2.2.1.2. Estratégia 02 – Formação de Monitore/as para atuar nas Jornadas Ampliadas

Situação Final 02

- 1000 monitores(as) da Jornada Ampliada formados em 2º Módulo melhor orientados para uma atuação na perspectiva de DLS (relações sociais de gênero, etnia).

a) Ações do MOC em direção à situação final:

Devido à ampliação do Programa e, portanto, à grande demanda de formação de monitores para que as jornadas entrassem em funcionamento, priorizou-se a formação em primeiro módulo dos monitores selecionados. Como no entanto, não se dispunham de recursos financeiros suficientes para a formação integral do primeiro módulo, optou-se inicialmente por uma formação emergencial e, posteriormente, uma outra mais definitiva. Deste modo fala-se em formação:

- Uma com 16 horas de duração, onde foram abordados temas como a história e estrutura do PETI, Reforço Escolar e Planejamento numa dimensão inicial de DLS;
- Outra, com 44 horas, abordando temas mais abrangentes para o/as monitores/as atuarem, tais como: Jornada Ampliada e Desenvolvimento Local; Gênero e Sexualidade, Arte e Recreação, Esportes, Etnia e Cultura, Reforço Escolar e Planejamento na linha de DLS.

Participaram destas capacitações 32 (trinta e dois) novos municípios que foram inseridos no PETI neste ano. O quadro a seguir resume um pouco esta abrangência.

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizadas e não previstas	Média de participantes/ evento	Total de participantes
Curso de Formação de Monitores/as Emergencial – 16 horas	-	21 turmas	21 turmas	± 45	965
Curso de Formação de Monitores/as em 1º Módulo	-	07 turmas	07 turmas	± 45	333
Curso de Atualização*	15	-	-	-	-
Curso de Formação em 2º Módulo*	20	-	-	-	-

*Estes cursos foram substituídos por oficinas sobre diversos temas na linha de DLS (gênero, valorização cultural, meio-ambiente, segurança alimentar, recreação, etc.) realizadas por iniciativa dos próprios coordenadores/as e monitores/as nos municípios.

Os cursos de 2º módulo de Formação e os de Atualização não foram efetuados (já que foram priorizados os de 1º módulo), mas foram realizadas 03 (três) reuniões com parceiros e colaboradores (Projeto Axé, SETRAS, UNICEF) para discussão de uma nova proposta pedagógica do trabalho na linha de DLS, e 03 (três) para a elaboração de um suporte pedagógico para a Jornada Ampliada.

b) O que os grupos fizeram:

Nos municípios foram realizadas várias oficinas temáticas e de planejamento estratégico do trabalho como: DLS, gênero, segurança alimentar, recreação, dentre outras. Municípios como Retiroândia e São Domingos fizeram intercâmbios e realizaram planejamentos conjuntos, bem como Nova Fátima e Pé de Serra. Ainda embrionário, mas começa-se a pensar em desenvolvimento não apenas local, mas regional. Dos 32 municípios que participaram da formação em 1º Módulo, 28 já iniciaram as atividades da Jornada Ampliada, fazendo visitas às famílias para diagnosticar a realidade, e com atividades diversas de sala de aula como de reforço escolar, de pesquisa, iniciando o trabalho numa linha de desenvolvimento.

Estes municípios novos já fazem planejamento mensal, fiscalizam e denunciam o trabalho infantil, trabalham com a sensibilização das famílias para a importância da educação para seus/suas filho/as.

c) Alguns desafios e perspectivas:

Apesar de alguns resultados positivos, existem alguns desafios na Jornada Ampliada para o próximo ano e para o futuro:

- a relação jornada ampliada e escola regular ainda não é bem resolvida.
- a concepção de educação integral ainda não está inserida no contexto do trabalho. A criança passa o dia na escola – tempo integral – mas o planejamento e os conteúdos não são integrados entre a escola e a jornada.
- existem monitores/as que ainda trabalham apenas com reforço escolar e parte recreativa, sem uma compreensão e compromisso com a proposta mais ampla do trabalho pedagógico;
- grande demanda por acompanhamento sistemático de novos municípios, bem como por cursos de atualização;
- várias prefeituras não se empenham e nem demonstram compromisso com o programa, não apoiando o trabalho do/as monitores/as;. Apesar de ser uma ação educativa no município, as Secretarias de Educação pouco se envolvem no processo.

2.3. SUB-PROJETO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES/LEITORES PARA ATUAR COM OS BAÚS DE LEITURA

Em 2002 o Projeto Baú de Leitura (antes chamado de Mala de Leitura), continuou sua atuação na formação de novos educadores(as)/leitores(as) dos municípios envolvidos no PETI e no CAT.

Este ano foi definida como ação estratégia do Projeto, fortalecer as relações e aspectos de autonomia e enraizamento da proposta nos municípios. Neste sentido foram definidas duas ações básicas:

- Atuar na sensibilização, aprofundamento da formação dos educadores(as)/leitores(as) (antigos e novos) para a realização do Projeto Baú de Leitura em seus municípios;
- Construir e fortalecer parcerias para um maior envolvimento dos gestores municipais no desenvolvimento do Projeto.

Entendemos que uma maior autonomia se constrói com uma melhor clareza na atuação dos/as educadores/as no desenvolvimento do Projeto, fazendo com que ele dê certo na base, na relação com a família e com as crianças; Se, por um lado, cabe aos/as educadores(as)/leitores(as) sustentar metodologicamente o Projeto, por outro, cabe aos parceiros e às instâncias governamentais municipais - Secretarias de Ação Social, Educação e Grupos Gestores - criar as condições favoráveis para que as sementes floresçam e o processo torne-se sustentável.

Neste contexto, foi papel do MOC motivar, difundir e acompanhar o processo pedagógico e metodológico do Projeto, bem como, atuar junto às instâncias municipais e estaduais para garantir a sustentabilidade financeira e administrativa do mesmo..

Para isso foram definidas, no início do ano, as situações desejadas como resultado. Antes, porém, de detalharmos estes aspectos, destacamos a abrangência do projeto nos últimos anos...

Ano	1999	2000	2001	2002
Nº de Baús Adquiridos	27	93	153	551*
Nº de educadores/leitores	27	93	153	560
Nº de municípios envolvidos	11	16	27	42

*Sendo que destes 166 já foram adquiridos com recursos dos próprios municípios

2.3.1 - Estratégias e Ações

2.3.1.1. Estratégia 01 – Formação Inicial/sensibilização dos/as educadores(as)/leitores(as) para atuar no Projeto Baú de leitura

Situação Final 01

- 430 novos Educadores(as)/leitores(as) sensibilizados para leitura prazerosa e crítica, realizando com seus/suas alunos/as um trabalho sistemático, inserindo e vivenciando os temas (identidade, relação com a natureza, cidadania).

Foram sensibilizados 310 educadores/leitores na metodologia do trabalho do Projeto Baú de leitura, por meio de encontros sistemáticos para a formação inicial.

Situação Final 02

- 80% dos/as educadores(as)/leitores(as) SENSIBILIZADOS, trabalhando a leitura de forma sistemática, consciente e prazerosa com os alunos em sala de aula.

Buscou-se conseguir que os/as educadores/as sensibilizados/as fossem, ao longo do ano, trabalhando leitura de forma sistemática e prazerosa com os alunos em sala de aula. Conseguimos neste ano perceber que 230 educadores/as já o fazem com mais segurança e de forma processual, fortalecendo a metodologia do Projeto.

Situação Final 03

- 80% dos/as educadores(s)/leitores(as) utilizando reuniões para apresentar e discutir o PBL na comunidade e município e provocando a criação de novos espaços para a leitura.

Nos municípios onde está implantado o PBL, buscou-se que ele fosse divulgado e discutido amplamente. Conseguiu-se isso em níveis diferenciados.

Situação Final 04

- 80% dos/as educadores(as)/leitores(as) promovendo reuniões com os pais e a comunidade para demonstração e apresentação de resultados dos trabalhos com leitura e refletir com eles a importância da leitura na vida.





50% dos Educadores(as)/leitores(as), conforme pudemos perceber nos relatórios, visitas e encontros de avaliação, conseguem desenvolver atividades de leitura, análise e reflexão sobre a importância da leitura com os pais. Há municípios que tem experiências interessantes através das quais se consegue resgatar manifestações sócio-culturais com a participação efetiva dos adultos, a exemplo de Barrocas, Serrinha, Teofilândia, no trabalho com o bumba-meu-boi, ciranda, cantiga de roda, etc.

a) Ações do MOC em direção às situações finais:

Atividades	Quant. Previstas	Quant. Realizadas	Realizadas e não previstas	Nº de participantes por evento	Total de participantes nos eventos
Encontros de sensibilização e formação inicial para novos/as educadores(as)/leitores(as)	10	09	-	40	360

Esta capacitação é responsabilidade do MOC. Firmou-se, no entanto, uma parceria na qual os municípios são responsáveis pela aquisição dos livros, o MOC, com apoio do UNICEF, pela aquisição dos Baús e pelo processo de capacitação e a SETRAS pelos monitores e coordenadores do projeto. Esta caminhada está provocando um maior envolvimento dos municípios e o projeto começa a entrar na esfera de políticas públicas.

b) Ações realizadas pelos grupos a partir de nossa ação:

Através da apropriação da metodologia do Projeto Baú de Leitura vê-se nos municípios envolvidos, ações variadas, como consequência do processo de formação.

Vejamos alguns resultados, destacados por níveis diferentes de envolvimento:

Leitura prazerosa desenvolvida

- Desenvolvimento mais sistemático de práticas leitoras nas jornadas ampliadas e regulares;
- Rodas de leitura com pais de alunos na comunidade
- Contação de história nas oficinas realizadas, com mais desenvoltura, apropriação da metodologia, criatividade e prazer.

Atividades de arte e cultura nas comunidades

- Teatro representando as histórias lidas e contadas, pelos alunos, para os pais;

- Criação de grupos de teatro como trabalho complementar ao PBL (a exemplo de Retirolândia e São Domingos);
- Formação de grupos de cantigas de roda, que se apresentaram em momentos festivos nos municípios;
- Revalorização da cultura local com produção de cantos e músicas populares, atividades folclóricas, contos de “causos”, reconhecimentos/identificação de contadores de histórias;
- Escrita de livrinhos de histórias por alunos e educadores(as)/leitores (as);
- Participação nas feiras de cultura, feiras de livros, feiras de ecologia, feira de conhecimentos.

Dimensão política

- Funcionamento dos núcleos de leituras nos municípios contemplados, onde muitos educadores/as avaliam e planejam suas ações e socializam suas experiências;
- Capacitação de outros educadores pelos educadores sensibilizados, num processo de multiplicação do trabalho;
- Envolvimento da secretaria de educação e ação social nas atividades do Projeto Baú de Leitura, especialmente nos municípios de Jacobina, Barrocas, Nova Fátima, Santo Antônio de Jesus.
- Cuidado e zelo com patrimônio literário dos baús. Identificamos menos de 1% de desvios, perdas ou roubos do material dos Baús, segundo dados dos educadores.
- Constatação de que livro impresso na mão das crianças é uma janela aberta para a construção da cidadania, pois incentivam não só a leitura, como também a produção própria de seus livros;
- Algumas prefeituras dando passos iniciais para a sustentabilidade do Projeto nos municípios, assumindo com maior compromisso o processo sistemático de compras de livros para os Baús, especialmente os municípios de Jacobina, Capela do Alto Alegre, Canudos, Conceição do Coité, Nordestina, Retirolândia, Serrinha, Valente, Itiúba.

2.3.1.2. Estratégia 02 – Monitoramento e Aprofundamento das ações do Projeto com educadores(as)/leitores(as) mais antigos

Trata-se de um processo pedagógico sistemático de acompanhar a prática dos professores e monitores na leitura com as crianças.

Situação Final 05

- 80% dos educadores leitores, já sensibilizados anteriormente, utilizando de forma efetiva os acervos municipais e escolares, na complementação do acervo já criado pelo projeto.

Buscou-se nesta ação incentivar uma maior utilização dos acervos municipais, completando os livros já existentes do Projeto.

A meta estabelecida inicialmente foi que 192 educadores pudessem melhor utilizar o patrimônio literário dos municípios..

Conseguimos perceber, a partir do acompanhamento aos educadores, que aproximadamente 100 deles estão utilizando os patrimônios literários municipais, reforçando o trabalho do Projeto, e principalmente montando novos Baús com livros as Secretarias Municipais de Educação, como é foi o caso do município de Barrocas, que montou 10 Baús de leitura com livros existentes na própria Secretaria. Em 2002 estas ações foram mais fortalecidas e cada vez mais outros professores/as tem buscando compreender a metodologia do Projeto e aproveitar mais o acervo disponível na escola e no próprio município para o trabalho com as crianças.

Situação Final 06

- 60% dos Educadores/ Leitores atuando conjuntamente (Rede Regular e Jornada Ampliada) nos núcleos de leitura, planejando as atividades do PBL.
- 60% dos educadores/leitores formando e atuando num núcleo de leitura³⁹, no município, realizando atividades planejadas em conjunto a partir do Baús de Leitura.

a) Ações do MOC em direção às situações finais:

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizadas	Realizadas e não previstas	N.º de participantes por evento	Total de participantes nos eventos
Encontros de Monitoramento e aprofundamento do Projeto de leitura	10	19	09	40*	360*

* Nestes encontros participam os educadores/leitores que já estão envolvidos no processo e vão tendo um acompanhamento formativo mais sistemático.

³⁹ Os Núcleos de Leitura, são espaços criados nos municípios a partir da experiência do Projeto Baús de Leitura, nos quais os educadores/leitores envolvidos, avaliam e planejam suas ações de leitura, aprofundam o processo de trabalho e principalmente exercitam outras leituras e envolvem outras pessoas do município

São estes encontros de avaliação que têm possibilitado uma reflexão crítica da prática e a possibilidade de intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de novas práticas.

b) Ações realizadas pelos grupos a partir de nossa ação:

À medida que o trabalho foi sendo desenvolvido, percebemos que os grupos iam se apropriando mais do processo metodológico. Esta melhor compreensão tem gerando um maior envolvimento dos professores e monitores, como também daqueles que estes vão influenciando, sensibilizando.

O projeto Baú de leitura, toma uma dimensão mais abrangente, e começa a expandir-se além dos limites da sala de aula ou da própria escola.

Neste sentido podemos destacar algumas conquistas que para apontam para esta direção.

- Criação da agenda de encontros do núcleo de leitura
- Acompanhamento sistemático desses encontros pelos coordenadores de monitores do PBL
- Atividades planejadas e executadas tanto na rede regular de ensino como na jornada ampliada aproximando as duas redes .
- Maior Incentivo à leitura prazerosa através dos educadores leitores: exercitando-se mais a contação de história, confecção de cartazes, palestras e seminários nas escolas de formação de professores ;
- Melhoria do desempenho lingüístico das crianças envolvidas no projeto: na fala, no registro dos textos, na capacidade de compreender e relacionar idéias, através da facilidade em articular os textos com o contexto.

2.3.1.3. Estratégias 03 – Articulação e fortalecimento de parcerias entre os agentes do Projeto Baú de leitura na busca de envolvimento efetivo dos municípios no desenvolvimento de ações do PBL

Situação Final 07

- Formação e articulação do GT do Projeto Baú de Leitura para intermediar o processo de um maior assumir dos parceiros com relação ao Projeto Baú de Leitura
- Aquisição de 150 Baús pelos recursos do PETI, nos municípios
- Formação e fortalecimento da Coordenação nos municípios, onde existe o Projeto Baú de Leitura, através as contratação e/ou liberação de educadores(as)/leitores(as) do PLB

A partir do início do segundo semestre deste ano, os parceiros do Projeto Baú de leitura iniciaram uma nova discussão sobre as estratégias





de articulação dos municípios, tendo como base a compreensão que o papel dos municípios, dali em diante, era o de começar a implementar a proposta de trabalho com o Baú de leitura, caminhando para políticas públicas.

Houve a definição da nova sistemática de adesão dos municípios ao projeto, e diante desta, a efetiva aquisição e disponibilização de livros pelos municípios, assim como a disponibilização dos acervos existentes nos municípios.

a) Ações do MOC em direção à situação final:

Atividades	Quant. Previstas	Quant. Realizadas	Realizadas e não previstas	N.º de participantes por evento	Total de participantes nos eventos
Encontros com Secretários Municipais de Educação, Ação Social e G. Gestor	01	02	-	60	60
uniões Regionais com representantes das Secretarias e Grupo Gestor	-	-	07	15	107
Reuniões dos representantes do GT do projeto	-	-	06	08	08
Encontros com a Rede de Multiplicadores do Projeto Baú de Leitura	03	05	-	20	20
Encontros com Coordenadores Municipais do Projeto Baú de Leitura	-	-	01	50	50

A partir destes eventos iniciou-se um trabalho de envolvimento das Prefeituras Municipais para que elas iniciassem um processo de ampliação do Projeto no município utilizando, para tal fim, recursos do próprio PETI, bem como recursos oriundos do FUNDEF, alocados nas Secretarias Municipais de Educação.

Mesmo tendo as Prefeituras Municipais assegurando o processo de aquisição e pagamento dos livros para os Baús de leitura, coube ainda ao MOC assumir a Secretaria Executiva do GT (Grupo de Trabalho), encarregado de sensibilizar, monitorar e gerenciar todo o processo de aquisição dos livros entre Editoras/Distribuidoras e as Prefeituras. Além disso coube ao MOC as seguintes atividades:

- desenvolver todo o processo de formação dos monitores e professores para o trabalho de leitura;
- desenvolver o trabalho de monitoramento dos coordenadores
- coordenar o GT que é responsável pelo trabalho do Baú de Leitura;
- adquirir e repassar aos municípios os Baús de sisal.

Este desenho do projeto aponta para uma maior participação de todos os atores e maior autonomia dos próprios municípios, pois a pre-

sença do coordenador (liberado de sua carga horário de sala de aula, sem perdas salariais, garantido pela SETRAS), possibilitou aos municípios a presença de um agente dinamizador do projeto no seu município. A ele cabe realizar visitas, propor formações, acompanhar o andamento total dos trabalhos..

b) Ações realizadas pelos grupos a partir de nossa ação:

Eis alguns elementos:

- Aquisição de 166 Baús com recursos do PETI e/ou da Secretaria de Educação nos municípios;
- Dos 42 municípios em que existem o PBL, em 27 deles já se possui o coordenador, que dispõe também de espaço com infra-estrutura básica para realização do seu trabalho;
- A disponibilização dos acervos já existentes nos municípios, efetivada de forma tímida em alguns municípios, porém ampla e eficiente em outros;
- Coordenadores dos Baús de Leituras assumindo nos municípios o desenvolvimento de trabalho no campo da leitura, inclusive em eventos da rede Oficial de ensino, a exemplo das semanas do meio ambiente, semanas de folclore e Jornadas Pedagógicas.

2.1.1.4. Estratégia 4 – Articulação de novos espaços de formação de educadores/leitores para trabalhar com a metodologia do Projeto Baú de Leitura

Outra linha de trabalho assumida pelo MOC, dentro do Projeto Baú de leitura, foi o de articulador de novos espaços de atuação da metodologia do Baú.

Neste sentido continuamos as ações iniciadas em 2001, de formação e acompanhamento de novos/as educadores(as)/leitores(as) no estado de SERGIPE e ampliamos o trabalho para outras regiões do próprio estado da Bahia.

Destacaremos a seguir as ações desenvolvidas neste campo

a) Eventos de Formação Inicial:

Atividades	A convite de:	Realizadas e não previstas	Nº de participantes por evento	Total de participantes
Encontros de sensibilização e formação inicial de novos educadores/leitores	Secretaria Municipal de Aracaju/Sergipe	01	30	92
	Centro Dom José Brandão de Castro	01	42	
	Fundação Cidade Mão/Bahia	01	20	

b) Monitoramento e Aprofundamento da metodologia do Projeto:

Atividades	A convite de:	Realizadas e não previstas	Nº de participantes por evento	Total de participantes
Encontros de monitoramento e aprofundamento com educadores/leitores já atuantes	UNDIME /Sergipe	02	30	52
	Fundação Cidade Mito/Bahia	01	20	

Estas ações apontam não só para uma ampliação do projeto Baú de leitura, mas também para o reconhecimento e credibilidade que este Projeto vem apresentando ao longo destes três anos de existência.

c) Desafios e perspectivas:

O ano que se finda foi marcado por grandes conquistas e desafios para o Projeto Baú de Leitura. Uma conquista é aquilo que consideramos a construção de um processo de autonomia e apropriação do Projeto enquanto política pública para educação municipal.

Avaliamos que muitas das situações inicialmente propostas em nosso planejamento, foram trabalhadas e houve passos muito significativos, com especial destaque a:

- Uma nova estruturação do Projeto Baú de Leitura que deixa de ser apenas do MOC/UNICEF, passando a ser apropriado pelos municípios, Secretarias Municipais e Grupos Gestores;
- O processo sistemático, embora complicado, de assumir pelos municípios em relação à compra dos livros para o compor os Baús de Leitura. Houve municípios que, utilizando recursos próprios, triplicaram o número de Baús existentes, a exemplo de Jacobina, que no início de 2002 tinha 09 (doados pelo MOC/UNICEF) e terminou o ano com 41 (32 comprados com recursos próprios);
- Formação do Grupo de Trabalho do Projeto que assumiu um papel importante de articulador e motivador de Grupos Gestores para o trabalho do Projeto, não somente referente às compras de livros, mas no que diz respeito a toda a gestão municipal ligado a ele;
- A formalização das coordenações municipais do Projeto Baú de Leitura, já sendo capacitadas e monitoradas para o fortalecimento do Projeto, e acompanhando o desenvolvimento deste junto aos educadores/leitores do município;
- O envolvimento dos educadores/leitores com a proposta do Projeto, criando e motivando espaços de apresentação divulgação dos seus trabalhos e dos alunos, demonstrando um imenso desejo de que ele continue dando certo.

No entanto, identificamos também que esta é uma caminhada inicial para o processo de autonomia, pois temos grandes desafios a serem superados, tais como:

- Prefeituras que ainda não assumiram nada de uma dimensão mais autônoma do projeto;
- Uma melhor estruturação da coordenação Municipal do Projeto Baú de Leitura, mais articulada com outras instâncias e agentes sociais do PETI e do município.

Temos percebido que a relação entre as instâncias municipais foram e são decisivas para o bom andamento do processo a nível local. A forma como os grupos interagem, se articulam e se relacionam no cotidiano é algo decisivo para o êxito das ações. Temos percebido que, onde há uma relação de comprometimento político e pedagógico com os Projetos locais (PETI, CAT, Baú de Leitura) por parte dos governos municipais e dos educadores, professores e monitores, coordenadores envolvidos as coisas andam, dão passos e ampliam de fato o Projeto Baú de Leitura para uma dimensão de Política Pública

Para nós do MOC, propõe-se como uma grande desafio, garantir o processo de formação e acompanhamento dos educadores/as envolvidos no Projeto de forma processual e com a qualidade necessária.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL

Findamos mais um ano. Conquistas e problemas se colocam ante nós..

Temos bastante o que ressaltar de resultados, máxime uma maior compreensão de nosso papel formativo.. Construimos, este ano, junto com os professores, coordenadores e monitores uma prática mais fortalecida de assessoria que orienta e ajuda a melhor pensar e planejar as ações, mas que não faz pelo outro, que não o anula.

Se tivemos dificuldades, percebemos que os grupos sentem-se mais valorizados, mais confiantes e vão assumindo um papel de ator, de incentivador e de articulador das ações nos municípios. Há por parte dos grupos um visível crescimento no processo de autonomia e busca de parcerias no próprio município, para desenvolver e melhorar seu trabalho.

“Quando você ri, a alegria se espalha como as ondinhas num lago e quando fica triste, ninguém, em lugar nenhum, pode estar feliz. Algo muito parecido ocorre com o conhecimento, pois quando você aprende alguma coisa nova, o mundo inteiro se torna mais rico”.

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Políticas Públicas, dentro da atuação política do MOC, tem o papel estratégico de promover a inserção da temática e da prática de Políticas Públicas nos próprios programas do MOC, assim como na intervenção dos seus parceiros. A estratégia central para a viabilização do objetivo supracitado, é qualificar a atuação da sociedade civil, dar possibilidade de divulgação de suas práticas e anseios, bem como contribuir para que as suas entidades representativas tenham condições concretas de discutir e definir seu projeto político, que deve estar desenhado e estabelecido dentro do planejamento estratégico.

Considerando todos estes aspectos, o Programa Políticas Públicas atua nas seguintes linhas ou sub-programas de ação: Conselhos Municipais de Gestão, Comunicação Social, Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente e Fortalecimento da Sociedade Civil Organizada. É a partir deste desenho institucional que passaremos a relatar e analisar práticas e levantar as perspectivas.

2. OS SUB-PROGRAMAS

2.1. Sub Programa Conselhos Municipais de Gestão

A atuação do Sub-programa Conselhos, no ano 2002, visava aprimorar a interferência política da sociedade civil organizada, através dos conselhos municipais de gestão. Foram definidas cinco situações finais, referentes a vários aspectos da participação popular nas políticas públicas. Os grupos-alvo diretamente envolvidos nestas atividades foram integrantes dos conselhos municipais e lideranças da sociedade civil de 09 municípios da região sisaleira da Bahia - Araci, Teofilândia, Santa Luz, Valente, Retirolândia, Riachão do Jacuipe, Conceição do Coité e Ichú. As atividades realizadas e os resultados obtidos acerca das situações finais definidas foram os seguintes:

Situação final 01:

Entidades e pessoas da sociedade civil e do poder público dispõem de mais e melhores conhecimentos e habilidades para uma participação efetiva nas políticas públicas.





Para aproximar a realidade social dos municípios trabalhados a esta meta, foram previstas atividades regionais de sensibilização e capacitação de lideranças e de integrantes (do poder público e da sociedade civil) dos seguintes conselhos municipais: Conselho Municipal de Saúde (CMS), Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselhos Tutelares.

Atividades	Previstas	Realizadas	% de atendimento das realizadas	Realizadas e não previstas
Seminário regional s/ PolPub setoriais	4	4	100%	
Capacitação Municipal de Conselhos	4	1	25%	
Capacitações realizado fora da área regional da atuação do MOC, a pedido de outras entidades	0	3		3

Os seminários sobre políticas públicas setoriais tiveram uma participação média em torno de 30 pessoas cada. Eles têm uma frequência estável e se transformaram, desde a sua criação, em 2001, em uma referência ao nível regional na área de capacitação sobre políticas públicas setoriais, atraindo até a demanda de governos municipais dispostos a viabilizar, com recursos próprios, seminários além daqueles oferecidos pelo MOC, e de entidades fora da região da atuação do MOC. Uma idéia muito criativa, que demonstra que, de certa maneira, os grupos capacitados reconhecem a importância da formação cidadã, surgiu no município de Retirolândia, onde, depois de participar dos cursos sobre políticas públicas setoriais, um professor municipal resolveu inserir módulos sobre políticas públicas, a partir de material didático fornecido pelo MOC, nas aulas para a 5ª a 8ª série do ensino fundamental.

Segundo vários depoimentos de diferentes municípios, a participação nas capacitações sobre políticas públicas setoriais do MOC contribuiu para tornar a política municipal mais transparente e constitucional, através da conscientização até de tomadores de decisão do poder público. Assim surgiu, no município de Araci, a proposta de criar uma comissão do conselho municipal de saúde para fiscalização de empenhos. Interessante nesta proposta é que foi formulada por um grupo de conselheiros, composto por representantes da sociedade civil e do poder público que, depois da capacitação de que participaram, queriam modificar algumas práticas no seu município.

Situação final 02:

As entidades da sociedade civil participam nos conselhos municipais de maneira mais articulada entre elas e dando melhor acompanhamento a seus representantes.

Pontapé inicial desta linha de ação foi, em cada município, uma oficina com lideranças da sociedade civil. Lá, foi analisado sistematicamente o andamento da interferência da sociedade civil nas políticas públicas. Identificados os potenciais e as fraquezas desta atuação, foram combinados encaminhamentos a serem concretizados até o final do ano. Houve visitas para monitorar a realização destes encaminhamentos, onde, periodicamente, foram analisados os passos dados, as dificuldades encontradas, e as necessidades de reformular metas.

Atividades	Previstas	Realizadas	% de atendimento das realizadas
Oficina municipal e/ entidades para discutir a interferência articulada	6	6	100%
Visitas de monitoramento dos encaminhamentos	12	10	80%



Em quase a metade dos municípios atendidos, faltava perseverança e continuidade dos grupos para atingir as metas combinadas. Em dois casos, depois de combinar os encaminhamentos, não aconteceu literalmente mais nada. Outro fator limitante foi o tempo disponível dos grupos (ou a priorização destas atividades pelos mesmos): Em três municípios, demorou até o segundo semestre para agendar a oficina inicial, o que limitou o tempo disponível para a atuação prática.

Apesar de todas as dificuldades, há cinco municípios onde as entidades, através de uma ação articulada, fizeram conquistas interessantes: Em Valente, o fórum da cidadania já tem vários anos de funcionamento e é uma referência regional na interferência articulada da sociedade civil nas políticas públicas. Em Santa Luz, o fórum da sociedade civil está formalmente criado e dispõe de agenda de reuniões e plano de ação.

Em Retirolândia, um grupo semelhante, em vias de consolidar uma espécie de fórum, conseguiu retificar três conselhos municipais em 2001, e está agora pressionando para instalar o conselho tutelar. Para tal organizou um seminário onde se discutiu o processo de implementação deste conselho e se fez a proposta de colocar o valor referente ao funcionamento do conselho tutelar no orçamento municipal.

Em Teofilândia, a articulação entre as entidades da sociedade civil com representação nos conselhos está caminhando razoavelmente; após alguns contatos esporádicos no passado, as entidades começaram se reunir com mais frequência, no ano 2002, estabelecendo uma prática que está começando a consolidar um fórum da sociedade civil. Este fórum, além de discutir o andamento da representação nos conselhos, chegou a debater propostas para mudar a lei orgânica municipal.

Em Ichu, outro município “novo”, com atuação mais recente do sub-programa, o grupo de entidades que começou se reunir para consti-

tuir o fórum da sociedade civil está articulando o apoio – moral e legal – a conselheiras municipais de saúde que estão sofrendo ameaças e pressões provocadas por denúncias qualificadas de irregularidades no funcionamento do hospital municipal, após uma sindicância no estabelecimento.

Situação final 03:

A sociedade civil faz propostas para o orçamento e fiscaliza os recursos públicos no seu município.

Esta estratégia visava apoiar iniciativas populares de interferência no orçamento municipal, através de acompanhamento e assessoria técnica e política.

Atividades	Previstas	Realizadas	% de atendimento das realizadas
Seminário regional s/ Orçamento e Fiscalização	2	1	50%
Visitas de fiscalização	6	1	16%
Preparação / divulgação de material informativo	01 cartilha	01 cartilha, fornecimento de dados em função da demanda específica	100%
Capacitação de ciberpesquisador@s nas entidades da SC organizada	2		0%

De 06 atividades previstas, só uma foi realizada, sem resultados concretos diretamente associáveis à atuação pedagógica da equipe. Porém, o serviço de apoio informativo (sobre dados contábeis dos municípios e repasses constitucionais fundo a fundo) do sub-programa foi demandado muito e ajudou conselhos e entidades a monitorarem a execução orçamentária dos seus municípios.

Situação final 04:

Composição e funcionamento de uma parte dos conselhos municipais corresponde à legislação federal e aos princípios da gestão transparente e participativa.

A capacitação e assessoria legal na área foi planejada para complementar a formação geral sobre políticas públicas, acompanhando os grupos cujas denúncias eram levadas à justiça. Esta área foi outra que sofreu cortes em função das agendas sobrecarregadas do sub-programa e dos grupos nos municípios.

Atividades	Previstas	Realizadas	% de atendimento das realizadas	Realizadas e não previstas
Seminário regional s/ Legislação	2	0	0%	
Visitas de assessoria legal	6	3	50%	
Visitas de estruturação	6	3	50%	

As capacitações regionais não foram realizadas. Mesmo assim, em função da demanda específica em 02 municípios, houve duas assessorias na área legal. Um caso foi bem-sucedido: um conselheiro de saúde do município de Valente, que foi transferido após fazer denúncias qualificadas de irregularidades no sistema municipal de saúde, conseguiu a liminar que anulou sua transferência. O outro - referente às irregularidades e ameaças sofridas por conselheiras de saúde de Ichu - ainda está pendente. O maior problema desta linha de ação é a falta, ainda, de uma melhor infra-estrutura de apoio instalada (disponibilidade de advogados e outros assessores específicos para o movimento popular). Maiores investimentos nesta área trariam resultados de grande impacto, uma vez que já existem muitas lideranças sensibilizadas e capacitadas para identificar e registrar irregularidades, representando um grande potencial de denúncias qualificadas a serem processadas.



Situação final 05:

Existe uma interferência articulada de mulheres nos conselhos municipais. Existem políticas públicas voltadas aos princípios de equidade e justiça de gênero.

Em função das grandes desigualdades de gênero, tanto na interferência nas políticas públicas quanto na ocupação de cargos de direção nas entidades populares, foi criada esta estratégia específica para capacitar e acompanhar o movimento de mulheres trabalhadoras rurais (MMTR). Esta atuação foi prevista como cooperação entre o sub-programa conselhos e o programa de gênero do MOC. O sub-programa conselhos ficou encarregado de realizar as capacitações e fornecer assessoria específica e material informativo para a atuação concreta dos grupos, ficando o programa de gênero encarregado do acompanhamento e monitoramento das atividades práticas.

Atividades	Previstas	Realizadas	% de atendimento das realizadas
Capacitação p/ MMTR s/ Políticas Públicas	1	1	100%
Capacitação p/ MMTR s/ Conselhos	1	0	0%
Capacitação p/ MMTR s/ Orçamento	1	1	100%

2.2. SUB- PROGRAMA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação revela-se, cada vez mais, como um elemento indispensável a qualquer tipo de ação pública, cumprindo dois papéis funda-



mentais: de informação e de formação. De um lado, é dever da comunicação informar à população sobre suas atividades, estratégias, objetivos, resultados, utilização de recursos etc.; por outro lado, é preciso formar a opinião pública na perspectiva de conseguir dela o respaldo e o apoio necessário para as ações que devem estar voltadas para a dimensão do desenvolvimento sustentável.

Dentro do movimento popular, a comunicação ganha ainda maior importância quando se leva em conta a brutal e perversa concentração dos meios de comunicação de massa, voltados exclusivamente para interesses econômicos e políticos de grupos restritos, tirando da sociedade civil o acesso e controle dos mesmos.

É com o propósito de contribuir para a democratização dos veículos de comunicação social e para o preparo dos setores organizados da sociedade civil da região para a sua utilização de forma competente e democrática, que o MOC mantém um sub programa de Comunicação Social que tem sua estratégia lastreada em três eixos de ação:

- a) apoio às entidades comunitárias e sindicais na manutenção de programas radiofônicos, destacando-se na ação os direitos das crianças e adolescentes;
- b) fomento e apoio à implantação e implementação de rádios comunitárias;
- c) divulgação institucional da entidade, tornando suas ações mais conhecidas entre a população em geral, com destaque para as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Nesse trabalho processual, estabelece-se uma relação parceira entre o MOC e as organizações da sociedade civil da região, bem com o UNICEF, que qualifica ainda mais nossa intervenção junto aos grupos.

Para o ano de 2002 foram definidas sete linhas estratégicas de ação, cuja situação final desejada encontra-se elencada a seguir, com as respectivas atividades que foram realizadas e ações de iniciativas dos grupos, bem como os desafios postos para se dar prosseguimento aos trabalhos.

Situação final 01:

Questões sociais, relacionadas à criança e ao adolescente, divulgadas e debatidas em programas radiofônicos e veiculados por 10 entidades da sociedade civil e por 12 rádios comunitárias, através da formação de equipes locais de comunicadores sociais.

a) Atividades previstas, realizadas e número de participantes:

Atividade	Prevista	Realizada	Nº de Participantes / evento	Total de Participantes
Apoiar Programas Radiofônicos de 10 Entidades comunitárias	10	11	(*)	(*)
- apoio a rádios comunitárias	12	10	(*)	(*)
- apoio a 4 novas rádios comunitárias	04	02	(*)	(*)
	00		(*)	(*)
- criação de programa radiofônico para os movimentos sociais		01	(*)	(*)



b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

Na intenção de viabilizar que as questões sociais sejam não só veiculadas, mas refletidas e massificadas, as entidades precisam ter o necessário espaço. Por conta disso é que o MOC atuou como um parceiro intermediário na intenção de contribuir para fazer funcionar as rádios comunitárias, bem como apoiar os programas das entidades, nas rádios comerciais e comunitárias. Assim sendo, o apoio se deu no campo financeiro e na linha de formação de locutores, dirigentes e lideranças, para que estes participem dos programas das rádios, com intenção política e com qualidade. Dessa forma, destacamos a ação dos grupos no sentido de fazer acontecer a implantação e implementação das rádios comunitárias, bem como dos programas de rádios das entidades.

Na avaliação do ano junto aos grupos, se constatou a importância que as entidades estão dando à comunicação como instrumento político e isso pode ser entendido quando 60% dos dirigentes das organizações comunitárias já compreendem a necessidade de manter as atividades de comunicação como parte das ações estratégicas da entidade. Como complemento da situação anterior pode se perceber que com base nas pautas das reuniões das referidas entidades, a comunicação já é discutida, rotineiramente, entre os dirigentes das entidades comunitárias.

Conforme parecer da assessoria externa de comunicação, com base em material comparativo (fitas, programações, depoimentos,... escritos anteriores e atuais) percebe-se que os programas radiofônicos das entidades comunitárias começam a ser aperfeiçoados tecnicamente: os programas já são mais planejados, as matérias são veiculadas obedecendo às recomendações técnicas (clareza, simplicidade, objetividade);

* Em cada local há uma equipe que assume a elaboração e apresentação dos programas radiofônicos que se destinam ao público em geral, não se dispõe de dados do número de ouvintes.



Constatou-se ainda um grande empenho por parte dos comunicadores locais em divulgar e debater as questões sociais do interesse da região, com destaque para aquelas relacionadas à criança e ao adolescente. Para isso, fizeram a cobertura jornalística da maioria das atividades realizadas na região e fora dela, com entrevistas com os principais atores envolvidos; registra-se também um início na democracia interna das entidades em relação à comunicação. Das 10 entidades apoiadas, somente três delas ainda apresentam forte resistência em não entregar às equipes de comunicadores a condução dos programas radiofônicos.

c) Principais desafios:

A importância da comunicação não é ainda consenso entre os dirigentes das organizações comunitárias e sindicais; muitos a consideram, ainda, como um elemento de menor importância entre o conjunto das atividades da entidade;

O espaço dos programas das entidades e os das rádios comunitárias constituem-se num espaço de poder e promove um certo status para os seus dirigentes e essa situação dificulta a abertura para uma participação mais aberta e democrática. Assim sendo, imaginamos que a formação de uma comissão municipal, ou inicialmente de comissão por entidade, promoverá a referida abertura e oportunizará a participação de novas lideranças e mais pessoas nos meios de comunicação social local/regional;

Mesmo assim há um desafio claro que é o de continuar na luta para a legalização e estruturação das rádios comunitárias, bem como o de ocupar outros espaços para a divulgação e massificação das temáticas de interesse da região. Junto a esta estruturação passa a qualificação dos programas através de um processo de formação de radialistas, dirigentes e lideranças das entidades.

Situação final 02:

Políticas Públicas, LDO, LO, questões de interesses regionais, direitos das crianças e PETI sistematicamente debatidas e grupos de comunicação com suas atividades monitoradas

a) Atividades previstas, realizadas e número de participantes:

Antes da descrição das atividades, cabe um remarque no sentido de destacar que estas capacitações não o foram simplesmente no âmbito técnico e de uma correta utilização dos meios de comunicação social, mas também em temáticas específicas a serem veiculadas e debatidas.

Atividades	Prevista	Realizada	Nº de Participantes/ evento	Total de Participantes
Capacitar e monitorar os comunicadores locais.				
- curso regional	01	05	58	190
- cursos sub-regionais	02	00	00	00
- oficinas municipais	06	04	32	128
- visitas de monitoramento	09	04	12	48
- oficinas sobre comunicação em gênero	04	02	22	44

b) Avanços na direção da situação final: ação dos grupos:

Em todos os municípios priorizados pela ação deste sub programa há grupo de dirigentes e lideranças com um nível de formação básico para a elaboração e apresentação dos programas radiofônicos, embora, em alguns casos, com certa dificuldade e deficiência. E as entidades têm agido no sentido de incentivar o surgimento de novas pessoas, disponibilizando o seu tempo e arcando com parte das despesas financeiras.

No âmbito mais regional, construiu-se um processo de articulação que permitiu a discussão de temáticas no campo das políticas públicas comuns a todos os municípios, a exemplo da questão dos recursos hídricos; privatização da EMBASA; da elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias municipais; PRONAF; FUMAC; PETI; dentre outros. Os dirigentes das entidades têm criado espaços especiais, além daqueles apoiados pelo MOC, a exemplo das rádios comunitárias de Santaluz e Retirolândia que criaram programas diários para tratarem da política voltada para a criança e o adolescente.

A dimensão de gênero foi discutida de forma sistemática nos meios de comunicação e assumida diferentemente (cfr. Relatório de Gênero).

A manutenção de programas jornalísticos com a participação direta da comunidade (casos de Santaluz, Retirolândia e Valente) deu uma grande contribuição para o debate de questões locais e regionais do interesse da população (seca, água, PETI, Conselhos Municipais, etc.).

Em Feira de Santana formou-se, com a participação de várias entidades da sociedade civil, uma entidade jurídica para assumir a implantação de uma Rádio Comunitária que, inclusive, solicitou autorização de funcionamento junto ao Ministério das Comunicações. Destaque-se também que a informação veiculada a respeito da privatização da EMBASA foi importante contribuição para subsidiar e animar a população na pressão aos seus vereadores, para votar contra a privatização.

c) Principais Desafios:

A legislação que rege as rádios comunitárias continuou inalterada, tra-

zendo grandes dificuldades para as rádios comunitárias, possibilitando uma perseguição sistemática por parte da ANATEL. Não obstante a Rádio Comunitária de Valente conseguiu autorização definitiva de funcionamento, graças ao empenho e o envolvimento dos dirigentes da rádio, das entidades e da população em geral.

A fragilidade das organizações mantenedoras das rádios comunitárias não permitiram uma atuação regular das mesmas, interferindo negativamente no funcionamento das rádios.

Apesar de todo debate realizado em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária (LO) que ajudou na inclusão de propostas oriundas da sociedade civil, a implementação dessas medidas continua sendo um grande desafio. Ou seja: a população consegue aglutinar forças para incluir nos dispositivos legais suas propostas de políticas públicas, mas não consegue transformá-las em ações concretas.

Situação Final 03:

Comunicadores municipais articulados com o PETI e com setores da sociedade civil, coletando e divulgando fatos de interesse para o fortalecimento do Programa

a) Atividades previstas, realizadas e número de participantes

Atividade	Meta Prevista	Meta Realizada	Nº de participantes por evento	Total de Participantes
Possibilitar a Articulação dos comunicadores com outros setores da sociedade civil - reuniões mensais	10	08	31	248

b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

Em todos os municípios de atuação deste sub programa, em maior ou menor dimensão, comunicadores locais desenvolveram atividades de reportagens junto a setores do poder público e da sociedade civil para divulgação do PETI nos programas radiofônicos e, em alguns casos, como Santa Luz e Retirolândia, conseguiram desmistificar assuntos polêmicos e envolver famílias em lutas mais gerais e questões específicas, como atraso de bolsa, não funcionamento de Jornada, qualidade da alimentação escolar, etc.

As informações veiculadas pelos programas radiofônicos contribuíram para a mobilização da comunidade em função de questões específicas tais como: participação na elaboração da LDO e da LO municipais, apresentação de

reivindicações junto ao poder público a exemplo de melhorias para o PETI, construção de cisternas e outros.

O que mais tem chamado a atenção é a responsabilidade dos envolvidos com a comunicação em fazer chegar à região as notícias de Brasília, de Salvador, da região e do mundo, naquilo que diz respeito a criança e o adolescente.

c) Desafios:

Apesar de algumas conquistas, ainda são muitas as dificuldades de interação entre os responsáveis pela comunicação e as organizações da sociedade civil, o que impede a veiculação sistemática de questões relacionadas à criança e ao adolescente e, em especial, ao PETI.



Situação final 04:

Matérias do interesse do PETI, da região e da ação institucional do MOC divulgadas sistematicamente

a) Atividades previstas, realizadas e número de participantes:

Atividade	Meta Prevista	Meta Realizada	Nº de participantes por Evento	Total de Part
Implantar uma Central de Informações				
- elaboração de matérias para divulgação das ações institucionais	72	88 ⁴¹	(*)	(*)
- produção de um boletim de notícias para os programas radiofônicos	36	22	(*)	(*)

b) Avanços na direção da situação final: ação dos grupos:

A população, em geral, foi melhor informada do conjunto das ações desenvolvidas com a interferência do MOC e do movimento popular na região, especialmente as ações que dizem respeito a melhoria efetiva da qualidade de vida da população, tais como: Programa um Milhão de Cisternas; projeto PROSPERAR; Mala de Leitura; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agentes de Família etc.

As entidades comunitárias dispuseram, de forma sistemática, de um “boletim de notícias” para divulgação nos seus programas radiofônicos. Isso qualificou melhor os programas radiofônicos desenvolvidos.

⁴¹ Matérias efetivamente publicadas em jornais de circulação local, regional e estadual.

⁴² Em cada local há uma equipe que assume a elaboração e apresentação dos programas radiofônicos e dos boletins, que se destinam ao público em geral, com assessoria, de equipe técnica do MOC, Jovens Escolhas, UNICEF e GIPÓ.



c) Desafios:

Não há, entre os meios de comunicação convencionais (rádios, jornais e TVs) uma cultura de valorização das iniciativas comunitárias. O desafio é conquistar os MCS para este tipo de notícia e, de nosso lado, nos capacitar mais para falar a linguagem dos MCS.

Situação final 05:

Rádios Comunitárias de 15 Municípios articuladas entre si, em rede, e com a Associação Rádios Comunitárias (ABRACO)

a) Atividades previstas, realizadas e número de participantes:

Atividade	Meta Prevista	Meta Realizada	Nº de Participantes por evento	Total de Participantes
Apoio a articulação das Rádios Comunitárias entre si e com a ABRACO				
- encontros regionais	02	03	45	135
- encontro estadual	01	01	72	72

b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

Por um lado, a iniciativa dos grupos na articulação das rádios comunitárias com a ABRACO permitiu um aprendizado novo, através do intercâmbio de experiências, e por outro, um mútuo apoio moral e político, importante diante da ação perseguidora da ANATEL.

É também positiva a participação das rádios comunitárias da região na ABRACO, como fator de fortalecimento dessa entidade. Já existem casos em que representantes das rádios comunitárias, inclusive, integram a nova diretoria da entidade, a exemplo de Valente, Itaberaba, dentre outros.

Situação final 06:

Equipes de Comunicadores organizadas em 50% dos municípios

a) Atividades previstas, realizadas e número de participantes:

Atividade	Prevista	Realizada	Nº de Participantes/evento	Total de Participantes
Encontros bimestrais de monitoramento e formação das equipes de comunicação. Apoio formativo à organização de equipes	05	04 ⁰¹	26	26

⁰¹ As equipes de comunicadores foram formadas em todos os Municípios.

b) Avanços na direção da situação final: ação dos grupos:

A formação das equipes de comunicadores é um passo decisivo para a formação de um processo de construção da autonomia dos grupos locais. Há municípios a exemplo de Santa Luz, onde isso já funciona.

Foi muito rico o processo de monitoramento realizado através dos encontros bimestrais e de visitas in loco. Os grupos assumiram responsabilidades no campo, por exemplo, no acompanhamento das atividades das programações. O processo de discussão mantido em função do trabalho realizado se constituiu num importante meio para um melhor aprendizado das pessoas, contribuindo para aumentar a qualificação e a eficiência das ações;



c) Principais Desafios:

Predomina ainda uma cultura autoritária entre a maioria dos dirigentes das organizações comunitárias e sindicais, o que impede ou dificulta, em muito, que os comunicadores sociais locais tenham a necessária liberdade de atuação nos municípios.

Em decorrência do fator supracitado, faltou aos comunicadores sociais locais o necessário apoio para a sua atuação.

A formação dos comunicadores, por outro lado, precisa ser intensificada.

2.3. SUB-PROGRAMA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - PETI

O Sub-Programa Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente tem o papel de transversalizar esta temática dentro dos demais Programas do MOC e na região. Por uma questão estratégica, nos últimos seis anos, o sub programa tem concentrado suas energias na organização e fortalecimento do PETI.. Neste sentido, atua em três frentes dentro do Programa, quais sejam: Fortalecimento das Comissões em Nível Regional e Sub-Regionais; Apoio ao Fórum da Sociedade Civil do PETI; Programa Agentes de Família. Além disso, o MOC faz parte da Comissão Estadual do Programa (COMPETI) e atua com uma estratégia de comunicação, no intuito de divulgá-lo. Outras ações, neste âmbito, encontram-se descritas no Programa de Educação Básica e naquele de Apoio à Agricultura Familiar no Semi-árido.

2.3.1. Projeto Agentes de Famílias

O Projeto Agente de Família tem o objetivo de contribuir para que as famílias entendam melhor o Programa, tornem-se protagonistas do mesmo, cobrando, fiscalizando, debatendo, participando, assumindo-o como direito. O

Projeto Agente de Família está implantado, em 30 municípios⁴⁴ da região do Sisal, do Paraguaçu e do Piemonte da Diamantina, atuando com um total de 331 Agentes de Família, 30 Coordenadores, 29 supervisores - normalmente diretores disponibilizados pelas entidades para coordenarem o Projeto no município, comumente do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Para um melhor desempenho do projeto e a consecução de seus objetivos foram desenhadas algumas situações finais, quer em relação às entidades enquanto responsáveis políticos pelo mesmo, quer no que concerne ao desempenho específico dos agentes nas comunidades.

2.3.1.1. Em relação aos diretores de Entidades (supervisores do projeto)

Situação Final:

Entidades entendem o papel político do Projeto Agentes de Família – PAF como mobilizador das famílias e das comunidades em relação ao PETI, apropriam-se do Programa entendendo sua importância, especialmente em relação aos Direitos da Criança e do Adolescente, educação, geração de renda; assumem as demandas advindas da comunidade e as encaminham, desenvolvendo a capacidade de gerenciamento e acompanhamento do PAF.

a) Quadro de Atividades desenvolvidas pelo MOC:

Atividade	Prevista	Realizada	Nº médio de pessoa / evento	Nº total de partic
Encontro regional c/ diretores de entidades para definir papéis na gestão do PAF	01	01	58	58
Encontros semanais de monitoramento da atuação das entidades	02	-	-	-
Reuniões sub-regionais do MOC c/ Dirigentes, Supervisores e Coordenadores de Agente de Família	-	06	15	90

As atividades citadas visaram capacitar os dirigentes das entidades parceiras em relação a planejamento, metodologia, gerenciamento do Projeto, inclusive prestação de contas, a supervisão das ações dos Agentes de Família e Coordenadores; trabalhar temas de relevância, tais como: direitos da infância e adolescência, violência, meio ambiente, água...

⁴⁴ Os municípios são os seguintes: Itiúba, Monte Santo, Cansanção, Queimadas, Nordestina, Quijingue, Santa Luz, Valente, São Domingos, Retiroândia, Conceição do Coité, Serrinha, Barrocas, Tesfilândia, Araci, Tucano, Candeal, Ichú, Biachão do Jacu-ípe, Pé de Serra, Nova Fátima, Capela do A. Alegre, Capim Grosso, Serrolândia, Campo Formoso, Miguel Calmon, Mirangaba, Várzea Nova, Ourilândia, Umburanas.

b) O que os grupos fizeram a partir de nossas ações:

Percebe-se uma evolução considerável por parte das entidades, tendo em vista que algumas destas conseguem entender melhor a importância das ações do PAF e assumir verdadeiramente o Projeto enquanto processo de mobilização. Como exemplo destacamos, que dentre os 30 municípios contemplados pelo PAF, 20 estão fazendo o acompanhamento dos trabalhos dos AF nas reuniões mensais, nas comunidades e eventos municipais e sub-regionais (bimensais); todos participam do planejamento e monitoramento; 14 municípios conseguem discutir efetivamente e encaminhar os problemas e conquistas levantados pelos Agentes para os Grupos Gestores e outras instâncias a exemplo do Fórum da Sociedade Civil, Comissões Regional e Sub - Regional, Comissão Estadual.

c) Desafios:

Um primeiro desafio é justamente aprofundar um entendimento político do papel dos dirigentes das entidades para gerirem o PAF.

2.3.1.2. Em relação aos Coordenadores do Projeto Agente de Família

Situação Final:

Coordenadores de Agentes de Família dominando a metodologia de planejamento e monitorando as ações dos Agentes de Família no município, de sorte a possibilitar um maior dinamismo do programa no município e maior participação dos pais no Programa.

a) Quadro de Atividades:

Atividade	Prevista	Realizada	Nº médio de pessoas por evento	Nº total de participantes
Reuniões sub-regionais para planejamento das atividades dos coordenadores junto aos Agentes	06	06	25	25
Reuniões bimensais com coordenadores e diretores das entidades para monitorar o trabalho do PAF	10	12	48	48
Encontros com os coordenadores do PAF para monitorar o planejamento	-	06	06	36

b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

Como avanços deste eixo, destacamos o fato de que os coordenadores já planejam o processo de trabalho nos municípios com os Agentes de Família. E dentre estes, 22 fazem supervisão do trabalho de forma sistemática, através de

ficha de visitas, leitura, análise e discussão de relatórios individuais. Do total dos coordenadores 70% participam das reuniões das Comissões Regional e Sub-Regional, levando informações e contribuições a cerca do trabalho dos AF. Por fim, 17 coordenadores conseguem estimular, incentivar e articular os AF e famílias através de atividades culturais, a exemplo de reisado, quebra pote, samba de roda, forró... inclusive, em parceria com entidades municipais.

c) Desafios:

Dentre os desafios postos, chamamos a atenção para um melhor domínio, pelos coordenadores, da metodologia do trabalho e oferecerem aos agentes uma maior contribuição no processo de reflexão de práticas e estímulo a tomada de iniciativa. Entendemos que a participação dos mesmos deve ser mais crítica e provocativa, no sentido de proporcionar uma participação efetiva e qualitativa dos agentes.

2.3.1.3. Em relação as agentes de família

Situação Final:

Agentes de Família, atuam estimulando as famílias a entenderem o PETI como direito, discutirem e encaminharem suas questões de forma organizada e articulada; e trabalham com as famílias a importância da participação/filiação das mesmas nos espaços organizados da sociedade civil enquanto instrumento de participação política.

a) Quadro de Atividades:

Atividade	Prevista	Realizada	Nº médio de pessoas / evento	Nº total de participantes
Curso de capacitação sobre temas específicos: DCS e Gênero, com Agentes de 17 municípios	03	03	50	150
Reuniões sub-regionais de planejamento, monitoramento e/ AF e capacitação sobre Associativismo e Cooperativismo	35	28	12	336
Reunião com entidades da Sociedade Civil e Poder Público para apresentação do PAF em Tucano	01	01	24	24
Curso de capacitação de AF de Tucano	01	01	12	12
Reuniões municipais com pais e mães do PETI realizadas pelo MOC	-	24	55	1343
Reunião com AF de 27 municípios acerca do levantamento de dados das atividades pelos mesmos	-	01	58	58

b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

Objetivando fortalecer o trabalho dos Agentes de Família, de forma parceira com entidades responsáveis pelo PAF, foram realizados seminários á nível municipal e regional (Santa Luz, Quijingue, São Domingos e Pé de Serra) para

b) O que os grupos fizeram a partir de nossas ações:

Percebe-se uma evolução considerável por parte das entidades, tendo em vista que algumas destas conseguem entender melhor a importância das ações do PAF e assumir verdadeiramente o Projeto enquanto processo de mobilização. Como exemplo destacamos, que dentre os 30 municípios contemplados pelo PAF, 20 estão fazendo o acompanhamento dos trabalhos dos AF nas reuniões mensais, nas comunidades e eventos municipais e sub-regionais (bimensais); todos participam do planejamento e monitoramento; 14 municípios conseguem discutir efetivamente e encaminhar os problemas e conquistas levantados pelos Agentes para os Grupos Gestores e outras instâncias a exemplo do Fórum da Sociedade Civil, Comissões Regional e Sub - Regional, Comissão Estadual.

c) Desafios:

Um primeiro desafio é justamente aprofundar um entendimento político do papel dos dirigentes das entidades para gerirem o PAF.

2.3.1.2. Em relação aos Coordenadores do Projeto Agente de Família

Situação Final:

Coordenadores de Agentes de Família dominando a metodologia de planejamento e monitorando as ações dos Agentes de Família no município, de sorte a possibilitar um maior dinamismo do programa no município e maior participação dos pais no Programa.

a) Quadro de Atividades:

Atividade	Prevista	Realizada	Nº médio de pessoas por evento	Nº total de participantes
Reuniões sub-regionais para planejamento das atividades dos coordenadores junto aos Agentes	06	06	25	25
Reuniões bimensais com coordenadores e diretores das entidades para monitorar o trabalho do PAF	10	12	48	48
Encontros com os coordenadores do PAF para monitorar o planejamento	-	06	06	36

b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

Como avanços deste eixo, destacamos o fato de que os coordenadores já planejam o processo de trabalho nos municípios com os Agentes de Família. E dentre estes, 22 fazem supervisão do trabalho de forma sistemática, através de

ficha de visitas, leitura, análise e discussão de relatórios individuais. Do total dos coordenadores 70% participam das reuniões das Comissões Regional e Sub-Regional, levando informações e contribuições a cerca do trabalho dos AF. Por fim, 17 coordenadores conseguem estimular, incentivar e articular os AF e famílias através de atividades culturais, a exemplo de reisado, quebra pote, samba de roda, forró... inclusive, em parceria com entidades municipais.

c) Desafios:

Dentre os desafios postos, chamamos a atenção para um melhor domínio, pelos coordenadores, da metodologia do trabalho e oferecerem aos agentes uma maior contribuição no processo de reflexão de práticas e estímulo a tomada de iniciativa. Entendemos que a participação dos mesmos deve ser mais crítica e provocativa, no sentido de proporcionar uma participação efetiva e qualitativa dos agentes.

2.3.1.3. Em relação as agentes de família

Situação Final:

Agentes de Família, atuam estimulando as famílias a entenderem o PETI como direito, discutirem e encaminharem suas questões de forma organizada e articulada; e trabalham com as famílias a importância da participação/filiação das mesmas nos espaços organizados da sociedade civil enquanto instrumento de participação política.

a) Quadro de Atividades:

Atividade	Prevista	Realizada	Nº médio de pessoas / evento	Nº total de participantes
Curso de capacitação sobre temas específicos: DLS e Gênero, com Agentes de 17 municípios	05	05	50	150
Reuniões sub-regionais de planejamento, monitoramento e AF e capacitação sobre Associativismo e Cooperativismo	35	28	12	336
Reunião com entidades da Sociedade Civil e Poder Público para apresentação do PAF em Tucano	01	01	24	24
Curso de capacitação de AF de Tucano	01	01	12	12
Reuniões municipais com pais e mães do PETI realizadas pelo MCC	-	24	55	1343
Reunião com AF de 27 municípios acerca do levantamento de dados das atividades pelos mesmos	-	01	58	58

b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

Objetivando fortalecer o trabalho dos Agentes de Família, de forma parceira com entidades responsáveis pelo PAF, foram realizados seminários á nível municipal e regional (Santa Luz, Quijingue, São Domingos e Pé de Serra) para

refletir a importância do Desenvolvimento Local Sustentável e Associativismo. Nesta mesma perspectiva foram realizados seminários municipais, em Santa Luz, Araci, Queimadas, Riachão do Jacuípe, Serrolândia, Várzea Nova, Cansação, com as famílias, para discutir a situação do PETI, com relação ao atraso do pagamento, qualidade e quantidade da alimentação das crianças na jornada ampliada, bem como sobre a estrutura das Jornadas Ampliadas.

Realçamos o fato da iniciativa de aproximadamente 10% das famílias do PETI virem fazendo o trabalho de reciclagem de lixo, bem como mutirões de limpeza de plásticos, vidros latas dentre outros, existentes nas escolas e nas áreas públicas das comunidades. Além disso 28 comunidades vêm realizando esta prática. 15% de pais e mães retornaram à escola para estudar.

A partir de organização e mobilização das famílias com os Agentes de Família foi construída uma UJA em Serrinha, com recursos das próprias famílias envolvidas, e mais duas unidades escolares no município de Riachão do Jacuípe, com esforços e recursos locais. Outras iniciativas que merecem destaque são:

- a partir da orientação e do incentivo dos agentes, famílias estão plantando hortas nos quintais, preocupadas em garantir a qualidade da alimentação sem agrotóxicos, a exemplo dos municípios de Serrinha, Santa Luz, Monte Santo, Queimadas.
- a realização de pesquisa sobre a qualidade da água utilizada para o consumo humano, principalmente pelas crianças.
- Debate da geração de renda, quando se discute e pensa ações no campo da reforma agrária, projeto PROSPERAR, PRONAGER, dentre outros.
- Foram criadas associações de pais e mães nos municípios de Serrolândia, Várzea Nova e Queimadas, com o objetivo de acompanhar, de forma mais articulada e com qualidade, as ações do PETI, em especial a jornada ampliada, a alimentação, o acompanhamento dos filhos na escola; bem como participar de atividades do grupo gestor.
- As famílias foram motivadas para fazerem abaixo-assinados, criarem comissão municipal, para acompanhamento da operacionalização do PETI nos municípios de Queimadas, Araci, Serrinha e Retiroândia. A partir disso, houve uma certa regularização do pagamento da bolsa, melhor qualidade da merenda na Jornada Ampliada, transparência na prestação de contas e compras e outros.

Segundo relatório de atividades dos Agentes, 30% das famílias, do universo de aproximadamente 30 mil, já acompanham seus filhos na escola no que se refere ao seu aprendizado e desenvolvimento; participam em reuniões e iniciam, fragilmente, a buscar um controle da frequência dos professores e monitores. Além disso, 40% dos Agentes de Famílias estão envolvidos direta-



mente com sindicatos, associações, igrejas, movimento de mulheres, programa de rádio, na condição de sócios e/ou participando das atividades promovidas pelas entidades.

c) Desafios:

Por mais avanço que o trabalho junto às famílias tenha conseguido, existe ainda pouco envolvimento das mesmas com o PETI e com as entidades e isso é um desafio a médio e longo prazo, dado que estamos diante de processos educacionais e culturais. Além disso, as entidades ainda estão muito distantes de uma maior atenção para com as famílias e não as vêem como um potencial e um instrumento de construção de uma nova participação e gestão das políticas públicas. Sem as famílias engajadas e assumindo seu papel de ator social, a qualidade do Programa fica a desejar.

2.3.2. Monitoramento do PETI através das Comissões Regionais, Sub-Regionais e do Fórum da Sociedade Civil.

Para o atingimento do objetivo de um bom e eficiente monitoramento do PETI através das instancias acima descritas, desenhou-se um conjunto de situações finais a partir das quais se planejou o trabalho.

2.3.2.1. Em relação à Comissão Regional

Situação Final:

Comissão Regional funcionando como espaço de formação e intercâmbio de experiências e encaminhamentos de interesse do PETI.

a) Quadro de Atividades:

Atividades	Previstas	Realizadas	Nº médio de pessoas por evento	Nº total de participantes
Reuniões da Comissão Regional do PETI	05	05	120	400

b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

Em 2002 a Comissão Regional, no PETI, serviu de ligação entre os municípios e a Comissão Estadual, no sentido de reflexão, discussão, sugestões, decisão e encaminhamentos de documentos (reivindicações/proposições) para a Comissão Estadual, Fórum Nacional e outras instâncias. Além disso, atuou na apresentação e debate de experiências exitosas, servindo de espaço de intercâmbio, o que incentivou processos de autonomia nos municípios.

Os principais encaminhamentos foram: regularização dos pagamentos; solicitação de revisão do valor da bolsa paga hoje à criança, transformando-a num auxílio mensal de um salário mínimo para a família; solicitação do empenho dos poderes públicos competentes, no sentido de transformar o PETI numa política pública permanente com recursos orçamentários federal, estadual e municipais; garantir aos orientadores sociais contratos de trabalho que garantam seus direitos trabalhistas e sustentabilidade da ação; permanência e ampliação do Programa Agente Jovem com a inclusão de todos egressos do PETI; assegurar os recursos para a manutenção do Programa; recursos para materiais didático-pedagógicos, gêneros alimentícios, infra-estrutura, como sala de aula e/ou UJAS etc.; assegurar políticas de Geração de Renda para as famílias.

c) Desafios:

Ausência média de 8 municípios, que não se motivam a participar da Reunião da Comissão Regional..

2.3.2.2. Em relação às Comissões Sub-Regionais

Situação Final:

Comissões sub-regionais funcionando como espaço de discussão e deliberação das questões de âmbito sub-regional e regional, bem como de troca de experiência e articulação entre os municípios.

a) Quadro de Atividades:

Atividades	Previstas	Realizadas	Nº médio de pessoas evento	Nº total de participantes
Reuniões das Comissões Sub-Regionais do PETI	24	25	25	350

b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

A Comissão Sub-regional por estar mais próxima dos municípios e refletir questões mais concretas, alimentou os municípios com informações e sugestões vitais ao programa. Entre as questões trabalhadas estão:

- pouco compromisso e envolvimento dos grupos gestores na implementação do PETI;
- jornadas ampliadas paralisadas;
- intransparência na prestação de contas por parte dos gestores do poder público;

- compras sem planejamento; atraso do repasse dos recursos; e valor da bolsa e da jornada insuficientes para manter as atividades.

Destacamos como aspecto importante destas reuniões a metodologia, que se apresenta de forma processual, levantando a problemática dos municípios, debatendo e encaminhando para as instâncias competentes, tais como o grupo gestor quando a ação é de competência municipal; para comissão Regional ou Estadual, quando as competências são mais amplas, permitindo ainda funcionar como espaço de discussão e troca de experiências..

2.3.2.3. Em relação ao Fórum da Sociedade Civil do PETI

Situação Final:

Fórum da Sociedade Civil do PETI, funciona como espaço para discutir formas de atuação e intervenção específica da sociedade civil no PETI e monitorar as ações do Programa, com destaque para as ações do Grupo Gestor; jornada ampliada; agentes de família; geração de renda; compras..

a) Quadro de atividades:

Atividades	Previstas	Realizadas	Nº médio de pessoas evento	Nº total de participantes
Reuniões Regionais do Fórum da Sociedade Civil/Sisal	10	07	50	50

b) Avanços na direção da situação final, ação dos grupos:

O papel do Fórum da Sociedade Civil do PETI tem sido o de refletir sobre o andamento do PETI e mobilizar a sociedade civil para encaminhar preocupações e propostas para o Grupo Gestor, Comissões Regional e Estadual e para outras instâncias competentes. No Piemonte, pelo fato do Programa enfrentar realidade mais difícil na gestão do Programa, o Fórum está tentando criar condições mínimas e iniciais de monitoramento do PETI, a exemplo de priorizar ações de sensibilização das entidades e das famílias para se envolverem mais com o Programa.

O Fórum conseguiu ampliar o conhecimento do papel da sociedade civil no PETI, permitindo uma atuação mais sistemática dos membros da sociedade civil em pelo menos 10 dos municípios envolvidos no fórum. A partir dessa compreensão o Fórum iniciou a construção do seu projeto político e montou o planejamento estratégico, e em 2002, encaminhou documentos para o Fórum Nacional, contendo proposições sobre o aperfeiçoamento do Programa, além da participação nas reuniões do Fórum Nacional de forma destacada.

Conseguiu acompanhar e monitorar o PETI através de visitas e atividades

processuais. E tendo em vista um conjunto de problemas de gestão do PETI, o Fórum priorizou atuar com maior ênfase em alguns municípios, com destaque para os municípios de Queimadas, Barrocas, Araci, Serrinha, Gavião, Capela do Alto Alegre, Barrocas promovendo mobilização, articulação e incentivando os demais municípios ao processo de controle social do Programa.

Tem-se ainda a organização e fortalecimento da sociedade civil no que se refere a participação na reunião da Comissão Regional e de modo especial com propostas, e documentos para discutirem na mesma e encaminhar à Comissão Estadual e outros espaços competentes.

Tendo em vista a realidade da região do Piemonte, onde a gestão do Programa é praticamente limitada ao poder público, devido à desmobilização da Sociedade Civil, houve mudança na estratégia / situação final acordada com os grupos, para se buscar uma maior sensibilização das entidades daquela região. Percebeu-se que o caminho mais viável seria o de articular entidades de suporte e apoio à sociedade civil, e a opção se materializou na proposta de ser uma Cooperativa de Crédito e Associação de famílias do PETI, para os municípios de Serrolândia e Várzea Nova. Já foi iniciada a discussão sobre a criação dessa associação para outros municípios.

c) Desafios:

Destacamos dois desafios que precisam ser superados:

- a consolidação da construção de um planejamento estratégico objetivo e dentro de reais possibilidades de execução;
- a consolidação do entendimento do papel das entidades junto ao PETI, a partir da relação com as famílias, com as demais entidades e com os fóruns de gestão do PETI – em todas os níveis e a com os canais de comunicação.

2.4. SUB-PROGRAMA ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

O Sub Programa Fortalecimento da Sociedade Civil tem em sua missão o papel de estimular à sociedade civil organizada a praticar a construção do desenvolvimento local sustentável, a partir do que denominamos de gestão social, tendo em vista a preocupação com a responsabilidade dos diversos segmentos sociais, onde o CONTROLE das etapas e do conjunto das ações, seja visualizado e incorporado na agenda das entidades (a nível local e regional). O Controle Social, almejado pelas referidas entidades, passa necessariamente pelo fortalecimento das entidades e para tal intento requer-se a consolidação de três condições estratégicas:

- a) capacitação dos dirigentes das entidades, de seus técnicos e assessores e das lideranças comunitárias;
- b) definição do planejamento estratégico das entidades, com base no seu projeto político;
- c) sensibilização dos representantes do poder público para o entendimento da importância da gestão social – participativa.



O ano de 2002, foi um ano de continuidade, nesta perspectiva, dos trabalhos iniciados nos anos anteriores, voltados para a elaboração do projeto político e do planejamento estratégico das entidades e o que se pode constatar é o envolvimento e o interesse dos dirigentes das entidades por atividades de formação; pela (re) definição dos projetos políticos e dos planejamentos estratégicos. Este nível de envolvimento e de comprometimento se deu ao longo do ano, mas destacamos o início do ano quando numa consolidação da parceria entre o MOC e as entidades foi firmado um “contrato”, onde foram definidos os objetivos, metodologias, estratégias, papéis dos envolvidos, agenda e custos das atividades. Com o intuito de concretização de nossa prática formadora, através do planejamento do ano de 2002, este sub Programa realizou as seguintes atividades, divididas a partir das situações finais desejadas.

Situação Final 01:

Entidades⁴⁵ da sociedade civil com projeto político definido e monitorado.

a) Atividades planejadas, realizadas e participantes

Atividades	Planejadas	Realizadas	N médio de participante	Total participante
Oficina para definição e monitoramento do projeto político das entidades	16	20	25	500

Percebe-se o interesse dos dirigentes das entidades em definir seu projeto político e planejamento estratégico, com o intuito de querer desenhar melhor a sua ação, tendo claro onde se quer chegar e qual seu público prioritário. Esta é uma intervenção dentro de um processo lógico e, acima de tudo, pedagógico e de formação, onde a contribuição do MOC vem no sentido de apurar o conjunto de riquezas e experiências elaboradas, praticadas e apropriadas pelos dirigentes e lideranças das entidades da região, ao longo do tempo e sistematizá-las num planejamento, voltado para o fortalecimento das entidades e para a qualificação do controle social por parte das orga-

⁴⁵ Por uma questão estratégica e metodológica foram definidas as seguintes entidades: associações comunitárias e STR de cinco municípios: pólos sindicais de Feira, do Sisal e do Jacuípe; o MMTR, CLAC; Fóruns da sociedade civil de Valente e de S. Luz.



nizações sociais da região. Naturalmente ao sistematizar, descobre-se lacunas, questões novas a ser atingidas e esses elementos entram também na construção da proposta.

**b) Outros passos dados com os olhos na situação final
– ações dos grupos**

Dentre as diversas experiências com a definição e monitoramento do projeto político, destacamos a experiência da FATRES, (Pólo Sindical da região Sisaleira) que percebe a necessidade de que em seu projeto político tenha uma dimensão estratégica regional, qual seja o de estruturar e fortalecer o movimento sindical rural da região sisaleira da Bahia, no campo político-administrativo. Destacamos ainda o Fórum da Sociedade Civil de Santa Luz, que priorizou como sua missão: “manter a integração política e ética das organizações populares municipais e conclui, não pensar em interesse só de uma entidade e sim do conjunto delas, defendendo bem-estar da população”. Isso demonstra a importância dada pelo Fórum à organização e fortalecimento institucional para além das próprias organizações.

A estratégia definida pelo MMTR se destaca pela preocupação em trabalhar as oficinas sobre a elaboração do seu projeto político em dois formatos: um a nível de município e outro, regional, com a estratégia de articular municípios. Esta última estratégia serviu para confrontar práticas e visão de mundo e daí se debater, questionar e se iniciar a construção do projeto político do MMTR, com base nas demandas da realidade do movimento.

Em Santaluz, o CEAIC prioriza associações da região, assumindo a perspectiva de construção de novas lideranças. A tradução deste aspecto para nós do MOC, é sustentabilidade das entidades e o controle das políticas públicas – que só acontece com um processo de formação adequado ao espaço.

c) Desafios, que apontam para outras situações finais:

O movimento popular sempre atuou com um certo voluntarismo, o que estabelecia a seguinte norma de ação: “se der a gente faz; se não der, paciência”. Ao lado disso, outro componente cultural que se percebia era o imediatismo, que fazia com que as organizações fossem sempre pautadas por fora e pelo imediato. Já se percebe que isso é prejudicial. O desafio então, é garantir a definição e implantação do projeto político e do planejamento estratégico das entidades (bem como do conjunto delas), com a intenção de evitar sobreposição de papéis das entidades ou sua ausência nas intervenções políticas da sociedade civil, para o que é preciso dar continuidade ao processo de formação dos dirigentes das entidades, assim como das lideranças na intenção de fortalecer a integração/articulação destas para se definir seus papéis no desenvolvimento local sustentável.

No sentido de qualificar a intervenção dos dirigentes das entidades se optou por um acompanhamento mais próximo dos mesmos e se percebeu que 80% (em média) dos dirigentes das entidades “tem vinculação”, “para não dizer que participa” em mais de quatro espaços ou tipos distintos de atividades, que exige tempo e dedicação, por exemplo: associação da comunidade, STR, cooperativa, movimento religioso, MMTR, conselhos municipais de gestão, dentre outros, sem se falar que trabalham na sua propriedade ou são trabalhadores, destacando ainda o tempo para a família. O desafio então passa por ampliar o número de lideranças para as entidades – com qualidade..

O MMTR e as associações comunitárias (no seu geral) encontram um desafio posto para a sua sustentabilidade: o aspecto financeiro. Essas entidades ficam à mercê de um conjunto de atividades e prejudicam o exercício de seus papéis, por viverem numa dependência de pessoas ou de outras entidades. É preciso enfrentar esta questão como forma de fortalecimento institucional e isso superado poder-se-á dar lastro à sua intervenção nas políticas públicas e na gestão social local e regional.

Situação Final 02:

Entidades⁴⁶ da sociedade civil com planejamento estratégico definido e monitorado.

a) Quadro 2 – Atividades planejadas, realizadas e participantes

Atividades	Planejadas	Realizadas	N médio de participante	Total participante
Oficina de elaboração do Planejamento Estratégico das entidades	14	16	25	400
Oficina de monitoramento do planejamento estratégico	07	07	25	175
Oficina de avaliação 2002 e planejamento 2003	16	16	25	400

b) Outros passos dados com os olhos na situação final – ações dos grupos

O número de oficinas realizado foi além do previsto., acoplando-se dias de estudo e outras atividades. Isso gerou boas repercussões nos grupos. Neste sentido, podemos destacar quatro exemplos de ação dos grupos:

Intervenção da direção das entidades descendo à base, através da estrutura dos STR´s e das associações. O STR de Araci, por exemplo, conseguiu ampliar o processo de formação para as delegacias sindicais e, com isso, planejar melhor a intervenção do Sindicato no município. Sobre isso um sindicalista araciense diz: “a gente está acostumado a fazer as coisas sem planejar e

⁴⁶ A metodologia compreende o envolvimento e a participação das mesmas entidades.

sem ter claro onde queremos chegar. Então, as coisas vão surgindo e a gente vai fazendo, inclusive com muito empenho e amor, mas não resulta em muita coisa positiva, a não ser o cansaço. Eu acho que é por isso que a gente se desmotiva algumas vezes e outros companheiros mais fracos até desistem da caminhada, mas agora eu estou entendendo muita coisa. Acho que a dor de cabeça agora é aprender fazer e ficar viciado em praticar o planejamento”;

Entidades de atuação regional, caminhando na mão dupla – são provocadas pelas entidades municipais e fazem chegar às suas bases, a prática do planejamento. A FATRES, o MMTR e o CEAIC por exemplo, para construírem os seus planejamentos estratégicos perceberam que suas demandas devem partir de cada STR e/ou associação e para isso deverão estimular e fazer com que cada entidade associada tenha também seu processo de construção do planejamento estratégico.

Pensar e agir além de suas paredes. Fazendo cumprir o dito: se quiseres mudar o mundo, comece pela sua aldeia - O Fórum de Valente definiu que para 2003 é preciso pensar num projeto político para o município, em que se possa debater com o poder público a orientação das políticas públicas, objetivando que estas possam atender também às camadas menos privilegiadas; O Fórum priorizou para 2003 fazer um trabalho junto a entidades associadas, voltado para estimular o envolvimento e participação da juventude; buscaram, depois de “enxergarem” que é possível e preciso, definirem seus projetos políticos e seus respectivos planejamentos estratégicos, ampliarem a idéia para as entidades afiliadas, nos diversos municípios da região sisaleira da Bahia e capacitar um grupo para que possa acompanhar este processo de definições e realizações;

Fortalecimento da articulação local - os Fóruns da cidadania de Valente e de Santa Luz, e os STR´s de Retiro e Riachão, priorizaram a qualificação de sua atuação a partir de um trabalho em parceria e articulação com entidades locais tipo: Grupo de mulheres de geração de renda (Tempero Prosperar⁴⁷), COOPERJOVENS, ASA, Jovens comunicador@s sociais, rádios comunitárias, cooperativas de crédito, dentre outras.

c) Desafios, que apontam para outras situações finais:

O trabalho junto às associações comunitárias não acompanhou o mesmo ritmo que o desenvolvido junto aos STR's e aos pólos, ao CEAIC, ao MMTR e aos Fóruns da Sociedade Civil, no que tange a definição/monitoramento d projeto político, dada a sua desarticulação e a ausência de um suporte estrutural e político para as mesmas. O desafio junto a elas vai ser o de articulá-las/organizá-las numa estrutura mínima, a nível municipal, para viabilizar o trabalho.

⁴⁷ Ver maiores informações sobre o Projeto Prosperar e seus resultados no relatório do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Um outro tipo de desafio diz respeito ao próprio processo de formação, já que o mesmo exige um compromisso de forma intencional, exige uma responsabilidade das partes envolvidas e paciência e seqüência lógica - tanto das temáticas trabalhadas quanto da freqüência do grupo.

Na verdade, a pauta das entidades tem um leque de temas muito amplo o que torna a intervenção difusa e sem foco, impossibilitando resultados mais concretos e voltados para cumprimento de sua missão. Assim sendo, definir o projeto político, priorizando focos objetivos e claros, é um desafio para os próximos anos.

Além disso, buscar uma intervenção de forma mais articulada e integrada com o conjunto das entidades, para que a qualidade da intervenção da sociedade civil venha se consolidar, é um desafio imprescindível para os momentos posteriores.

Situação Final 03:

Sociedade Civil interferindo nas políticas públicas de forma planejada e articulada (controle social)

a) Quadro 3 – Atividades planejadas, realizadas e participantes

Atividades	Planejadas	Realizadas	N médio de participante	Total participante
Apoio as mobilizações em datas comemorativas	03	05	Variável	Variável
Seminário regional sobre intervenção no orçamento estadual	01	-	-	-
Dia de estado com grêmios estudantis sobre monitoramento do conselho escolar	03	04	20	80
Oficina regional sobre orçamento e políticas públicas para jovens – COOPERJOVENS	01	01	40	40
Seminário regional com APES (Associação de Pequenos Empreendedores) sobre geração de Renda e Políticas Públicas	02	02	40	80
Seminário municipal sobre DLS – Santaluz ⁶⁶	02	05	50	250
Visitas de assessoria a sociedade civil	05	07	35	245
Reuniões da comissão municipal de DLS	08	08	30	240
Curso de DLP / oficina de montagem	01	-	-	-
Encontro municipal ⁶⁷ com associações sobre intervenção nas políticas públicas – FUMAC/ CMDR	08	08	28	224
Encontro regional com áreas de assentamentos para monitoramento do PDEA	02	02	45	90

⁶⁶ Dois seminários foram realizados com a comissão municipal de DLS; um outro com os Agentes de Família do PPET e família de Mucambinho; outro com professores e alunos na comunidade de Rose e o outro com agentes jovens orientadores sociais – como forma de discutir, divulgar e envolver outros agentes sociais.

⁶⁷ Ação desenvolvida em parceria com o CEAC nos seguintes municípios: Santaluz, Queimadas, C. Coité, Teofilândia, e São Domingos.

**b) Outros passos com os olhos na situação final
– ações dos grupos**

Pensando e agindo dentro de uma proposta de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) - a comissão municipal de DLS de Santaluz, por exemplo, provocou a realização de duas sessões especiais e uma reunião na câmara municipal de vereadores, sobre o diagnóstico da realidade municipal e para discutir propostas de desenvolvimento para o município. A ampliação dessa comissão, numa ocasião seguinte às duas atividades na câmara, resultou em intervenção no orçamento municipal, buscando-se que os poderes executivo, legislativo e as entidades pudessem reajustar aspectos do orçamento municipal para o de 2003, conforme proposições voltadas para o desenvolvimento do município.

Interferindo nas políticas públicas de forma articulada – preocupada com a intervenção nas políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento comunitário, numa dimensão regional, o CEAIC, ampliou seu raio de intervenção e optou por articular centrais municipais de associações, começando pelos municípios de Queimadas, Conceição do Coité, São Domingos, Teofilândia – buscando iniciar uma articulação entre elas. Ainda mais, um grupo de dirigentes do CEAIC⁵⁰ investiu na estratégia de se trabalhar com a juventude das associações e com isso criou um projeto de/para/com jovens denominado Juventude Cidadã, que dará uma importância maior e criará um espaço para a juventude se pronunciar e buscar outras oportunidades. Esta mesma linha de trabalho com a juventude vem se consolidando no STR de Conceição de Coité e no Pólo Jacuípe.

Antes de tratar dos desafios postos pela realidade onde o MOC atua, queremos destacar que no ano de 2002, seguindo uma lógica de estratégia política, continuamos participando de intervenção nas políticas públicas num nível continental, a partir da Campanha Contra a ALCA, por entendermos que os acordos de relações entre os países são fundamentais para o desenvolvimento nacional e continental. Além disso, baseados no princípio da interferência nas políticas públicas, entendemos que é preciso se debater com transparência as questões nacionais, principalmente quando envolve patrimônio nacional e interesses sociais.

c) Desafios, que apontam para outras situações finais

Os desafios encontrados no sentido da intervenção da sociedade civil nas políticas públicas, são muitos. Eis alguns:

⁵⁰ Este grupo demandou e conseguiu assessoria do Projeto Vida Nova e do Programa Jovens Escolhas – ver maiores detalhes nos relatórios dos respectivos projeto e Programa.

- Para se interferir em Políticas Públicas de forma pedagógica e de resultados, é preciso criatividade em se criar movimentos dinâmicos, bem como metodologias processuais de trabalhos, com novas práticas de gestão das entidades. Esse é um desafio que aponta para um outro, aquele de gerenciar as entidades de forma democrática e estimuladora de surgimento de novas lideranças.
- articular com os movimentos constituídos e em constituição, as iniciativas que ora despontam a partir dos grêmios estudantis e encarar a provocação da COOPERJOVENS, entendida como uma demanda da juventude da região sisaleira por uma atenção à política do primeiro emprego e da cultura da trabalhabilidade.
- No campo da questão agrária, o desafio tem duas faces: desbravar novas políticas dinamizadoras da reforma agrária, e o de dar prosseguimento ao processo de construção do Plano de Desenvolvimento das Areas de Assentamento e sustentar as ações de sua implantação e implementação.
- Com a constituição do Fórum da Cidadania em Santaluz, o movimento em torno do DLS, passa a ter um novo impulso, já que a sociedade civil deverá se articular melhor e atuar de forma mais incisiva e intencional. O desafio posto para 2003, então será o de fazer o diagnóstico local participativo e montar o Plano Municipal de Desenvolvimento.

Situação Final 04:

Lideranças, dirigentes e assessores das entidades da sociedade civil capacitados para o fortalecimento institucional e para interferir de forma articulada nas políticas públicas - a nível local e regional

a) Quadro 4 – Atividades planejadas, realizadas e participantes:

Atividades	Planejadas	Realizadas	N médio de participante	Total participante
Encontro com entidades da Sociedade Civil-Monitoramento do Planejamento Estratégico Regional	04	03	40	120
Curso de Formação para lideranças e dirigentes de organizações comunitárias e sindicais	08	08	28	224
Curso de Formação para dirigentes e conselheiros de cooperativas de crédito	08	08	22	176
Curso para Técnicos e, educadores e assessores de organizações comunitárias	08	08	32	256
Seminário Regional: Organização Política da Juventude – Pólo Jacupe	01	01	41	41

A cada dia se consolida a idéia de que o conhecimento é fator relevante nas iniciativas de construção do processo de desenvolvimento sustentável. Por isso, ao lado de todas as atividades desenvolvidas, demos ênfase a cursos sis-

temáticos para as lideranças da região, sobre várias temáticas. Esses cursos estão servindo de instrumento no processo de construção de conhecimento, com os grupos.

Destacamos dois aspectos nesta caminhada, em 2002:

- a articulação com o DISOPBRASIL, a UEFS e as entidades da região.
- a divisão dos cursos, para atender a três segmentos estratégicos que compõem as entidades – (a) as lideranças e dirigentes de organizações comunitárias e sindicais; (b) dirigentes e conselheiros de cooperativas de crédito; (c) técnicos e educadores e assessores de organizações comunitárias.

**b) Outros passos dados com os olhos na situação final
– ações dos grupos**

A seleção dos participantes das etapas de capacitação foi controlada pelas entidades, com base em critérios, tal como, garantia de aplicação do conteúdo das etapas, junto à entidade e às comunidades de atuação da organização.

Os sindicatos do Pólo Jacuípe, no trabalho com a juventude, buscaram construir espaços com e para os jovens, em atividades promovidas pelos STR's, com intuito de que a juventude possa assumir postos dentro da gestão sindical e/ou nas associações de suas comunidades.

50% das entidades já incorporam espaços nas suas pautas para discutirem temáticas ligadas ao desenvolvimento da sua localidade, do fortalecimento da instituição e da valorização de se conhecer a realidade local para agir sobre a mesma.

As entidades regionais promoveram atividades de forma articulada, voltadas para o desenvolvimento sustentável regional.

c) Desafios, que apontam para outras situações finais:

Diante dos avanços no processo de formação dos dirigentes e lideranças das entidades, a nível regional, destacamos quatro desafios para o futuro:

Dar continuidade ao programa de capacitação iniciado, preocupando-se com a manutenção de uma linha lógica do conteúdo, bem como do grupo; as entidades regionais conseguiram formalizar contratos de parcerias com um conjunto de instituições (CUT, FETAG, Universidade, CONTAG...), pois todas elas estão ligadas com o processo de formação. O desafio então é articular as diversas propostas, para que não haja sobreposição de conteúdo e sobrecarga de um grupo de pessoas em detrimento de outras; que os programas de formação incorporem, em alguns espaços e momentos estratégicos, representantes do poder público, a exemplo da capacitação para os diversos conselhos municipais de gestão; a matriz programática das atividades formadoras deve ter

como eixo a análise das práticas, o destaque para os valores da realidade local e o estímulo à democratização das entidades, ao respeito e consolidação das relações sociais, da interferência nas políticas públicas e nas relações com a cara e coração solidário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pôde ser observado ao longo do relatório do nosso Programa, toda energia dispensada correu para a concretização da missão institucional do MOC, qual seja, contribuir para o desenvolvimento regional, buscando a inclusão social e o respeito aos princípios da vida de qualidade e da democracia política, através da organização e do fortalecimento da sociedade civil, para que a mesma promova o controle social, com destaque para a participação em todo o processo de gestão social.

Para nós, o planejamento das entidades e a intervenção nos espaços de participação social, a exemplo dos conselhos de gestão e do orçamento municipal/estadual e federal, tem dois papéis importantes: um que é o de utilizar racionalmente os recursos e com isso promover resultados de qualidade e voltados para os seus interessados; um outro é o do fortalecimento da nossa prática formadora. A ação de planejar e monitorar para nós é um exercício, um diálogo com a prática, focada para o exercício da cidadania e da democracia.

Vimos, ao longo do relatório, os passos dados no sentido da situação final desejada por cada grupo e os desafios encontrados. É com este material que estabeleceremos as próximas metas e as situações finais, para o MOC, com as entidades parceiras da região sisaleira da Bahia.

Destacamos, porém que o nosso grande desafio apontado para 2003 (e para além dele) é o de consolidar os processos de formação iniciados, a partir de uma ótica que valorize o envolvimento das famílias no PETI, para daí exercitarmos ações com outras perspectivas de intervenção em políticas públicas. No fundo, o nosso grande desafio é contribuir para que Programas tipo PETI sejam alocados nas macro políticas estruturantes e universais.

Além disso se constitui em desafio o continuarmos contribuindo com as lideranças e as entidades no sentido de que os mesmos entendam a importância estratégica da comunicação – para o fortalecimento das entidades e como peça fundamental para interferência nas políticas públicas.

Há no entanto um desafio maior, que passa pela concretização da missão do MOC, qual seja, fortalecer, através do processo de formação, o exercício da gestão social, passando pela organização e fortalecimento da sociedade civil e que isso redunde na intervenção sistemática nas políticas públicas, principalmente através dos conselhos municipais de gestão e dos orçamentos. O desafio então passa necessariamente pela assessoria do MOC na definição e monitoramento do projeto político e do planejamento estratégico das entidades, inclusive com a preocupação com a articulação das entidades a nível local e regional.



PROGRAMA DE APOIO À VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMI-ÁRIDO



1. INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio à Viabilização da Agricultura Familiar no semi-árido objetiva criar condições para que os agricultores familiares tenham uma vida digna, dentro de um processo de convivência com o semi-árido.

Nesta filosofia, três são as preocupações básicas do programa, a seguir delineadas e descritas sub-coordenações; a perspectiva é de que, na medida do possível, se viabilize uma integração entre as linhas.

São os seguintes os sub-programas:

- assistência técnica e capacitação para a convivência com o semi-árido;
- crédito adequado à agricultura familiar;
- água, com ênfase para captação de água para consumo humano.

Para um entendimento mais profundo destes três sub-programas é importante ter em mente a estratégia de ação do MOC. Partimos da constatação de que a viabilização da agricultura familiar no semi-árido supõe um conjunto articulado de ações que objetivem superar dificuldades normalmente enfrentadas pelos agricultores neste campo. Estas dificuldades se situam em três esferas principais:

- os agricultores não têm acesso a um crédito adequado à realidade do semi-árido e as instituições de crédito existentes na região, bancos oficiais e particulares, não foram pensadas para os pequenos. Por isso os processos burocráticos que afastam e penalizam o agricultor familiar, especialmente o nordestino;
- o crédito é pensado dentro de um pacote tecnológico totalmente inadequado às condições climáticas de semi-árido;
- a assistência técnica não foge a estes processos e trabalha com os agricultores montando projetos e transmitindo conhecimentos inadequados e fadados à falência.
- O acesso à água potável e as condições de armazenamento da água são precários, [prejudicando as famílias e deixando sem aproveitamento as águas de chuva que caem na região.

Os três sub-programas do MOC para a agricultura familiar buscam contribuir para a superação destes três problemas acima apresentados e suas estratégias são, de um lado, aquela de desenvolver tecnologias, metodologias e processos de formação e assistência técnica adequados ao semi-árido; de outro, formar e capacitar para a captação de água das chuvas para consumo humano e utilização na produção; de outro ainda incentivar o desenvolvimento de instituições de crédito e poupança que

possam ser instrumentos de viabilização de um crédito acessível e adequado à região.

As atividades aqui descritas são desenvolvidas nos municípios contemplados por vários projetos que, no MOC, financiam estas estas linhas de ação. Estes projetos são os seguintes:

PROSPERAR – projeto desenvolvido pelo MOC e financiado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia em conjunto com a SEAS (Secretaria da Assistência Social) do Ministério da Previdência Social, em base a experiências já em curso na região e com o objetivo específico de gerar renda para as famílias do PETI.

CABRA ESCOLA - projeto desenvolvido pelo MOC e financiado pela PFI-ZER, com a finalidade de gerar renda para famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

SEGURANÇA ALIMENTAR – projeto de segurança alimentar financiado pela CORDAID.

NEGOCIÇÃO DE POLITICAS E CREDITO - projeto de formação e capacitação em assistência técnica e negociação para o crédito, apoiado pela Misereor.

MDA- projetos financiados pela Secretaria de Agricultura Familiar no Ministério do desenvolvimento agrário e que visam a formação de conselhos de desenvolvimento agrário e a formação de agricultores..

POLITICAS DE ÁGUA – projetos apoiados pela CRS e Para para o Mundo.



2. OS SUB-PROGRAMAS

2.1. SUB-PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO

Este Sub-Programa parte do princípio de que para se tornar viável a vida no semi-árido, na perspectiva técnica, há de envidar muitos esforços na construção e desenvolvimento de uma proposta metodológica de formação e assistência técnica que priorize as dimensões de uma convivência com o semi-árido, a partir de experiências diversas, do MOC e de outras entidades, que se vêm desenvolvendo e que, já testadas, apontam para perspectivas de políticas neste campo.

Justamente por isso que, ao lado de desenvolver uma assistência técnica, o MOC tem priorizado a dimensão pedagógica e política de fazê-lo em conjunto com técnicos e entidades do movimento popular, na perspectiva de que estas possam assumi-la como sua e, a partir daí, apresentá-la como política para o setor.

Daí que as situações finais por nós escolhidas juntamente com os grupos, dizem respeito a este processo educativo que, sabemos, somente poder ser assumido gradativamente e não de uma vez, justamente por ser educativo.



2.1.1 Situações finais propostas

Situação Final 01:

20 entidades representativas dos agricultores familiares dos municípios de Barrocas, Araci, Riachão do Jacuípe, Serrinha, Nova Fátima, Ichu, Feira de Santana, Retiroândia, Santaluz, Conceição do Coité, Nordestina, Várzea Nova, Quijingue, Queimadas, Pé de Serra, Mirangaba, Umburanas, São Domingos e Valente, construindo conjuntamente com o MOC, uma proposta de Assistência Técnica e de capacitação de agricultores familiares na convivência com o semi-árido.

Situação Final 02:

20 entidades representativas dos agricultores familiares dos municípios de Barrocas, Araci, Riachão do Jacuípe, Serrinha, Nova Fátima, Ichu, Orolândia, Feira de Santana, Retiroândia, Santaluz, Conceição do Coité, Nordestina, Várzea Nova, Quijingue, Queimadas, Pé de Serra, Mirangaba, Umburanas, São Domingos e Valente, sensibilizados quanto às questões das relações sociais de gênero e de segurança alimentar, discutindo, sensibilizando e capacitando famílias neste âmbito.

2.1.2. Atividades realizadas pelo MOC para o alcance das situações finais.

Atividades	P	R	Nº de participantes	Realizado e não previsto
Monitoramento regional do processo de assistência técnica com técnicos e dirigentes das organizações da agricultura familiar	16	24	35/encontro	08
Curso de formação de monitores sobre água, políticas públicas, segurança alimentar, gênero e metodologia de assistência técnica	01	04	20/curso	03
Curso de criatórios adaptados ao semi-árido para técnicos, monitores e dirigentes	04	04	20/curso	0
Dias de estudo sobre desenvolvimento sustentável	0	04	35/dias de estudo	04
Visitas de intercâmbio com técnicos e monitores nas organizações	01	02	12 participantes	01
Seminário regional de avaliação de assistência técnica	12/23	01	30 pessoas	0
Seminário regional de avaliação do projeto Pfiner	01	01	30 pessoas	0

Situação final 02:

Atividades	P	R	Nº de participantes	% realizada	Realizada e não prevista
Dias de estudo sobre relações sociais de gênero com técnicos, monitores e dirigentes.	02	02	35/dias de estudo	100	0
Cursos de Segurança Alimentar para técnicos, monitores e dirigentes.	01	02	34/curso	200	1
Curso de gerenciamento da água para monitores e técnicos.	01	02	15/curso	200	0
Oficinas de Segurança Alimentar para técnicos, monitores e dirigentes das organizações.	01	01	30	100	0



2.1.3. Desenvolvimento dos grupos na perspectiva de construir uma proposta de assistência técnica conjuntamente com o MOC e de capacitação de agricultores familiares na convivência com o semi-árido

Vale ressaltar que a experiência das próprias entidades em construir e acompanhar de uma assistência técnica mais sistemática e sobre sua responsabilidade é um processo embrionário para as mesmas e por isso mesmo, há uma certa diferenciação do ponto de vista qualitativo de entidade para entidade, nos vinte municípios envolvidos nesse trabalho. Podemos afirmar que a participação de 15 entidades dos municípios é frequente na atividade de monitoramento regional que acontece quinzenalmente; este dado, porém, é mais quantitativo e não nos leva ainda a imaginar que essas quinze entidades estejam em níveis iguais ou semelhantes quanto ao processo de planejar e executar propostas de assistência técnica. Por razões de estarem engajadas há mais tempo dentro de um processo de capacitação e de um envolvimento maior com as bases, entidades de seis municípios se sobressaem em questões do formular, do planejar, do executar e também do avaliar a assistência técnica. São elas: Apaeb de Serrinha, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão do Jacuípe, CEAC de Santaluz, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quijingue, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Valente e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité. No entanto, não estamos afirmando que os outros municípios não tenham avançado neste processo, pois, sabemos que esses avanços são um processo pedagógico que exige a continuidade e a paciência necessária para que venha a ocorrer.

As atividades abaixo descritas foram desenvolvidas sob a responsabilidade das entidades e dos técnicos alocados nas mesmas pelo MOC, em decorrência dos convênios estabelecidos, na perspectiva de construir e exercitar o processo de assistência técnica acordado.

Atividades	P	R	Nº de participantes	% realizada	Realizadas e não previstas
Dia de estudo planejamento da propriedade nas comunidades	30	62	1.240	206	32
Curso de planejamento da propriedade nas comunidades	34	36	720	106	01
Curso de manejo dos criatórios (caprinos, ovinos, agricultura e galinha caipira)	215	148	2.960	68,8	-
Curso de convivência com a seca	244	170	3.400	69,6	-
Curso de silagem e fenação	40	-	-	-	-
Curso de Segurança Alimentar e nutricional	08	14	280	175	06
Dia de estudo - Segurança Alimentar	10	33	660	330	23
Curso de doenças transmissíveis pela água	05	05	100	100	-
Curso de armazenamento de grãos	01	05	100	500	04
Curso de aproveitamento integral da mandioca	02	-	-	-	-
Curso de fruticultura	02	-	-	-	-
Curso sobre energia solar	01	-	-	-	-
Construção de unidades demonstrativas	34	35	35 famílias	103	01
Curso para jovens rurais (criatórios, água, gênero e Segurança Alimentar e Nutricional).	02	02	60	100	0

uma quantidade aparentemente grande de cursos; contudo, essas capacitações são uma garantia para que os projetos agropecuários das famílias beneficiadas logrem êxito. Efetivamente não se trata de curso por curso, mas de capacitações atreladas ao projeto produtivo de cada família/comunidade. É interessante comentar que algumas capacitações ficaram quantitativamente abaixo das planejadas, devido à não liberação de recursos do convênio com a SETRAS (Secretaria do Trabalho e Ação Social) do programa mãos-a-obra, que não chegou a ser firmado no ano de 2002 como vinha sendo desde o ano de 1997, por limitação de recursos.

Como não houve recursos oriundos da SETRAS, através do Programa Mãos ao Obra, as capacitações ficaram em torno, basicamente dos projetos Prosperar, Pfizer, Misereor e Cordaid e assim se trabalhou com cerca de 2.940 famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outras.

Um destaque é o fato de que estamos trabalhando com perfil de entrada e de saída, o que favorece um melhor acompanhamento das famílias pelos sindicatos e associações, pelos técnicos e pelo próprio MOC.

Uma última observação importante de ser feita: em princípio o ideal seria que todas as entidades já estivessem firmando os convênios e os executando com total autonomia. Como isso ainda não é possível, por vários fatores, estamos adotando uma situação híbrida: os convênios, em boa parte ainda são assinados com o MOC, embora em base a todo um processo de debate realizado com as entidades. Em fase posterior, executa-se o projeto, que é planejado conjuntamente e executado e avaliado parceiramente, sendo divididas as responsabilidades.

A situação final prevê o assumir de todo este processo pelas entidades, ou individualmente tomadas ou em conjunto. Reconhecemos que se andou um pouco nesta perspectiva. Há, no entanto, ainda muito a caminhar

2.1.4. Avanços

A presença das entidades junto às comunidades, no instante da apresentação dos projetos, do planejamento das propriedades e acompanhando os técnicos agrícolas e agrônomos ligados a elas, pode se considerar um avanço na perspectiva do gerar autonomia e credibilidade política das entidades, que passam agora não só a pensar em aposentadoria e sim também no bem estar, na produção das famílias, ocupando espaços em toda a cadeia produtiva, desde o planejar, até o comercializar a produção.

Estas atividades além de geradoras de autonomia e credibilidade para as entidades, vão formando um processo de aprendizagem muito rico para os STR's, as APAEB's e o CEAIC de Santaluz, parceiros nossos de caminhada. É a partir desse cotidiano de acompanhamento dos trabalhos que se fará possível a criação de uma proposta de assistência técnica experimentada e desenvolvida pelas próprias organizações de agricultores familiares, dentro de uma realida-





de vida pelas famílias, como diz o provérbio popular: “Quem geme é quem sente a dor”!

Outro aspecto que é considerado positivo é o assumir das capacitações para as famílias pelas entidades, pois, toda a organização desses cursos é agora feita pelas mesmas, que passam a perceber a demanda das comunidades e indicam as pessoas que irão ministrar essas capacitações, sejam técnicos ou monitores formados pelo MOC e pelas entidades.

No que toca à questão da qualidade da assistência técnica, temos promovido cursos diversos para os técnicos, dirigentes de entidades e monitores, para que eles possam prestar uma assistência de melhor qualidade; para isso, promovemos cursos e encontros não só de temáticas técnicas de convivência com a seca no geral, mas também de capacitação em temas sociais como relação de gênero, políticas públicas e cidadania, pois, no nosso entender, a assistência não deve ser só para os criatórios dos produtores e sim para toda a família, para que elas possam despertar as suas consciências críticas e decidirem o que é bom ou ruim para elas e para toda a comunidade, enfim!

Quanto à situação final desejada com relação à sensibilização dos técnicos, dirigentes e monitores no que diz respeito à questão das relações sociais de gênero e de segurança alimentar para discutir, sensibilizar e capacitar famílias, 07 entidades dos vinte municípios trabalhados, estão levando essa discussão para as comunidades de forma mais sistemática. São eles: O município de Retirolândia, Serrinha, Araci, Ichu, Santaluz, Queimadas e Barrocas. Admitimos também a própria dificuldade de entendimento e absorção dessas propostas de segurança alimentar e relações sociais de gênero até por parte dos técnicos e dirigentes, pois as práticas antagonicas são questões culturais muito arraigadas, há séculos, e, portanto, as mudanças serão lentas.

2.1.5. Conclusão reflexiva do processo de Assistência Técnica

Como já dissemos anteriormente, não podemos analisar o processo a partir de um ou dois municípios envolvidos, e sim como um todo. Podemos dizer, certamente, que há algumas conquistas visíveis a nível de geração de autonomia para as entidades ligadas à agricultura familiar nos municípios em que trabalhamos, pois, o assumir das responsabilidades para supervisionar os técnicos agrícolas e agrônomos que trabalham nessas entidades; o assumir da organização das comunidades para os cursos de capacitação; O poder decisório dessas entidades em avaliar e até mesmo de não concordar com o trabalho de alguns técnicos envolvidos no projeto é de certa forma um ganho muito representativo para elas. O envolvimento com os grupos gestores que decidem as comunidades a serem trabalhadas é outro ponto forte a ser considerado, além do fato dessas entidades, 20 ao todo, contarem com a disponibilidade de 17 técnicos agrícolas e agrônomos para realização dos trabalhos.



Entretanto, ocorrem alguns retrocessos normais dentro do processo de trabalho.

O processo de assistência técnica é como um processo pedagógico que só pode ser entendido através da comunicação entre entidades – comunidades – técnicos, onde todos possam opinar e se respeitarem entre si e, acima de tudo, seja um processo que gere autonomia para as entidades e comunidades, para que possam discutir e definir o que acham melhor para elas e que o técnico seja um agente de mudanças, que discuta as questões nas entidades e comunidades, de forma democrática, não se achando superior ao grupo. É nessa perspectiva, nessa linha, que desenvolvemos nossa proposta de ação formada nas entidades.



2.2. SUB-PROGRAMA DE RECURSOS HÍDRICOS

2.2.1. Introdução

O Sub-Programa de Recursos Hídricos, integrado à perspectiva de apoio à viabilidade da agricultura familiar no semi-árido, vem trabalhando na articulação das entidades da Sociedade Civil que têm como público alvo os agricultores familiares e os trabalhadores rurais a fim de constituir Comissões Municipais que busquem alternativas de abastecimento de água e saneamento básico para as comunidades rurais, apresentando e implementando ações que, obtendo êxito, sirvam de objetos de negociação e busca de recursos governamentais e não governamentais em todos os níveis (municipal, estadual, nacional e internacional). A ênfase é o abastecimento de água destinada ao consumo humano (água de qualidade para beber e cozinhar), que é a questão mais crucial das famílias do semi-árido e, ao mesmo tempo, procurando formas de aumento da produção via processos simplificados de irrigação. Entende-se também que, por mexer com algo essencial à vida, possa contribuir na melhoria em busca de um processo mais justo das relações sociais de gênero. O sub-Programa já tem acúmulo na questão e vem propondo, como componente da ASA (Articulação no Semi-árido), a construção de cisternas de placas para todas as famílias rurais do semi-árido brasileiro, a partir do Programa Um Milhão de Cisternas para o semi-árido.

2.2.2. Situações finais construídas e negociadas com os grupos

Situação final 01:

2.2.2.1. 20 municípios com Comissões Municipais de Recursos Hídricos formalizadas, executando projetos e propondo programas de políticas públicas de recursos hídricos. Destas, 16 estão executando ou executaram programas de



políticas públicas de abastecimento de água para consumo humano nas comunidades e quatro (Pé de Serra, Gavião, Santa Bárbara e Serra Preta) encontram-se em preparativo para entrar em ação em 2003. Em todas elas é predominante a presença da sociedade civil, através de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Pólos Sindicais, Ongs, Igrejas e outras entidades.

a) Atividades desenvolvidas:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Reunião com dirigentes para planejamento	38	40	04	65
Reunião de monitoramento com as Comissões Municipais	38	40	40	65

Nos municípios que tiveram as Comissões Municipais de Recursos Hídricos formadas em 2002, houve um trabalho de levantamento e articulação das entidades da Sociedade Civil que têm como público-alvo os agricultores os trabalhadores rurais. A formação da Comissão é precedida por um processo de capacitação, com o objetivo de se ter uma visão dos programas e projetos a serem executados.

b) O que os grupos fizeram a partir da ação do MOC:

Foram desenvolvidas pelos grupos as seguintes atividades:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Reunião para planejamento	45	45	04	40
Reunião de monitoramento das Ações	45	45	04	40
Dias de Estudo nas comunidades para mobilização	32	41	25	1.000
Reunião com Poder Executivo	16	20	05	100
Reunião com o Poder Legislativo	16	20	12	240

Estas atividades acima descritas redundaram em – R\$ 516.000,00 disponibilizados nos orçamentos de nove municípios, negociados pelas Comissões Municipais.

Estas ações se deram nos 20 municípios envolvidos no Programa, porém a inserção de verbas nos orçamentos públicos se concretizou em sete municípios, valendo ressaltar o trabalho do grupo de Serrinha, que a partir do trabalho específico com Recursos Hídricos avançou e conseguiu uma interferência significativa no Orçamento do Município.

Situação final 02:

2.2.2.2. 1.336 famílias de 20 municípios com acesso a água de boa

qualidade para beber e cozinhar e gerenciando-a, a partir das ações das Comissões.

a) Atividades desenvolvidas:

Atividades	Previstas	Realizadas	Total de pessoas
Repasse de Recurso via COOGEFUR	R\$ 65.300,00	R\$ 65.300,00	850
Repasse de recursos do Governo Federal via convênio ANA/ASA/DIACONIA/MOC/CESE/Comissões Municipais	R\$ 126.000,00	R\$ 126.000,00	1.050

b) O que os grupos fizeram a partir da ação do MOC:

- Aumento da capacidade de captação de água para consumo humano

Atividades	Previstas	Realizadas	Total de pessoas
Construção de Cisternas de 10.000 litros	132	170	850
Construção de Cisternas de 16.000 litros	180	238	1.050
Obtenção de Recursos junto aos Governos Municipais	R\$ 68mil	R\$ 48mil	600
Construção de Cisternas de 10mil litros com recursos públicos municipais	170	170	600

- Gerenciamento, Tratamento e Uso da Água

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Cursos de Gerenciamento, Tratamento e Uso da Água	16	16	30	480
Curso de construção de cisternas	04	04	10	40

No total tivemos em 2002 a construção de 578 cisternas, sendo 340 de 10mil litros e 238 de 16mil litros, beneficiando a 578 famílias e a 2.500 pessoas que têm acesso a água de boa qualidade para beber e cozinhar. Com estas construções se aumentou em 7.208.000 litros a capacidade de armazenamento de água potável nos 16 municípios. Somado as 1.240 famílias, que já eram beneficiadas e tinham acesso à água de qualidade por causa das ações do Programa e dos Grupos, alcançamos 1.336, atingindo em relação ao planejado 107,74%.

Situação Final 03:

2.2.2.3. 18 pessoas entre técnicos, dirigentes e monitores das organizações populares conhecendo alternativas de convivência com o semi-árido, trabalhadas por ONG's do Nordeste brasileiro e implantando unidades de demonstração.

a) Atividades desenvolvidas:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Excursão ao PATAC/PB	01	01	18	18

b) Atividades desenvolvidas pelos grupos a partir da ação do MOC:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Implantação de Unidades Demonstrativas com barragens subterrâneas	03	03	12	36
Curso de Construção de bomba-gude	01	01	20	20

A Excursão realizada ao PATAC, na Paraíba, além dos resultados efetivos alcançados, motivou os técnicos, dirigentes e monitores a encararem com mais prazer e serventia os seus trabalhos. As aprendizagens estão sendo praticadas e utilizadas na região, especialmente a barragem subterrânea e a bomba gude, para acesso à água das cisternas, evitando-se o manuseio direto da água.

Situação Final 04:

2.2.2.4. 30% dos beneficiários do Programa de Recursos Hídricos sensibilizados quanto à partilha do trabalho de captação, gerenciamento, tratamento e uso da água, contribuindo na melhoria das justas relações sociais de gênero..

a) Atividades desenvolvidas:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Aplicação de marco zero sobre relações sociais de gênero	120	170	10	540
Reunião com o MMTR pra inclusão de representantes nas Comissões Municipais	32	40	05	200

b) Atividades desenvolvidas pelos grupos a partir da ação do MOC:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Seminário Municipal sobre relações sociais de gênero	03	03	30	90
Seminário Regional sobre relações sociais de gênero	01	01	45	45

Estes trabalhos foram realizados num processo integrado com o Programa de Gênero, contando com a participação dos monitores e coordenadores dos dois programas (recursos hídricos e gênero), conseguindo-se, desta maneira, levar a temática de gênero e, sobretudo, novos comportamentos e posturas em relação à questão, para discussão com os beneficiários do sub-programa.



2.2.3. Algumas palavras conclusivas

2.3. SUB-PROGRAMA DE CRÉDITO

2.3.1. Introdução

Há quase quinze anos o MOC e as entidades parceiras da região vem discutindo e desenvolvendo ações com o objetivo de trazer recursos do crédito rural para os agricultores e agricultoras familiares. No início, diante da ausência de uma política nacional adaptada e acessível a este público, foi criado o Fundo de Crédito Rotativo. Em meados dos anos 90, o Fundo Rotativo contabilizava o atendimento a 1.277 famílias, quando a estratégia de atuação foi revista para ampliar ainda mais o número de beneficiários diretos, diante também do aparecimento de linhas de crédito oficiais mais atraentes. Em um primeiro momento, a administração do fundo foi repassada para as associações - especialmente as APAEB's - e para alguns sindicatos de trabalhadores rurais. O esforço seguinte dos agricultores e agricultoras, assessorados e apoiados pelo MOC foi direcionado para a constituição de cooperativas de crédito rural, na medida em que as avaliações avançaram para a decisão de se constituir um sistema financeiro alternativo e sob o controle das organizações. A primeira cooperativa de crédito rural foi instalada em Valente em 1994 por iniciativa da APAEB local com pouco mais de 100 associados.

Os dados apurados no final de 2001 confirmaram que a estratégia definida foi acertada: Existiam, então, na região, 09 (nove) cooperativas de crédito com 27 (vinte e sete) Postos de Atendimento (PACs) congregando 13.500 cooperados. Mais de 8 milhões de reais em crédito já haviam sido aplicados para quase 3.500 famílias rurais.

2.3.2. Estratégias de Ação

Para o ano de 2002, a estratégia definida no planejamento anual do MOC, ratificou esta perspectiva a partir dos seguintes eixos de intervenção:

- a) Incentivar e apoiar a expansão do cooperativismo de crédito rural na região, sob o controle dos agricultores familiares e de atores locais comprometidos com o desenvolvimento local;
- b) Estimular e formar os dirigentes e funcionários das cooperativas de crédito para a busca e aplicação de crédito rural para a agricultura familiar na região;
- e) Qualificar a atuação dos dirigentes para a gestão eficiente da sua cooperativa, tanto nos aspectos econômicos que garantem rentabilidade positiva, quanto no aspecto social de ser efetivamente uma organização comprometida e envolvida com as atividades locais e regionais promotoras do desenvolvimento;

a) Atividades desenvolvidas:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Excursão ao PATAC/PB	01	01	15	15

b) Atividades desenvolvidas pelos grupos a partir da ação do MOC:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Implantação de Unidades Demonstrativas com barragem subterrâneas	03	03	12	36
Curso de Construção de bomba-gude	01	01	20	20

A Excursão realizada ao PATAC, na Paraíba, além dos resultados efetivos alcançados, motivou os técnicos, dirigentes e monitores a encararem com mais prazer e serventia os seus trabalhos. As aprendizagens estão sendo praticadas e utilizadas na região, especialmente a barragem subterrânea e a bomba gude, para acesso à água das cisternas, evitando-se o manuseio direto da água.

Situação Final 04:

2.2.2.4. 30% dos beneficiários do Programa de Recursos Hídricos sensibilizados quanto à partilha do trabalho de captação, gerenciamento, tratamento e uso da água, contribuindo na melhoria das justas relações sociais de gênero..

a) Atividades desenvolvidas:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Aplicação de marco zero sobre relações sociais de gênero.	120	170	10	540
Reunião com o MMTR para inclusão de representantes nas Comissões Municipais	32	40	05	200

b) Atividades desenvolvidas pelos grupos a partir da ação do MOC:

Atividades	Previstas	Realizadas	Média de pessoas/evento	Total de pessoas
Seminário Municipal sobre relações sociais de gênero	03	03	30	90
Seminário Regional sobre relações sociais de gênero	01	01	45	45

Estes trabalhos foram realizados num processo integrado com o Programa de Gênero, contando com a participação dos monitores e coordenadores dos dois programas (recursos hídricos e gênero), conseguindo-se, desta maneira, levar a temática de gênero e, sobretudo, novos comportamentos e posturas em relação à questão, para discussão com os beneficiários do sub-programa.



2.2.3. Algumas palavras conclusivas

2.3. SUB-PROGRAMA DE CRÉDITO

2.3.1. Introdução

Há quase quinze anos o MOC e as entidades parceiras da região vem discutindo e desenvolvendo ações com o objetivo de trazer recursos do crédito rural para os agricultores e agricultoras familiares. No início, diante da ausência de uma política nacional adaptada e acessível a este público, foi criado o Fundo de Crédito Rotativo. Em meados dos anos 90, o Fundo Rotativo contabilizava o atendimento a 1.277 famílias, quando a estratégia de atuação foi revista para ampliar ainda mais o número de beneficiários diretos, diante também do aparecimento de linhas de crédito oficiais mais atraentes. Em um primeiro momento, a administração do fundo foi repassada para as associações - especialmente as APAEB's - e para alguns sindicatos de trabalhadores rurais. O esforço seguinte dos agricultores e agricultoras, assessorados e apoiados pelo MOC foi direcionado para a constituição de cooperativas de crédito rural, na medida em que as avaliações avançaram para a decisão de se constituir um sistema financeiro alternativo e sob o controle das organizações. A primeira cooperativa de crédito rural foi instalada em Valente em 1994 por iniciativa da APAEB local com pouco mais de 100 associados.

Os dados apurados no final de 2001 confirmaram que a estratégia definida foi acertada: Existiam, então, na região, 09 (nove) cooperativas de crédito com 27 (vinte e sete) Postos de Atendimento (PACs) congregando 13.500 cooperados. Mais de 8 milhões de reais em crédito já haviam sido aplicados para quase 3.500 famílias rurais.

2.3.2. Estratégias de Ação

Para o ano de 2002, a estratégia definida no planejamento anual do MOC, ratificou esta perspectiva a partir dos seguintes eixos de intervenção:

- a) Incentivar e apoiar a expansão do cooperativismo de crédito rural na região, sob o controle dos agricultores familiares e de atores locais comprometidos com o desenvolvimento local;
- b) Estimular e formar os dirigentes e funcionários das cooperativas de crédito para a busca e aplicação de crédito rural para a agricultura familiar na região;
- c) Qualificar a atuação dos dirigentes para a gestão eficiente da sua cooperativa, tanto nos aspectos econômicos que garantem rentabilidade positiva, quanto no aspecto social de ser efetivamente uma organização comprometida e envolvida com as atividades locais e regionais promotoras do desenvolvimento;

Além de todo serviço prestado diretamente às cooperativas de crédito, o MOC também assumiu o compromisso de assessorar os dirigentes de duas novas organizações promotoras do crédito rural na região: A ASCOOB (Associação de Apoio às Cooperativas da Agricultura Familiar) e o COGEFUR (Conselho Gestor do Fundo Rotativo).

Na ASCOOB – Associação de Apoio às Cooperativas de Economia Familiar – cabia ao MOC fortalecer a sua gestão para que esta pudesse prestar serviços mais qualificados às suas filiadas e no COGEFUR – Conselho Gestor do Fundo Rotativo - o desafio de firmar esta instituição como catalisadora e administradora central de todos os recursos dos antigos Fundos Rotativos, dispersos nas Associações, Sindicatos e Cooperativas da região, assim como de recursos de crédito captados pelo MOC..



2.3.3. Situações finais previstas

a) A situação final que se segue foi pensada para se atingir a estratégia acima delineada de expansão do cooperativismo de crédito.

Situação Final 01:

60 dirigentes das organizações locais motivados e preparados para constituir e administrar Cooperativas de Crédito e ou Pontos de Atendimento de Cooperativas de Crédito nos municípios de São Domingos, Nordestina, Lamerão, Quinjingue, Itatim, Monte Santo, Mirangaba, Várzea Nova, Ouroilândia, Umburanas, Cabaceiras do Paraguaçu e Governador Mangabeira, passando a existir 12 Cooperativas de Crédito com 35 Pontos de Atendimento em 35 Municípios na região.

Para alcançar este resultado, um conjunto de atividades foram planejadas e realizadas, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

Eventos	Planejado	Realizado	% de cumprimento
*Cursos de Cooperativismo de Crédito para dirigentes de organizações e atores locais envolvidos com o DLS.	04	04	100%
*Visitas de sensibilização aos atores locais e palestras.	12	08	75%
*Cursos sobre gestão para funcionários e dirigentes de novas cooperativas.	02	02	100%
*Assessoria a processos de constituição de novas cooperativas de crédito.	04	02	50%
*Intercâmbios entre cooperativas a se constituírem com cooperativas já implantadas.	02	02	100%
*Promoção de estágios para futuros dirigentes e funcionários de cooperativas de crédito.	03	02	100%
*Promoção de cursos de cooperativismo de crédito nas comunidades e núcleos de base das cooperativas	54	58	107%

Os eventos programados foram, na sua maioria, realizados. Entretanto, não foi possível alcançar o número de dirigentes previstos, em razão da não dinamização do processo em 5 dos 12 municípios previstos. Dos 60 estimados, apenas 42 podem ser efetivamente contabilizados como preparados e motivados para constituir e administrar cooperativas de crédito.

Este processo contribuiu para a criação das cooperativas de Crédito Rural do Vale do Paraguaçu no município de Itatim e da Cooperativas de Crédito Rural do Piemonte da Dimantina com sede em Várzea Nova e previsão para instalação de Pontos de Atendimento em Jacobina, Mirangaba, Ouroândia e Umburanas. Em São Domingos, existe a perspectiva de se montar um PAC ligado à Cooperativas de Valente. Nordestina e Quinjingue também estão na mesma situação com perspectiva de se instalarem PACs ligadas à Cooperativa do Vale do Itapicuru com sede em Santa Luz. Em Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu e Monte Santo, o processo foi iniciado e apresenta perspectivas de implantação de 2 novas cooperativas para 2003. Desta forma foi possível ampliar o número de Cooperativas de 9 para 11 e os Pontos de Atendimento de 27 para 29, ficando aquém, neste último caso, dos 35 planejados. As bases para a expansão, muito em breve, porém, foram estabelecidas com as ações executadas.

O número de cooperados, por outro lado, saltou de 13.500 para 16.200. Muito destes, ingressaram nas cooperativas por influência direta dos 58 cursos promovidos nas comunidades rurais que capacitaram 1.435 novas pessoas em todo o ano de 2002. Os recursos para estes eventos vieram PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - captados pelo MOC através da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e repassados às Cooperativas e a ASCOOP.

Para contemplar a segunda estratégia de atuação do MOC que visava estimular e formar os dirigentes e funcionários das Cooperativas para a busca e aplicação do crédito rural para os agricultores e agricultoras familiares da região, foi planejada a situação final a seguir transcrita:

b) A situação final abaixo transcrita foi pensada para fazer frente aos trabalhos em relação à estratégia de viabilizar o crédito para agricultores familiares:

Situação Final 02:

27 Dirigentes e 9 funcionários das cooperativas mais preparados e sensibilizados para negociar e aplicar crédito dos programas governamentais para a agricultura familiar na região, possibilitando que o número de beneficiários do crédito rural de baixo custo e longo prazo alcance 1.200 novos cooperados.

Nesta intenção, foram programadas 8 diferentes, mas complementares, tipos de atividades. O cumprimento delas pode ser averiguado no quadro abaixo:

Eventos	Planejado	Realizado	% de cumprimento
* Seminários Micro-Regionais sobre o PRONAF.	02	01	50%
* Encontro com encarregados dos créditos de repasses das Cooperativas.	06	05	83%
* Oficinas de planejamento com dirigentes para negociação de crédito rural.	04	00	0%
* Seminários Intermunicipais sobre crédito para AF.	02	01	50%
* Constituição de Fundo Garantidor ou Fundo alavancador através do COGEFUR.	01	01	100%
* Reuniões do COGEFUR para aprovar projetos a serem avaliados pelo Fundo.	04	10	250%
* Reuniões com dirigentes e funcionários das Cooperativas sobre aspectos operacionais do PROSPERAR.	00	04	200%
* Assessoria direta à carteira de crédito das cooperativas para operacionalização do PROSPERAR.	00	12	1200%

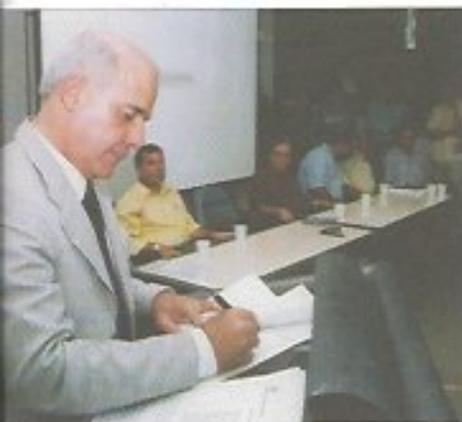
Mesmo sem ter realizado as oficinas de planejamento com os dirigentes para traçar as estratégias de negociação com os bancos – uma das principais atividades para atingir os objetivos – os resultados foram, de outro lado, impulsionados pela implantação do projeto PROSPERAR que concedeu através das cooperativas de crédito R\$ 2.990.000,00 (Dois milhões, novecentos e noventa mil reais) para 2.165 famílias.

Se somadas a outros 867 contratos efetivados pelo conjunto das cooperativas com recursos do PRONAF, do BANCOOB, da BILANCE e do Fundo Rotativo, o total de famílias beneficiadas com crédito diferenciado (taxa de juros em torno de 3% ao ano) e longo prazo de reembolso, alcançou 3.032 famílias, equivalendo a 18,7% de atendimento à base de cooperados em apenas 1 ano.

A consolidação do COGEFUR enquanto instituição de controle e gerenciamento dos recursos do Fundo Rotativo merece também um destaque: dos quase R\$ 1.400.000,00 (Hum milhão e quatrocentos mil reais) aplicados pelo MOC, pelas APAEBs e pelos Sindicatos, R\$ 1.074.000,00 já passaram a ser administrados de forma centralizada pelo COGEFUR. Ressalta-se que esta organização é composta pelos próprios dirigentes das Cooperativas, Sindicatos e APAEBs e entre as suas atribuições, esta incluída a análise e o deferimento das operações de crédito a serem efetivadas pelas cooperativas.

O Fundo de Aval que serviria para alavancar recursos do crédito oficial, embora tivesse sido regulamentado pelo COGEFUR, não foi utilizado em função do grande volume de créditos concedidos pelo PROSPERAR que não requeria garantias reais dos agricultores e das dificuldades operacionais no fluxo de documentos e recursos entre a Central das Cooperativas de Crédito da Bahia e as cooperativas.





O terceiro eixo estratégico da atuação do MOC em 2002 na área de crédito para a agricultura familiar, tinha por objeto qualificar a atuação dos dirigentes para a gestão mais eficiente das cooperativas, tanto no aspecto econômico quanto no social, e apontava para o seguinte resultado ao final do ano. Para isso foi pensada a estratégia que se segue:

Situação final 03:

Dirigentes das cooperativas de crédito acompanhando e monitorando de forma mais sistemática os resultados operacionais das suas instituições a ponto de todas as 9 fecharem o ano com resultado positivo e participando mais ativamente dos eventos municipais e regionais voltados para o DLS juntamente com outras organizações da sociedade civil.

Sete atividades foram planejadas para perseguir este resultado conforme esta demonstrado no quadro abaixo que traz também a situação de cumprimento:

Eventos	Planejado	Realizado	% de cumprimento
* Encontros de monitoramento com diretores e conselheiros.	04	02	50%
* Cursos para Conselheiros de Administração e fiscal.	04	03	75%
* Intercâmbio entre Cooperativas e com o Sistema Cresol no Paraná.	01	01	100%
* Visitas de assessoria aos diretores e conselheiros.	54	18	33%
* Cursos para funcionários e dirigentes sobre Cooperativismo e DLS.	02	02	100%
* Seminário Regional com entidades sobre Cooperativismo de crédito e DLS.	02	03	150%
* Reuniões e encontros da ASCOOB	06	08	133%

A atuação do MOC neste caso deu-se através da assessoria prestada a ASCOOB. Ou seja, todas as atividades foram planejadas e executadas pela ASCOOB sob a assessoria técnica do MOC.

Dos 77 dirigentes atualmente em atividade nas cooperativas, é estimável que 35 já exerceram algum tipo de monitoramento dos resultados operacionais e 12 conseguiram acompanhar todos os dados e tomar medidas em função da análise deles. Estes números eram bem menores no ano passado e atestam a evolução alcançada.

Foi notório durante o ano, a maior aproximação de alguns dirigentes da função administrativa, com imediata repercussão nos resultados financeiros.

A dinâmica própria das instituições financeiras, impõe para o MOC uma decrescente necessidade de assessoria à medida que o tempo passa, já que forma-se na cooperativa uma competência local para gerir e lidar no dia-a-dia

com as questões administrativas. Fica contudo, para o MOC, a prestação de assessoria aos dirigentes que são agricultores e agricultoras familiares, para que eles efetivamente não percam o domínio da instituição.

2.3.4. Algumas reflexões finais

O processo de difusão do cooperativismo de crédito começa a tomar corpo e crescer na região e fora dela.

Juntamente com o cooperativismo de crédito cresce a poupança local e a possibilidade de se criar mais oportunidades de crédito para a agricultura familiar.

Surgem, no entanto, desafios enormes, alguns dos quais estamos superando e alguns outros também, mas em escala bem menor.

Estamos superando a questão da formação dos dirigentes das cooperativas. Oriundos do movimento popular, eles têm outra cultura que não a de gerenciar empreendimentos financeiros. Mudar gradativamente de uma para outra, sem perder o compromisso social e político, é o grande problema a enfrentar.

Assim identificamos alguns problemas centrais:

- formar os dirigentes para gerenciar efetivamente as cooperativas, entender seus processos, dirigir os funcionários;
- formar os dirigentes para que não percam sua linha de serviço ao público nosso que são os agricultores familiares. De fato, há o perigo de que, imersos diariamente na lida de gerir as cooperativas, de gerir recursos, percam a dimensão do compromisso social, do compromisso dos objetivos das próprias cooperativas. De fato, elas não são um banco a mais, onde apenas o lucro seja o objetivo central. Elas são um instrumento de serviço ao desenvolvimento sustentável da região.
- Formar quadros de funcionários que entendam e estejam sensíveis a estes dois nortes: gerenciamento correto das cooperativas para que dêem resultado e o serviço que as cooperativas têm que prestar à região.



1. INTRODUÇÃO

O desafio posto para a sociedade humana desde a sua origem é o do desenvolvimento sustentável, e este não acontece se algumas providências não forem tomadas de forma definitiva, dentre elas, destacamos: combate a fome e todo tipo de miséria; inclusão de grupos, entidades e pessoas, nos seus diversos níveis de relações sociais; promoção de crescimento econômico, com equidade e segurança. É nesta perspectiva que o Programa de Projetos Produtivos, do MOC, vem caminhando ao longo de sua atuação.

Projetos produtivos tem, no MOC, o papel estratégico de continuar inserindo o grupo dos pequenos empreendedores urbanos e dos trabalhadores da pedra (canteiros) na articulação e na luta por políticas públicas de qualidade.

Historicamente, este grupo social é caracterizado pelo seu número - grande; por ser uma válvula de escape da economia, surge sem muito ou quase nenhum planejamento nem do próprio empreendimento e sem nenhuma política pública que o apóie; outras suas características são: o uso da mão de obra familiar; poucos recursos investidos; baixo uso tecnológico, dentre outras. Por conta disso lida constantemente com o fato da insustentabilidade dos empreendimentos. É nesse quadro que o MOC atua e busca fortalecer a luta e a possibilidade de conquistas destes empreendimentos, que possibilitem melhoria da qualidade de vida do referido grupo, com uma intenção maior que é a construção do desenvolvimento local, onde todos os grupos assumam suas responsabilidades sociais e colham os frutos de seus esforços: individuais e coletivos.

2. ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Foram as seguintes as nossas estratégias e situações finais:

Situação Final 01:

Pequenos empreendedores urbanos⁵¹ e canteiros capacitados e fortalecidos para o gerenciamento institucional, planejamento e captação de recursos para a sua sustentabilidade e município de Riachão do Jacuípe com APEU criada.

Para se caminhar no sentido da construção da situação final supracitada foram desenvolvidas as seguintes atividades.

⁵¹ Os municípios cujos empreendedores urbanos estão assessorados pelo Projeto Produtivo são: Valente, Santa Luz, São Domingos, Araci e Riachão do Jacuípe e o grupo de canteiros em Santa Luz.

com as questões administrativas. Fica contudo, para o MOC, a prestação de assessoria aos dirigentes que são agricultores e agricultoras familiares, para que eles efetivamente não percam o domínio da instituição.

2.3.4. Algumas reflexões finais

O processo de difusão do cooperativismo de crédito começa a tomar corpo e crescer na região e fora dela.

Juntamente com o cooperativismo de crédito cresce a poupança local e a possibilidade de se criar mais oportunidades de crédito para a agricultura familiar.

Surgem, no entanto, desafios enormes, alguns dos quais estamos superando e alguns outros também, mas em escala bem menor.

Estamos superando a questão da formação dos dirigentes das cooperativas. Oriundos do movimento popular, eles têm outra cultura que não a de gerenciar empreendimentos financeiros. Mudar gradativamente de uma para outra, sem perder o compromisso social e político, é o grande problema a enfrentar.

Assim identificamos alguns problemas centrais:

- formar os dirigentes para gerenciar efetivamente as cooperativas, entender seus processos, dirigir os funcionários;
- formar os dirigentes para que não percam sua linha de serviço ao público nosso que são os agricultores familiares. De fato, há o perigo de que, imersos diariamente na lida de gerir as cooperativas, de gerir recursos, percam a dimensão do compromisso social, do compromisso dos objetivos das próprias cooperativas. De fato, elas não são um banco a mais, onde apenas o lucro seja o objetivo central. Elas são um instrumento de serviço ao desenvolvimento sustentável da região.
- Formar quadros de funcionários que entendam e estejam sensíveis a estes dois nortes: gerenciamento correto das cooperativas para que dêem resultado e o serviço que as cooperativas têm que prestar à região.



1. INTRODUÇÃO

O desafio posto para a sociedade humana desde a sua origem é o do desenvolvimento sustentável, e este não acontece se algumas providências não forem tomadas de forma definitiva, dentre elas, destacamos: combate a fome e todo tipo de miséria; inclusão de grupos, entidades e pessoas, nos seus diversos níveis de relações sociais; promoção de crescimento econômico, com equidade e segurança. É nesta perspectiva que o Programa de Projetos Produtivos, do MOC, vem caminhando ao longo de sua atuação.

Projetos produtivos tem, no MOC, o papel estratégico de continuar inserindo o grupo dos pequenos empreendedores urbanos e dos trabalhadores da pedra (canteiros) na articulação e na luta por políticas públicas de qualidade.

Historicamente, este grupo social é caracterizado pelo seu número - grande; por ser uma válvula de escape da economia, surge sem muito ou quase nenhum planejamento nem do próprio empreendimento e sem nenhuma política pública que o apóie; outras suas características são: o uso da mão de obra familiar; poucos recursos investidos; baixo uso tecnológico, dentre outras. Por conta disso lida constantemente com o fato da insustentabilidade dos empreendimentos. É nesse quadro que o MOC atua e busca fortalecer a luta e a possibilidade de conquistas destes empreendimentos, que possibilitem melhoria da qualidade de vida do referido grupo, com uma intenção maior que é a construção do desenvolvimento local, onde todos os grupos assumam suas responsabilidades sociais e colham os frutos de seus esforços: individuais e coletivos.

2. ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Foram as seguintes as nossas estratégias e situações finais:

Situação Final 01:

Pequenos empreendedores urbanos⁵¹ e canteiros capacitados e fortalecidos para o gerenciamento institucional, planejamento e captação de recursos para a sua sustentabilidade e município de Riachão do Jacuípe com APEU criada.

Para se caminhar no sentido da construção da situação final supracitada foram desenvolvidas as seguintes atividades.

⁵¹ Os municípios cujos empreendedores urbanos estão assessorados pelo Projeto Produtivo são: Valente, Santa Luz, São Domingos, Araci e Riachão do Jacuípe e o grupo de canteiros em Santa Luz.

a) Quadro de atividades previstas, realizadas e número de participantes:

Atividade	Prevista	Realizada	No. Participantes	Total de participantes
Visita assessora para constituição da APEU ²¹	02	03	20	60
Reunião monitoramento do planejamento – STP/COOTE PEDRA ²²	08	09	30	270
Reunião municipal de estruturação das APEU's	05	06	15	90
Encontro regional com as APEU's para avaliar 2002 e planejar 2003	01	01	40	40

b) Ações dos grupos a partir de nossa intervenção:

Os grupos conseguiram consolidar ações antes relegadas a segundo plano. Em 2002, percebeu-se claramente o interesse das entidades em se articularem com os diversos movimentos, inclusive convocando ações, como aconteceu com os canteiros em Santa Luz, no sentido de fortalecer as entidades e a gestão das entidades.

c) Desafios para a consolidação da situação final:

Para que as entidades possam ter suas organizações fortalecidas, sustentadas e atuando dentro de um interesse comum às demais entidades e voltadas para o desenvolvimento sustentável, vai ser preciso implementar o processo de formação dos dirigentes e lideranças, bem como ampliar o número deles. Além disso, melhorar a comunicação e a relação entre as mesmas.

Situação final 02:

APEU's capacitadas e articuladas para captar recursos públicos, voltados para a melhoria da renda. Para se buscar construir tal situação, o programa realizou as seguintes atividades.

a) Quadro de atividades previstas, realizadas e número de participantes:

Atividade	Prevista	Realizada	No. Participantes	Total de participantes
Dia de estudo e monitoramento da intervenção no orçamento municipal e crédito público para geração de renda	10	10	20	200
Apoio participação das APEU's nas atividades da comissão municipal tripartite de emprego e renda	03	03	10	30
Seminário regional com APEU's sobre política pública de apoio aos PEU's (CEADE)	-	03	40	120
Reunião municipal sobre - saúde do trabalhador, previdência e direitos trabalhistas dos canteiros	02	08	20	160
Seminário municipal sobre direitos previdenciários, trabalhistas e a saúde do trabalhador	-	02	150	300

²¹ APEU – Associação dos Pequenos Empreendedores Urbanos

²² Sindicato dos Trabalhadores da Pedra e Cooperativa dos Trabalhadores da Pedra

b) Ações dos grupos a partir de nossa intervenção:

As APEU's no ano de 2002 ficaram aquém dos passos dados em anos anteriores no que tange a intervenção em políticas públicas, especificamente na captação de recursos públicos. Dada a necessidade dos recursos públicos e as possibilidades, a participação foi tímida, muito embora, participaram das discussões, das manifestações junto à câmara municipal e ao executivo e até de audiência com os referidos poderes e os agentes financiadores (Banco do Brasil e Banco do Nordeste). Os municípios de Riachão e São Domingos foram os que mais ousaram. O primeiro no sentido de articular entidades como CDL, igreja, STR, no intuito de fortalecer um início de discussão sobre as políticas públicas de apoio ao PEU's, e São Domingos, por criar espaço de capacitação de empreendedores, no sentido de agregar valores à produção, e de estimular a sua participação política.

Por outro lado os canteiros, através do Sindicato e da Cooperativa das Pedras realizaram atividades de discussão, apresentação de propostas e negociação de demandas da categoria, junto ao Ministério do Trabalho (Sub Delegacia do Trabalho), INSS e prefeitura do município. Todas essas iniciativas resultaram na proposta de montar um dossiê relatando toda a realidade de trabalho e de condições de vida dos canteiros, bem como apontado propostas que sejam apresentadas e discutidas com os órgãos competentes e visaram:

- Junto à Sub delegacia do Trabalho: garantir respeito e concretização de direitos trabalhistas;
- Junto ao INSS: garantir direitos previdenciários e mesmo trabalhistas e,
- Junto á prefeitura de Santa Luz: um setor que trate e acompanhe a saúde do trabalhador da pedra, bem como possibilidade de que a prefeitura, cuidando do saneamento do município, possa comprar na COOTE-PEDRA. A primeira demanda dos canteiros, que trata da saúde foi também apresentada ao Conselho Municipal de Saúde.

Ao lado disso, os canteiros, em 2002, conseguiram em parceria com o curso de especialização em meio ambiente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), um pós graduando que colaborou sobre as práticas ambientais nas pedreiras, onde dentre os diagnósticos, reflexões, seminários, dias de estudos, constatou-se os cuidados, urgente, que os mesmos, o poder público e toda a comunidade luzense devem ter com a exploração da pedra, para que os prejuízos ecológicos sejam amenizados e até banidos. A tendência é se fazer um projeto e buscar recursos junto aos poderes públicos, bem como junto a instituições financiadoras. Com a mesma estratégia, os canteiros conseguiram uma outra pós graduanda, do curso de saúde do trabalhador, que da além de um conjunto de atividades apontou, na sua monografia de curso, eixos e propostas para se construir um projeto de intervenção no campo da saúde do trabalhador. Correu paralelo, uma parceria com o MOC, no convênio com o Ministério do Desenvolvi-

a) **Quadro de atividades previstas, realizadas e número de participantes:**

Atividade	Prevista	Realizada	No. Participantes	Total de participantes
Visita assessoria para constituição da APEU ²¹	02	03	20	60
Reunião monitoramento do planejamento – STP/COOTEPEDRA ²²	08	09	30	270
Reunião municipal de estruturação das APEU's	05	06	15	90
Encontro regional com as APEU's para avaliar 2002 e planejar 2003	01	01	40	40

b) **Ações dos grupos a partir de nossa intervenção:**

Os grupos conseguiram consolidar ações antes relegadas a segundo plano. Em 2002, percebeu-se claramente o interesse das entidades em se articularem com os diversos movimentos, inclusive convocando ações, como aconteceu com os canteiros em Santa Luz, no sentido de fortalecer as entidades e a gestão das entidades.

c) **Desafios para a consolidação da situação final:**

Para que as entidades possam ter suas organizações fortalecidas, sustentadas e atuando dentro de um interesse comum às demais entidades e voltadas para o desenvolvimento sustentável, vai ser preciso implementar o processo de formação dos dirigentes e lideranças, bem como ampliar o número deles. Além disso, melhorar a comunicação e a relação entre as mesmas.

Situação final 02:

APEU's capacitadas e articuladas para captar recursos públicos, voltados para a melhoria da renda. Para se buscar construir tal situação, o programa realizou as seguintes atividades.

a) **Quadro de atividades previstas, realizadas e número de participantes:**

Atividade	Prevista	Realizada	No. Participantes	Total de participantes
Dia de estudo e monitoramento da intervenção no orçamento municipal e crédito público para geração de renda	10	10	20	200
Apoio participação das APEU's nas atividades da comissão municipal tripartite de emprego e renda	03	03	10	30
Seminário regional com APEU's sobre política pública de apoio aos PEU's (CEADE)	-	03	40	120
Reunião municipal sobre – saúde do trabalhador, previdência e direitos trabalhistas dos canteiros	02	08	20	160
Seminário municipal sobre direitos previdenciários, trabalhistas e a saúde do trabalhador	-	02	150	300

²¹ APEU – Associação dos Pequenos Empreendedores Urbanos

²² Sindicato dos Trabalhadores da Pedra e Cooperativa dos Trabalhadores da Pedra

b) Ações dos grupos a partir de nossa intervenção:

As APEU's no ano de 2002 ficaram aquém dos passos dados em anos anteriores no que tange a intervenção em políticas públicas, especificamente na captação de recursos públicos. Dada a necessidade dos recursos públicos e as possibilidades, a participação foi tímida, muito embora, participaram das discussões, das manifestações junto à câmara municipal e ao executivo e até de audiência com os referidos poderes e os agentes financiadores (Banco do Brasil e Banco do Nordeste). Os municípios de Riachão e São Domingos foram os que mais ousaram. O primeiro no sentido de articular entidades como CDL, igreja, STR, no intuito de fortalecer um início de discussão sobre as políticas públicas de apoio ao PEU's, e São Domingos, por criar espaço de capacitação de empreendedores, no sentido de agregar valores à produção, e de estimular a sua participação política.

Por outro lado os canteiros, através do Sindicato e da Cooperativa das Pedras realizaram atividades de discussão, apresentação de propostas e negociação de demandas da categoria, junto ao Ministério do Trabalho (Sub Delegacia do Trabalho), INSS e prefeitura do município. Todas essas iniciativas resultaram na proposta de montar um dossiê relatando toda a realidade de trabalho e de condições de vida dos canteiros, bem como apontado propostas que sejam apresentadas e discutidas com os órgãos competentes e visaram:

- Junto à Sub delegacia do Trabalho: garantir respeito e concretização de direitos trabalhistas;
- Junto ao INSS: garantir direitos previdenciários e mesmo trabalhistas e,
- Junto à prefeitura de Santa Luz: um setor que trate e acompanhe a saúde do trabalhador da pedra, bem como possibilidade de que a prefeitura, cuidando do saneamento do município, possa comprar na COOTE-PEDRA. A primeira demanda dos canteiros, que trata da saúde foi também apresentada ao Conselho Municipal de Saúde.

Ao lado disso, os canteiros, em 2002, conseguiram em parceria com o curso de especialização em meio ambiente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), um pós graduando que colaborou sobre as práticas ambientais nas pedreiras, onde dentre os diagnósticos, reflexões, seminários, dias de estudos, constatou-se os cuidados, urgente, que os mesmos, o poder público e toda a comunidade luzense devem ter com a exploração da pedra, para que os prejuízos ecológicos sejam amenizados e até banidos. A tendência é se fazer um projeto e buscar recursos junto aos poderes públicos, bem como junto a instituições financiadoras. Com a mesma estratégia, os canteiros conseguiram uma outra pós graduanda, do curso de saúde do trabalhador, que da além de um conjunto de atividades apontou, na sua monografia de curso, eixos e propostas para se construir um projeto de intervenção no campo da saúde do trabalhador. Correu paralelo, uma parceria com o MOC, no convênio com o Ministério do Desenvolvi-

to Agrário (MDA), cuja proposta proporcionou curso na área de diversificação da produção (artesanato da pedra) e atividades que proporcionaram uma articulação entre canteiros de outros municípios e de outras regiões.

A estratégia dos canteiros é de manter a vigília junto ao diversos setores competentes, e acima de tudo manter o princípio da formação e da participação, em todas estas investidas.

Destacamos a iniciativa do canteiro em dar continuidade, ainda que tímida, em comemorar o dia do canteiro (17/02), realizando reflexões, comemorações e homenagens aos canteiros e aos parceiros, que ajudaram e ajudam nas suas conquistas.

c) Desafios para a consolidação da situação final:

O desafio é de resistir às dificuldades postas pelo poder público quando se trata de intervenção ou participação da sociedade nas políticas públicas. Para isso vai ser preciso implementar o processo de formação dos PEU's e dos canteiros, bem como estimular a articulação destes grupos com outros parceiros.

Os PEU's e os canteiros têm quatro demandas desafiantes claras, quais sejam: capacitação e assistência técnica (1), crédito (2), o mercado / comercialização (3) e o fortalecimento de seus movimentos (4). Estes então desafiam o plano de ação para os anos vindouros, das entidades e das organizações parceiras.

Especificamente, os canteiros têm como desafios: a conquista dos direitos previdenciários e trabalhistas, a saúde do trabalhador, a articulação local e regional dos canteiros, o mercado da pedra, a relação com o meio ambiente e a exploração da pedra e o fortalecimento das entidades representativas.

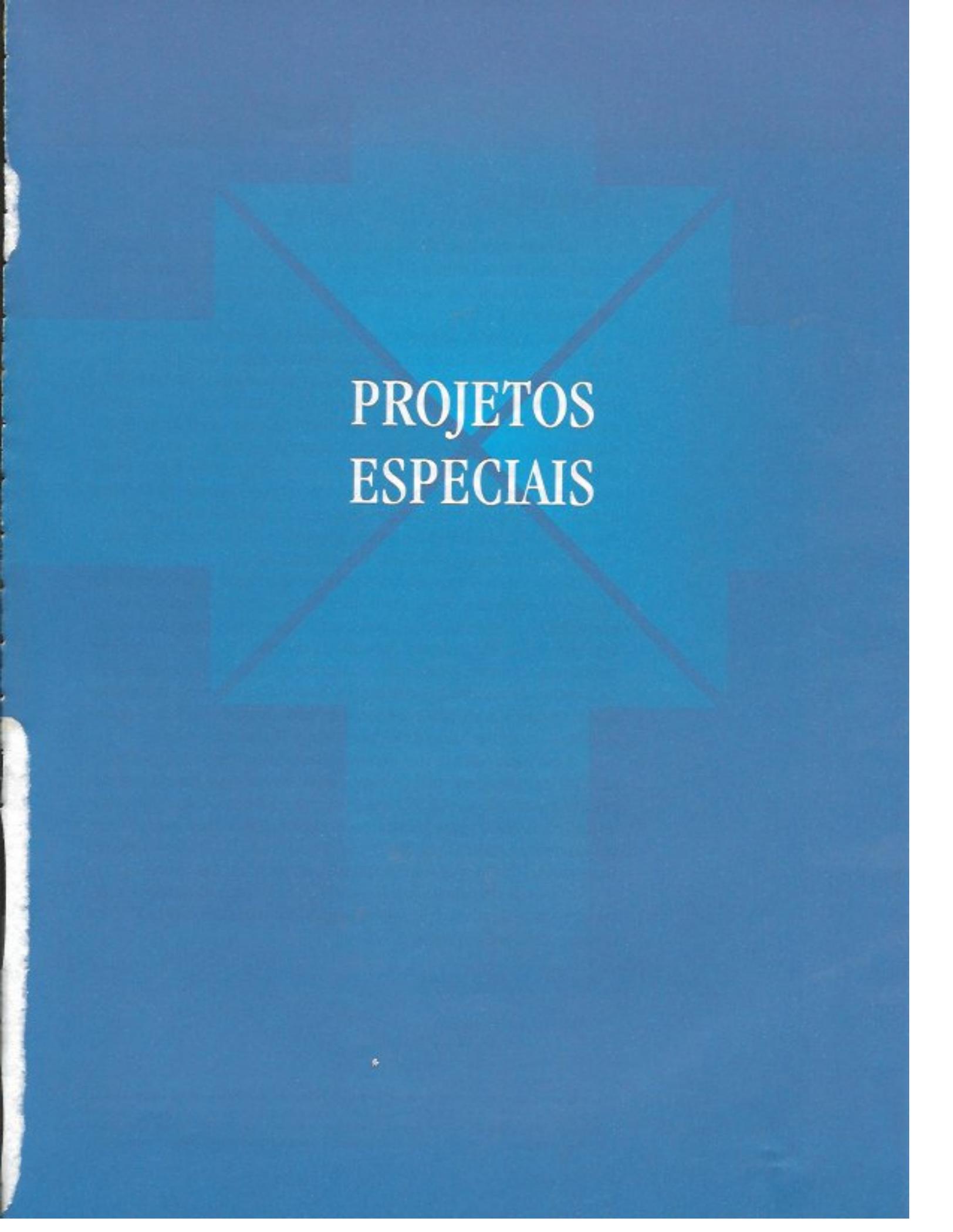
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para estas considerações, destacamos duas questões:

Uma que foi o salto dado pelo movimento dos canteiros neste ano de 2002. Anima-nos e provoca-nos dar assessoria para que o grupo sustente as conquistas e busque outras, inclusive, a previdência, que é histórica.

A segunda é que avaliando nossa prática e o desejo deste movimento, em específico, dos PEU's e canteiros, percebemos que a nossa intervenção junto a eles, mantém um perfil, alegado nos dois relatórios anos anteriores, que reflete a ação do Programa Políticas Públicas, qual seja: de um lado a assessoria para criar/fortalecer as entidades representativas dos empreendedores urbanos e canteiros; do outro, a intenção que estes capturem recursos públicos para aprimorem suas ações de geração de renda. Portanto, o Programa de Projetos Produtivos, desaparece enquanto Programa e suas estratégias e atividades se diluem, para fortalecer o Programa Políticas Públicas. As atividades que, por ventura, tratem especificamente de geração de renda e passem pelo crivo do MOC, serão orientadas para a ARCOS (Agências regionais de Comercialização).





PROJETOS
ESPECIAIS

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Vida Nova (PVN) é uma parceria do MOC com a EveryChild, entidade sediada em Londres (Inglaterra)⁵⁴. Atua na região sisaleira da Bahia – mais precisamente em Conceição do Coité, Retirolândia e Santa Luz -, há aproximadamente 3 anos.

Desde seu início, dialogou com o UNICEF, em fins de 1999, e, a partir de então, vem consolidando parcerias locais e regionais, sobretudo com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato dos Trabalhadores da Pedra (STP), o Centro de Apoio ao Interesse Comunitário (CEAIC) e as Associações Comunitárias de Nova Palmares, Mucambinho, São Pedro e Antônio Conselheiro. Entretanto, ao longo desse período fortaleceu a parceria com outras Associações Comunitárias (Alagoinhas, Boa Esperança e Castro Alves), com o MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais), com as Cooperativas de Crédito Rural de Santa Luz e Valente e tem sempre feito uma interlocução com professores, monitores do PETI, Orientadores Sociais, grupos de jovens, Rádios Comunitárias e o Projeto Comunicação Juvenil (MOC/Instituto Credicard).

O PVN visa contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável dessas comunidades, através do fortalecimento da sociedade civil e da cidadania, de assessoria, capacitação e apoio a projetos e iniciativas referenciais. Objetiva, pois, dessa forma, contribuir para a consecução de políticas sociais e educacionais para crianças em situação de risco e vulnerabilidade, através do incentivo ao fortalecimento de associações e grupos comunitários e de entidades da sociedade civil e do movimento popular, mediante o desenvolvimento sustentável das comunidades em que vivem estas crianças.

A condução dessa tarefa é desenvolvida de forma colegiada e participativa. O PVN tem, há pouco mais de 2 anos, uma Comissão que planeja, monitora e avalia as estratégias e os objetivos do projeto. A Comissão tem representantes de 7 comunidades (assentamentos de reforma agrária, áreas rurais e urbanas periféricas), do CEAIC, do MMTR, do STP, dos 3 STR's, além das 4 Agentes Comunitárias do PVN e de sua coordenação, composta de 2 membros.

O presente Relatório é fruto da avaliação participada dos próprios sujeitos envolvidos, na busca de atingir a situação final negociada entre o MOC e a Coordenação Geral do Projeto.

⁵⁴ Na Inglaterra e também em alguns outros países da Europa a EveryChild trabalha o Sistema de Apadrinhamento (sponsorship), que permite termos, nas comunidades atendidas, 502 crianças cadastradas, o que nos faculta estender a assessoria e a parceria comunitária a outras comunidades e atores num esquema de empoderamento político das famílias de agricultores familiares e trabalhadores urbanos, bem como de seus legítimos representantes e/ou parceiros estratégicos.

2. SITUAÇÃO FINAL: UMA BREVE ANÁLISE

Situação Final 01:

O Fundo Rotativo Água e Habitação (FR-AH) está sendo repassado pelo MOC-PVN e co-gerenciado de forma autônoma pelas Associações Comunitárias e sua prestação de contas vem sendo apresentada nas reuniões ordinárias da Comissão.

O PVN desenvolve, desde seu início, o FR-AH, o qual tem sido, por assim dizer, o carro-chefe de nossas ações. O FR-AH visa subsidiar o crédito às famílias, para construção e/ou reformas habitacionais, bem como para a construção de cisternas de placas e fossas sépticas. Esse empréstimo se dá mediante uma lista de pretensão elaborada na Associação Comunitária, conforme critérios erigidos na Comissão do PVN, os quais, basicamente, avaliam a capacidade de pagamento, o compromisso comunitário, as relações de gênero e de geração, considera situações de deficiência física na família, mas também questões de natureza sócio-política, como ser associado, cooperado ou sindicalizado, por exemplo.

O repasse é feito pelo PVN/MOC e a administração é tri-partite (PVN/MOC, Comissão e Associações). O PVN investiu em capacitação das suas Agentes e sobretudo em representantes comunitários, criando uma Planilha em formato Excel, na qual estão disponibilizados todos os dados creditícios (N^o contrato, prestações, datas de pagamento, valores, valor pago, etc.). Agilidade, organização e transparência, além de empoderamento técnico e político das comunidades foram os resultados alcançados, ainda que de forma desigual, entre as comunidades.

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizada e não Prevista	N ^o médio de pessoas/evento
Reunião mensal Agentes e Associação	06	05	0	13
Reuniões bimensais com a Comissão PVN	05	07	02	22
Reunião mensal de monitoramento	08	04	0	06
Reuniões sobre Planilha Excel FR-AH	02	05	05	18

As Associações, assessoradas pelas Agentes do PVN, fizeram reuniões ordinárias para aplicar e avaliar a Planilha. Apenas em 1 delas (Antonio Conselheiro) a execução do FR-AH é precária, fato que se deve sobretudo à organização da comunidade e da Associação. Entretanto, verifica-se que a autonomia, embora tenha avançado, é pequena, já que as ações estão concentradas nas Agentes e no MOC, implicando outros investimentos e estratégias de capacitação e formação para 2003.

Outro aspecto demandado foi o de gerenciamento em recursos hídricos, sobretudo para a lida com as cisternas e questões sanitárias. Infelizmente o PVN não avançou nesse item, o que indica um melhor planejamento para o ano vindouro (março 2003-março 2004)⁵⁵.

⁵⁵ Há de se levar em consideração a dificuldade que o PVN encontrou para planejar ações com as demais equipes do MOC, pelo simples fato de que nosso planejamento, até 2002, decorria do ano fiscal inglês, que não coincidia com o do MOC. Para 2003 essa situação foi plenamente corrigida, de modo a injetar novas esperanças em um planejamento ainda mais compartilhado.

Situação Final 02:

Agricultores/as familiares com acesso mais amplo a crédito para geração de renda (FR-GR) e com assistência técnica rural, com procedimento realizado através do COGEFUR⁵⁶ e SICOOB e monitorado pelo PVN.

O ano de 2002 foi o primeiro em que o PVN se aventurou mais na linha de geração de renda. Deve-se ressaltar que a elaboração colegiada dos Convênios e Contratos foi negociada ao longo de pouco mais de 1 ano entre os STR's, Associações, Cooperativas de Crédito e Técnicos Agrícolas (TA). Prontos estes procedimentos preliminares, neste ano pode-se deslanchar o trabalho.

O primeiro passo foi tomar assento oficial no COGEFUR, ação plena e satisfatoriamente alcançada. Isso nos permite acompanhar não apenas os projetos do PVN, mas, também, aqueles voltados para outras linhas de crédito, o que nos permite ampliar nossas frentes de informação e de recursos, já que nossos/as agricultores/as poderiam ter acesso a outras linhas que não apenas a do PVN.

Foram aprovados 8 projetos agrícolas, num total de pouco mais de R\$ 6.500,00 financiados através do SICOOB Itapicuru (Santa Luz) e dentro das normas. Com isso o MOC transfere boa parte da administração financeira para as entidades responsáveis, fortalece as Associações e famílias e dedica-se ao monitoramento do processo.

Alguns aspectos merecem destaque. O Técnico Agrícola de Nova Palmarens não elaborou nenhum projeto, seja em virtude da ausência de entendimentos entre a comunidade e o mesmo, seja porque o Técnico Agrícola esteve bastante comprometido com o Prosperar. De todo modo, essa comunidade foi contemplada com recursos do PRONAF/INCRA, o que compromete sua capacidade de endividamento e descarta-se, assim, a necessidade de outros financiamentos. O mesmo fato ocorreu com Antonio Conselheiro e Boa Esperança. Daí porque foram aparentemente poucos os empréstimos. Por outro lado, isso evidencia o cuidado com o critério da capacidade de suporte e de financiamento da propriedade, observado com responsabilidade.

Em Santa Luz, embora seja a região que aprovou créditos, não tivemos com rigor o monitoramento das ações do Técnico Agrícola. Talvez porque o mesmo não esteja vinculado ao Prosperar, e faltou à Comissão maior atenção ao aspecto. De todo modo, para 2003 essa situação já está sendo encaminhada.

⁵⁶ Conselho Gestor de Fundo Rotativo.

Participamos das seguintes atividades:

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizada e não Prevista	N° médio de pessoas/evento
Reunião da Comissão c/ COGEFUR, SICOOB e TA	01	01	0	22
Reuniões do COGEFUR	05	04	0	28
Monitoramento TA	04	02	0	12

Ainda no aspecto geração de renda vale assinalar que pouco se avançou na área urbana. Embora tenhamos realizado todas as reuniões previstas e participado de outras relacionadas (CEADE, CEAPE e Associações de Pequenos Empreendedores), não se chegou à conclusão de como realizar essa ação. Na verdade, o resultado foi muito positivo porque a própria comunidade, inicialmente muito ansiosa pelos recursos, compreendeu a dificuldade e as conseqüências desse passo. Avaliou, assim, que não há clareza sobre o quê e como empreender. Para nós, essa conclusão resulta de um amadurecimento político dos sujeitos e sobretudo da capacidade de análise e encaminhamentos comunitários.

Situação Final 04:

Lideranças juvenis capacitadas, monitoradas e atuando como multiplicadoras sociais junto às comunidades.

Essa linha, juntamente com o FR-AH, foi a mais bem sucedida. Na realidade, devido à parceria com a Coordenação municipal do MOC em Santa Luz, com o CEAIC, STR's de Coité e Santa Luz, com a Rádio Comunitária Santa Luz FM e com os jovens comunicadores (Projeto Comunicação Juvenil) de Santa Luz a ação ganhou corpo e nome próprios: Projeto Juventude Cidadã.

O PVN conseguiu não apenas consolidar parcerias como abarcar 6 comunidades fora do seu espectro formal. Foram 48 jovens envolvidos em capacitações sobre DLS (Desenvolvimento Local Sustentável), Associativismo, Cooperativismo e Políticas Públicas, numa perspectiva de protagonismo juvenil.

Desse grupo temos:

- 16 jovens na direção de Associações; 38 sócios/as; 02 presidentes de Associação; 03 participando da Comissão PVN; 06 administrando o FR-AH; 03 na Comissão de Jovens do STR, dentre outras relações.

Foram as seguintes as atividades desenvolvidas:

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizada e não Prevista	N° médio de pessoas/evento
Reunião de sensibilização/avaliação	01	02	01	55
Evento de Integração	01	01	0	49
Encontros de Capacitação	04	05	01	45
Evento de Monitoramento	01	02	01	47
Avaliação e Planejamento	01	01	0	52



Situação Final 05:

Lideranças de Associações Comunitárias, da Educação, da Saúde, jovens e mulheres capacitadas, planejando e executando estratégias de DLS

Este foi, um passo significativo do PVN. As ações conjuntas são sempre mais difíceis.

Nesse sentido, ver, numa mesma atividade, professoras, monitores, agentes de família, agentes comunitárias de saúde, lideranças da Pastoral da Criança, grupos de jovens, Associação Comunitária, STR e representantes de pais e mães juntos pensando e planejando a comunidade, foi crucial para melhor conhecermos as demandas internas, os limites e as possibilidades.

Os resultados foram sobremaneira políticos, afinal, em todas as comunidades a avaliação maior e recorrente é de que é possível atores diferentes, de lugares institucionais e poderes distintos agirem articuladamente em torno do mesmo problema, como o lixo e a limpeza das aguadas, por exemplo.

Infelizmente, não é possível, ainda, avaliar por completo a exata dimensão dessa intervenção, seja porque se trata de um processo de empoderamento, seja porque nem todas as comunidades abraçaram de igual maneira os compromissos.

As atividades foram:

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizada e não Prevista	Nº médio de pessoas/evento
Reuniões de Socialização da Proposta	04	06	02	20
Reuniões sobre DLS	04	03	0	21
Encontros de Monitoramento	04	02	0	20
Avaliação Final e Planejamento	04	02	0	20

Situação Final 06:

Agentes do PVN desenvolvendo atividades de capacitação, de monitoramento e processos de gestão compartilhada, bem como operacionalizando recursos de informática com vistas à maior organização e realização de registros e relatórios.

Embora tenha um caráter mais interno e pedagógico, o fortalecimento da compreensão por parte das Agentes acerca do processo de trabalho foi um investimento que repercutiu bem nas demais atividades. A qualidade dos relatórios, a execução das tarefas de monitoramento, a ampliação do leque de ações e a melhor distribuição de papéis marcaram o ano de 2002.

As atividades de formação foram:

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizada e não Prevista	N.º médio de pessoas/evento
Reuniões de monitoramento	04	05	02	06
Curso de informática	01	01	0	04
Módulos de capacitação técnica	04	04	0	20
Relatórios	04	05	01	04

A essas atividades somaram-se mais 6 reuniões na comunidade, com mães do PVN e com lideranças locais sobre gênero, recursos hídricos, planejamento, fundo rotativo, segurança alimentar e trabalho com grupos.

Situação Final 07:

Comissão do PVN atuando numa perspectiva de maior autonomia, com papéis mais claros e monitorando o PVN.

Embora com forte dependência da coordenação do PVN/MOC, a Comissão deu passos no sentido de tomar iniciativas, como a de tornar pública a prestação de contas do FR-AH e das atividades desenvolvidas, a de subscrever aos demais membros ausentes, cobrando-lhes a responsabilidade, a de acompanhar e vistoriar in loco as obras do FR-AH a cada reunião, etc..



A avaliação final apontou um conjunto de ajustes a serem tomados, principalmente no que tange à representação das entidades na Comissão, a qual deve ser feita pelo presidente e por um membro da diretoria, com nomes fixos. Essa atitude vai contribuir para que haja melhor fluxo de comunicação e agilidade nas decisões.

Atividades	Quant. Prevista	Quant. Realizada	Realizada e não Prevista	N° médio de pessoas/evento
Reuniões Dimensais	04	06	02	25
Avaliação Final Comissão	01	01	0	22
Avaliação Final PVN	01	01	0	45

3. OUTRAS OBSERVAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Convém alinhar, aqui, de forma sucinta, outros elementos que ilustram as ações do PVN em 2002 e que, por motivos diversos, não se enquadram no formato acima apresentado.

- Boletim Vida Nova: 3 números impressos com 500 exemplares/edição. Trata de publicizar ações do PVN, bem como de interesse comunitário, com atenção e espaço para produção das crianças. Em 2003 será também traduzido em Inglês.
- Programas de Rádio: nos programas do CEAIC, do STR de Coité e de Santa Luz saem, eventualmente, chamadas e inserções sobre o PVN, assim como na Rádio Sisal;
- Participação de 28 representantes do PVN na JAPES (Jornada Avaliativa de Projetos Econômicos e Sociais) do MOC, de 16 a 20 de dezembro de 2002;
- A EveryChild realizou Auditoria no MOC, especificamente as contas do PVN e concluiu por ser das mais organizadas e transparentes, aprovando-a com elogios e parabéns;
- Prêmio Associação Nota 10 para Mucambinho, compartilhado com Entidades, com o MOC, e, conseqüentemente, com o PVN;
- Visita da ONG Centro das Mulheres do Cabo (PE) para conhecer o PVN em geral e o processo de capacitação de lideranças, a Comissão e o FR-AH em especial;
- Convite da EveryChild para que o PVN publique, em inglês, suas realizações, especialmente relativas à participação comunitária, com destaque, também, para o Baú de Leitura;
- Artigo sobre o PVN no EveryChild Newsletter Latin America publicado;
- Participação em Seminário Internacional em Praga (República Checa).

PROJETO PROSPERAR



1. APRESENTAÇÃO

O projeto PROSPERAR foi concebido pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil – COMPETI – da Bahia, a partir da identificação de que seriam necessárias ações complementares que gerassem emprego e renda para que as famílias beneficiadas pelo PETI mantivessem seus filhos na escola, mesmo depois que a bolsa mensal oferecida fosse suspensa.

A estratégia então definida foi de prestar assistência técnica rural e creditação - dentro de um processo responsável - que gerasse impacto direto positivo na economia familiar.

Para tanto, a Secretaria do Trabalho e Ação Social na Bahia, após proposta de trabalho aprovada pela SEAS, firmou convênio com o MOC em outubro de 2001 com o propósito de desenvolver atividades que assegurassem as seguintes ações:

- a) promover a racionalização e potencialização do uso das propriedades rurais, com permanente presença de assessoramento técnico e frequência de eventos de capacitação;
- b) Gerar novas ocupações produtivas no meio rural com a verticalização da produção e o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas;
- c) Disponibilizar e alavancar crédito rural de baixo custo e longo prazo de reembolso e;
- d) Apoiar a criação e o fortalecimento de organizações locais, para geração de renda;

Este relatório tem a pretensão de descrever o processo de implantação e desenvolvimento do projeto, assim como demonstrar os resultados alcançados a partir do planejamento estabelecido.

2. DESCRIÇÃO SUSCINTA

No período de Outubro de 2001 a Dezembro de 2002 um mínimo de 2.340 famílias de 80 comunidades rurais de 17 municípios deveriam ser diretamente beneficiadas.

Estes municípios inicialmente beneficiados foram os mesmos que começaram a executar o PETI na Bahia e a definição do número de famílias beneficiadas por município obedeceu à proporcionalidade de famílias cadastradas no programa. Seguindo-se o critério de aproximadamente 10%. Assim, para esta primeira etapa de um ano foram beneficiados os municípios de Araci, Conceição do Coité, Ichu, Mirangaba, Nordestina, Nova Fátima, Ouro-lândia, Pé de Serra, Queimadas, Quinjingue, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, São Domingos, Valente, Várzea Nova e Umburanas.

O trabalho no município foi iniciado com uma reunião com o grupo gestor do PETI. Nela foram definidas as comunidades rurais beneficiárias, seguindo o critério principal de concentração de famílias cadastradas. O grupo gestor na maior parte dos casos, também participou das atividades de planejamento, monitoramento e avaliação do projeto. Seleccionadas as comunidades, o técnico contratado pelo MOC iniciou os trabalhos fazendo um diagnóstico das propriedades rurais, das comunidades, dos obstáculos produtivos e das potencialidades, incluindo ainda as condições de habitação, alimentação, abastecimento de água, saneamento e relações entre homens, mulheres, jovens e idosos na condução de empreendimentos econômicos e na própria vivência. O método de fazer este diagnóstico foi participativo (envolvendo todos os beneficiários) e os dados apurados, foram considerados como o Perfil de entrada no Projeto ou “diagnóstico do marco zero”.

Uma vez conhecida a renda, as condições de vida, os limites e as potencialidades da população local, foram elaborados - também de forma participativa - os planos de atendimento às famílias. Neste plano, as famílias foram agrupadas segundo seus interesses produtivos, sem significar, no entanto, uma fragmentação da organização comunitária. Assim, surgiram grupos de caprinocultura, ovinocultura, apicultura e outros que foram chamados de grupos de interesse. O Técnico responsável pelo atendimento, esteve presente no mínimo 02 dias por mês na comunidade, reservando em média 01 turno para realizar uma reunião com todas as famílias e o restante do tempo para atendimento familiar.

Em complemento à assistência técnica sistemática na propriedade rural, cada família participou de cursos, estágios e visitas de intercâmbio com uma carga horária média de 90 horas. Entre os principais eventos de capacitação, os cursos de planejamento e gestão da propriedade rural, manejo dos criatórios e técnicas de convivência produtiva com o semi-árido, foram os mais ofertados.

Cada família teve o seu planejamento produtivo e de melhoria das condições de vida. Aquelas de menor potencial, por não disporem de área de terra em quantidade e qualidade necessárias à evolução, foram incentivadas a desenvolver micro-empresendimentos rurais não agrícolas ou micro-agroindústrias. Aquelas de maior área de terra foram inseridas em processos mais estruturantes da propriedade (cerca, plantios, água, animais), voltados para convivência com o semi-árido.

Os recursos financeiros para os financiamentos foram disponibilizados pelo MOC para as Cooperativas de Crédito Rural já existentes ou que foram incentivadas, a se implantar, sob coordenação do MOC e acompanhamento da SETRAS. Em complementariedade aos recursos diretos do projeto, foram também alavancados recursos dos bancos oficiais na linha de crédito do PRONAF e também, identificados outros apoios, de empresas e/ou cooperação internacional.

O MOC contou com uma equipe de 20 profissionais entre agrônomos e técnicos em agropecuária, além de toda a sua infra-estrutura de locais para





capacitação, veículos, móveis e equipamentos. Estes ou eram próprios do MOC ou disponibilizados pelos sindicatos de trabalhadores rurais.

3. PROGNÓSTICO E BASES DE INTERVENÇÃO

Diante da situação mais comum de acesso limitado aos fatores produtivos (terra, tecnologia e crédito), isolamento organizativo e desmotivação para o trabalho – sobretudo em função do clima seco – encontrada entre as famílias residentes nas comunidades selecionadas, a intervenção baseada na assistência técnica e capacitação sistemática e crédito, esteve voltada para alcançar a utilização máxima e sustentável dos recursos materiais e humanos, o surgimento de novos empreendimentos geradores de renda e emprego e a formação de capital social com capacidade para dar sustentabilidade às ações propostas.

Assim, os resultados perseguidos estiveram voltados para:

- aumentar a renda familiar;
- gerar novos empregos e;
- fortalecer as organizações.

Desta forma, os indicadores estabelecidos procuraram aferir principalmente o alcance destes resultados. Entretanto, outros indicadores como o valor de crédito externo do PRONAF alavancado, a participação das Prefeituras e os valores por elas alocados e o número de mine-agroindústrias e novas cooperativas instaladas, foram também incluídos para que ficassem registradas as contrapartidas e o surgimento de empreendimentos locais que acenassem para o caminho da sustentabilidade das ações.

4. FASES DA EXECUÇÃO

O projeto foi desenvolvido em 5 grandes fases:

1ª fase: Diagnóstico Participativo: aconteceu nos três primeiros meses e serviu tanto para identificar os problemas e potencialidades como para estabelecer uma relação mais próxima e confiável entre o técnicos e as famílias.

2ª fase: Análise Interativa: colocados e expostos os problemas, o “confronto” dos saberes foi estabelecido para, a luz de casos exitosos, buscar soluções eficientes e exeqüíveis para melhorar a produção, a renda e a qualidade de vida.

3ª fase: Formação: numa primeira etapa desta fase, buscou-se introduzir uma formação mais geral voltada para despertar o empreendedorismo, a

gestão, a importância da organização e do mercado. Uma segunda etapa foi caracterizada pela compreensão das atividades produtivas, nos seus aspectos técnicos e de mobilidade econômica.

4ª fase: Implantação e Gestão: Esta foi a fase do início das transformações, da aplicação das tecnologias e do crédito. A assistência técnica sistemática apoiou a consolidação de novas práticas.

5ª fase: Avaliação: Ocorreu já no final do projeto (no mês de dezembro/02) e, embora com resultados ainda a emergir, foi necessária para definir o grau de alcance dos objetivos, mesmo que ainda de forma intermediária.



5. INSTRUMENTOS DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

A cada quinze dias o projeto foi monitorado pela coordenação, pela equipe técnica e pelos dirigentes das organizações parceiras. Com esta frequência, os problemas operacionais e administrativos não se acumularam e os ajustes no planejamento das ações foram facilmente executados.

Para controlar e registrar as atividades e seus resultados, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- o planejamento mensal das atividades (PTM)
- o relatório mensal de atividades (RTM)
- o diagnóstico do marco "0" ou perfil de entrada
- o diagnóstico do marco "1" ou perfil intermediário

Enquanto o PTM e o RTM constituíram-se como instrumentos de registros acompanhamento do trabalho técnico sob a supervisão das entidades locais, os diagnósticos dos marcos "0" e "1" procuraram apurar as condições de produção, produtividade, renda, posses, dívidas, qualidade de alimentação, relações sociais de gênero e qualidade de vida de cada família atendida.

As informações contidas nestes instrumentos foram sistematizadas em um software especialmente criado para este fim: o SPAM – Sistema de Planejamento, Avaliação e Monitoramento do Projeto Prosperar.

A maior parte dos dados anunciados nas próximas páginas são provenientes do SPAM.

6. ALCANCE DAS METAS

a) Abrangência:

O projeto previa o atendimento a 2.340 famílias em 80 comunidades rurais de 17 municípios do Estado. Alcançou 3.065 famílias em 95 comunidades rurais nos 17 municípios.

Município	Planejado		Alcançado	
	Nº Comunidades	Nº de famílias	Nº Comunidades	Nº de famílias
Araci	08	300	10	246
C. do Coité	08	350	08	334
Ichu	03	50	04	133
Mirangaba	04	100	05	114
Nordestina	04	110	06	130
Nova Fátima	03	50	03	81
Ourolândia	04	100	04	126
Pé de Serra	03	50	03	103
Queimadas	06	170	06	201
Quijingue	07	180	07	154
Retirolândia	04	200	08	350
R. do Jacuípe	04	110	06	231
Santa Luz	06	180	08	299
São Domingos	04	100	04	97
Umburanas	04	100	04	197
Valente	04	140	04	149
Várzea Nova	04	100	05	120
TOTAIS	80	2.340	95	3.065

O aumento do número de famílias, entretanto, não representou custo adicional ao projeto e a variação deveu-se a uma situação já esperada: previa-se atender de 25 a 40 famílias em cada comunidade rural selecionada, de acordo com a média regional. Contudo, houve uma tendência para a quantidade máxima.

b) Assistência Técnica:

Com os recursos orçados e a estratégia principal do projeto de promover um processo sistemático de assistência técnica definida, foi possível estabelecer uma meta de se efetivar 7.488 visitas às propriedades rurais e 936 reuniões com os grupos comunitários. Os números alcançados foram de 6.897 visitas e 957 reuniões.

Atividades	No. Planejado	No. Alcançado
Visitas às propriedades	7.488	6.897
Reuniões comunitárias	936	957

A média alcançada foi de 3 visitas por propriedade e 10 reuniões por comunidade. O número médio de participantes por reunião foi de 25 pessoas.

c) Capacitação:

Como segundo eixo de intervenção na realidade local, as atividades de capacitação, em consonância com a assistência técnica e com o crédito, também alcançaram as metas planejadas: cada família participou, em média, de 92 horas de formação entre oficinas e cursos.

Eventos de Capacitação	Planejado		Alcançado	
	No. Eventos	No. Partic.	No. Eventos	No. Partic.
Oficina de Planejamento da propriedade	78	2.340	124	3.022
Curso Manejo dos criatórios	140	2.340	178	4.284
Curso Conv. Prod. com a seca	259	2.340	242	5.971
Curso gestão de micro empreendimentos	51	510	27	584
Curso gestão de assoc/coop.	15	360	67	1.407
Curso de gestão de agronegócio	51	510	14	282
Work-shop atividades rurais não agrícolas	17	400	06	669

Nos cursos de manejo dos criatórios, a maior parte foi na área de caprino e ovinocultura: registrou-se 3.275 participantes em 132 eventos. Em seguida veio a apicultura com 523 participantes em 24 eventos e a avicultura com 406 participantes em 18 eventos. O anexo I que totaliza os RTMs traz a totalidade dos eventos realizados com os respectivos números de participantes.

d) Crédito Rural:

Com recursos do próprio projeto estava previsto a aplicação de R\$ 2.890.000,00 (dois milhões, oitocentos e noventa mil reais) em 1.000 projetos individuais e 106 projetos coletivos beneficiando 1.530 famílias. Foram aplicados R\$ 2.990.144,57 (dois milhões, novecentos e noventa mil, cento e quarenta



e quatro reais e cinquenta e sete centavos) nas três linhas de crédito definidas conforme está demonstrado no quadro abaixo:

Linha de Crédito	Planejado		
	No. Contratos	No. Famílias	Valor (RS/mil)
Atividades integradas na propriedade	600	600	1.800
Micro-empresendimentos agrícolas	400	400	320
Apoio as micro-agroindustrias e fortalecimento de organizações	106	530	770
Totais	1.106	1.530	2.890

Linha de Crédito	Planejado		
	No. Contratos	No. Famílias	Valor (RS/mil)
Atividades integradas na propriedade	1.759	1.759	2.395
Micro-empresendimentos agrícolas	118	118	308
Micro-empresendimentos não agrícolas	24	288	287
Totais	1.901	2.165	2.990

Na maior parte dos casos, o MOC alocou os recursos nas Cooperativas de Crédito por intermédio do COGEFUR – Conselho Gestor do Fundo de Crédito.

7. APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

A concepção do projeto conteve aspectos inovadores de assistência técnica: o controle social, o processo de planejamento das propriedades, a presença sistemática dos técnicos nas comunidades realizando visitas e eventos de capacitação, a vocação produtiva regional, o fortalecimento das organizações e o incentivo às atividades rurais não agrícolas agendaram características diferenciadas de atendimento às famílias de baixa renda que, na prática, influenciaram na qualidade dos resultados e ajudaram a consolidar um estilo metodológico novo, adequado à realidade do meio rural nordestino.

O principal resultado não foi apenas, portanto, a aplicação de metodologias próprias, mas a construção coletiva de um processo inovador de assistir um público específico historicamente excluído das políticas públicas.

a) Controle Social:

Vinte e sete organizações sociais da região participaram efetivamente do planejamento, monitoramento e avaliação do projeto. No processo de assistência técnica e capacitação, participaram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Quinjingue, Conceição do Coité, Valente, São Domingos, Queimadas, Nordestina, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Nova Fátima, Várzea Nova, Mirangaba e Retirolândia, as APAEBs de Araci e Ichu e o CEAIC de Santa Luz. Estas organizações, além de acompanhar os técnicos nas atividades de campo e participar das reuniões quinzenais de monitoramento, também cederam espaços nas suas sedes, veículos, móveis, computadores e outros utensílios.

Para o processo inicial de seleção dos beneficiários, os 17 grupos gestores elegeram as comunidades a serem atendidas e alguns deles mantiveram-se acompanhando o desenvolvimento das atividades.

Para a concessão dos financiamentos, novas parcerias foram estabelecidas, destacando-se o COGEFUR – Conselho Gestor do Fundo de Crédito – que é uma organização formada pelas Associações, pelos Sindicatos, pelas Cooperativas e pelo próprio MOC. O COGEFUR se incumbiu de analisar cada projeto, encaminha-los para construção e acompanhar o processo de aplicação.

Além do COGEFUR, as cooperativas de crédito rural de Araci, do Vale do Itapicuru, de Feira de Santana, de Serrinha e de Valente, o CEAIC de Santa Luz e a COPERMONTE estiveram envolvidas nos deferimentos e aplicação dos recursos do crédito.

b) Planejamento da Propriedade:

Conhecer os limites produtivos e as potencialidades das propriedades, dentro de um processo participativo e de “confronto” se saberes entre os técnicos e os agricultores e suas famílias possibilitaram a elaboração dos projetos técnicos, além de registrar as condições iniciais de cada família.

Previu-se a aplicação de 2.340 diagnósticos do marco “0” e igual número de “planejamento” ou “desenhos” das propriedades e foram efetivados 3.065 diagnósticos e 1.901 “planejamentos” das propriedades.

c) Assistência Técnica e Capacitação Sistemáticas:

A previsão do projeto para garantir, de forma permanente, a assistência técnica às famílias, foi de realizar 5.616 visitas às propriedades, além do atendimento nas sedes das entidades parceiras. Neste item, os resultados alcançados também superaram as expectativas.



Atividades	Planejado	Realizado
Visitas às propriedades rurais	5.616	6.897
Atendimentos nas sedes das entidades parceiras	3.248	4.034
Horas de capacitação por família	90	92

d) Formação de grupos de interesses:

A metodologia previa a agregação das famílias segundo seus interesses produtivos, dentro da expectativa de potencializar as ações de capacitação e otimizar os serviços de orientação técnica. Além dos chamados "grupos de interesses" planejados, o desenvolvimento dos projetos indicaram a necessidade de se constituir novos grupos, como pode ser visto na tabela abaixo:

Grupos de Interesse	Planejado	Realizado
Caprino/ovinocultura de corte	51	58
Caprinocultura de leite	17	06
Apicultura	10	06
Horticultura	03	02
Artesanato de fibras	12	08
Galinha Caipira	17	09
Tempero	00	04
Bijuterias	00	05
TOTAIS	110	98

e) Valorização da vocação regional:

O projeto partiu do pressuposto de se potencializar a economia familiar abrindo-se dois eixos de intervenção: um primeiro que diversifica, criando novas oportunidades de renda e emprego, e outro que aproveita os recursos locais naturais (vegetação, relevo, clima e solo) e os introduzidos pelas sucessivas gerações (pastagens, instalações, mercado, etc.) para aumentar a produtividade dos espaços rurais.

O quadro abaixo, registra esta tendência, pelas atividades financiadas nos planos técnicos:

Atividades financiadas da vocação regional	Unidade	Planejado	Realizado
Caprino e Ovinocultura	Cab	8.000	11.899
Palma forrageira	Ha	500	640
Forrageira leguminosa	Ha	100	71
Silo/equipamentos de feno	Ud	100	18
Núcleo apícola	Ud	50	69
Reservatório de água	Ud	200	161
Barreiro/aguada	m ³	150.000	139.049

Além destes, outros itens financiados nos projetos foram 170 aviários para criação de galinhas caipiras, 56 pocilgas, 1.858 hectares de pastagens e 2.664 quilômetros de cercas (novas ou reformadas).

f) Constituição e fortalecimento de organizações:

Organizações municipais de crédito, de comercialização e de beneficiamento da produção foram estimuladas pelo projeto na medida em que serão estas instituições que assumirão a tarefa, juntamente com as pré-existentes, de garantir a sustentabilidade das ações. Vinte e quatro organizações receberam financiamentos diretos para as suas atividades; dezessete delas surgiram a partir do projeto com destaque para a COOPMEL – Cooperativa Regional dos Apicultores, para a COBENCOL – Cooperativa Regional de Beneficiamento da Produção Agrícola Familiar, e para a COOPERAFIS – Cooperativa das Artesãs Fibras do Sertão – esta última emergente de um grupo informal de artesãs.

Além dos financiamentos, o projeto também estimulou a criação e o fortalecimento de outras organizações desenvolvendo ações de assessoria e capacitação.

Organizações Estimuladas	Planejado	Realizado
Criadas com apoio técnico	03	04
Criadas com apoio financeiro	03	06
Criadas com apoio técnico e financeiro	03	03
Fortalecidas com apoio técnico	03	02
Fortalecidas com apoio financeiro	03	07
Fortalecidas com apoio técnico e financeiro	10	06
TOTAIS	25	28



g) Incentivo às atividades rurais não agrícolas:

Entender e trabalhar o novo rural a partir da compreensão de que um número grande de serviços e atividades produtivas anteriormente comum apenas no meio urbano, passaram também a existir no meio rural foi também um dos desafios do projeto.

Em um primeiro momento, houve a necessidade de inserir este novo paradigma dentro da própria equipe técnica e entre os dirigentes das entidades parceiras. Depois foi preciso conhecer os obstáculos, como poderia se dar a gestão e a colocação dos produtos do mercado.

Assim, atividades como marcenaria, comércio ambulante, artesanatos de tecido, de pedra, de barro e de fibras, turismo, entre outras, foram incentivadas e obtiveram financiamentos.

Atividades	Planejado	Realizado
Apoio financeiro a micro-empresendimentos não agrícolas	50	29
Apoio financeiro às organizações de micro-empresendimentos não agrícolas	20	06

Pelos resultados alcançados, nota-se que em relação ao que foi planejado, estas ações não foram suficientes dinamizadas e incorporadas às atividades mais convencionais da assistência técnica e da capacitação. Porém, houve uma quebra de resistência em várias frentes: na equipe técnica, nas cooperativas de crédito e nas organizações locais. Abriu-se na região, um novo horizonte de trabalho.

8. ALCANCE DOS OBJETIVOS

a) Renda:

Mesmo ainda sendo muito cedo para avaliar o impacto do projeto na renda das famílias, na medida em que o diagnóstico do marco "0" ou perfil de entrada foi efetivado no período de novembro de 2002 a janeiro de 2003, os financiamentos foram concedidos, de forma mais concentrada, no período de Julho a Setembro de 2002 e o diagnóstico do marco "1" ou perfil intermediário (considerado o perfil final do primeiro convênio) foi efetivado no mês de dezembro, já se pode identificar um aumento médio de renda anual bruta das atividades agropecuária das 3.065 famílias atendidas de R\$ 725,30 (setecentos e vinte e cinco reais e trinta centavos) para R\$ 952,82 (novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos) equivalendo a um incremento de 31,36% em menos de 1 ano.

Município	Marco "0"		Marco "1"	
	Renda total	Renda Média	Renda total	Renda Média
Araci	36.202,00	317,56	115.742,00	933,40
Conceição do Coité	189.146,64	896,43	317.651,00	1.637,38
Ichu	51.813,10	719,63	48.465,46	605,82
Mirangaba	38.651,00	536,82	61.836,00	1.030,60
Nordestina	42.365,70	580,35	34.622,78	455,56
Nova Fátima	33.732,92	749,62	45.430,40	966,60
Ourolândia	751,00	50,07	3.969,40	59,24
Pé de Serra	30.788,44	669,31	47.767,50	995,16
Queimadas	128.606,14	1.062,86	148.180,40	1.157,66
Quijingue	110.942,00	676,48	91.312,00	666,51
Retirolândia	98.990,00	804,80	157.078,00	1.130,06
Riachão do Jacuípe	175.996,00	926,29	199.861,80	1.182,61
Santa Luz	93.478,09	534,16	96.946,20	625,46
São Domingos	78.064,00	963,75	153.551,50	1.994,18
Umburanas	4.216,50	59,39	6.933,50	48,49
Valente	81.006,00	880,50	99.176,80	1.089,85
Várzea Nova	61.305,00	915,00	75.112,00	1.417,21



A maturação dos investimentos feitos projetam para um incremento de renda de 120% com as atividades agropecuárias depois de 6 anos de implantado o projeto.

b) Emprego:

Em um projeto desta dimensão, sobretudo quando o público são pessoas residentes em áreas rurais onde minimamente cada um tem o seu próprio empreendimento, torna-se difícil calcular o número de empregos gerados – considerados aqui como novos postos de trabalho anteriormente inexistentes. Se for tomado como referência a pesquisa de impacto do crédito rural para as famílias deste mesmo perfil realizada pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Estudos Sócio-Econômicos onde os anos de 1997 e 1999 no Estado da Bahia, onde ficou evidenciado que para cada R\$ 2.262,00 (dois mil, duzentos e sessenta e dois reais) aplicado gerou-se um novo posto de trabalho, teríamos então alçado a geração de 1.321 novos empregos.

Contudo, o novo instrumento de aferição foram os empregos gerados nas atividades não-agrícolas e nas atividades agroindustriais implantadas e/ou fortalecidas. Neste caso, o número de empregos apurados até dezembro de 2002 foi de 118 contra os 200 planejados.

Existe, entretanto, uma projeção de que estes empreendimentos – sobretudo as agroindústrias e atividades não agrícolas coletivos implantados – gerem outros 36 novos postos de trabalho até dezembro de 2003, aumentando o alcance de resultados para 154 empregos gerados.

c) Qualidade de Vida:

O comparativo entre os resultados apurados nos marcos “0” e “1” demonstram que ainda não houver diferenças na qualidade de vida das famílias, dentro dos indicadores estabelecidos para identificar os eventuais avanços.

Os dados de acesso a água potável, aumento dos cômodos das casas, incremento dos eletrodomésticos, mudanças nos hábitos alimentares e alterações nas relações de subordinação de gênero e geração só estarão mais visíveis quando os ganhos com a renda se acumularem, o que será possível apenas dentro de 3 a 5 anos.

d) Outros resultados de impacto:

Alguns indicadores evidenciados no comparativo dos marcos “0” e “1” merecem também um destaque especial como demonstra o quadro abaixo.

Indicadores	Marco “0”	Marco “1”
Renda de consumo (gasto médio com a feira semanal)	RS 34,09	RS 38,17
Área média com cultivo de culturas alimentares	1,23 Ha	1,50 Ha
Área média com forrageira resistente às secas	0,36 Ha	0,60 Há
Propriedades com currais, apriscos, aviários e pocilgas	977	1.185
Rebanho de caprinos/ovinos nas propriedades	8.532	16.442
Capacidade de suporte das propriedades	12.155 UA*	14.059 UA*
Valor bruto anual da produção agropecuária	RS 1.772.912,41	RS 2.277.605,53
Famílias que nunca receberam crédito	2.689	1.326

UA = Unidades animal que equivale a 400 Kg de peso vivo. O aumento deve-se à reorganização do sistema produtivo com as orientações prestadas.

9. CONCLUSÃO

O relatório que acabamos de fazer demonstra, na grande maioria dos casos, o atingimento ou extrapolação de metas e que os objetivos estão a caminho de serem atingidos.

O Prosperar demonstra que, com metodologia adequada, monitoramento forte, capacitação sistemática e crédito rápido, se pode melhorar a vida no semi-árido.

Os resultados efetivos, naturalmente, aparecerão a médio prazo, com a reprodução dos rebanhos, a comercialização dos produtos que apenas se inicia.

Outros desafios se apresentam: o acesso à terra e a continuidade desse processo.



1. INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva apresentar as linhas gerais do Projeto Comunicação Juvenil 2002. Nesse sentido, vale-se de breve recuperação de sua negociação institucional e técnica, à guisa de contextualização, e, noutro sentido, de rascunhar os eixos programáticos, objetivos e estratégias centrais imediatamente vinculados ao seu desenvolvimento integral. No decorrer dessa sucinta abordagem, tratar-se-á, ainda, de apontar perspectivas para 2003 já reportadas aos resultados e metas alcançados, na medida em que se esquadrinha uma ação de impacto e sustentabilidade regional em caráter de médio prazo.

2. O CONTEXTO

2.1. O projeto no âmbito do Instituto Credicard

Embora com iniciativas em torno do eixo juventude, o MOC ainda não detinha uma experiência mais concreta em termos de geração. Por outro lado, as ações de comunicação estavam quase que absolutamente centradas no universo das rádios comunitárias e nos programas dos STR's.

Em agosto de 2001 o MOC é procurado pelo Instituto Credicard (IC)⁵⁷. A princípio, uma conversa simplesmente apontava para o campo das possibilidades de trabalho com juventude. Da idéia geral, esboça-se o que se constituiria o Programa Jovens Escolhas em Rede com o Futuro (PJE), apresentado a 3 técnicos do MOC, em São Paulo – SP, em meados de setembro de 2001.

O PJE inclui, no Instituto Credicard, desde seu início e atualmente, 13 ONG's dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia⁵⁸. Seu arcabouço teórico e metodológico, por assim dizer, foi concebido pela Modus Faciendi, consultoria localizada em Minas Gerais. Grosso modo, o PJE centra-se em 3 grandes eixos estratégicos, complementares e interdependentes:

- Educação para Valores;
- Cultura da Trabalhabilidade; e
- Protagonismo Juvenil.

Deve-se, aqui, assinalar, que o entendimento dessas noções requereu uma seqüência de debates e redefinições, até que, de fato, fossem compreendidas, aceitas e incorporadas ao próprio ferramental das ONG's. Ademais, esse

⁵⁷ O Instituto Credicard tem sede em São Paulo – SP e é o resultado, no terceiro setor, dos esforços de 3 grandes empresas, a saber, a Orbital, a Redecard e a Credicard.

⁵⁸ O MOC é a única entidade com escritório, foco e presença do interior, mais particularmente na zona rural ou para-rural de municípios de pequeno porte.

universo reporta-se à dimensão do chamado empreendedorismo pela vida. Assim, tem-se o PJE com os seguintes objetivos:

- Geral: contribuir para a formação de jovens com uma atitude básica empreendedora diante da vida, que os tornem aptos a responder proativamente aos desafios que o mundo contemporâneo do trabalho lhes coloca, transformando suas visões em realidade.
- Específicos: produzir ferramental inovador de pedagogia social, com base em ações pedagógicas, desenvolvidas a partir da história das ONG's envolvidas e das que possam contribuir e se incorporar, bem como no processo de construção do próprio Programa e dos projetos específicos; contribuir para a difusão de uma visão ampliada do empreendedorismo juvenil; contribuir no processo de capacitação dos formadores para atuar nas organizações, na direção do fortalecimento do empreendedorismo juvenil e assim estimular a formação de jovens e de suas redes de cooperação, cuja vida seja referência de participação cidadã.

2.2. O projeto no âmbito do MOC e seus parceiros

De posse do material básico do projeto pelo MOC deu-se início à discussão interna com sua equipe técnica. Encaminhou-se, por fim, conforme reza a tradição da entidade, uma consulta pública e debate sobre a conveniência, possibilidades, limites e possibilidades da ação, às parceiras na região sisaleira: STR's, CEAIC, MMTR, Fórum da Cidadania, Rede Jovens, grupos e comissões de jovens, grêmios estudantis, associações, rádios comunitárias, Cooperativas de Crédito Rural, Pólos Sindicais do Sisal e Jacuípe, Cooperjovens e demais representantes da sociedade civil e do movimento popular, numa ação que envolveu mais de 10 municípios.

Enfim, acordou-se que:

- cada município indicaria 3 jovens com perfil de participação em serviços e ações comunitários e/ou relação de parceria e trabalho com movimentos sociais;
- dos 3 jovens indicados, pelo menos 1 deveria ser do sexo feminino, assegurada a equidade de Gênero;
- todos deveriam ter entre 15 e 20 anos de idade;
- e que todos se submeteriam a uma seleção realizada pelo MOC.

Após essas providências deu-se um importante fato, que mais tarde repercutiria no PJE e fez a diferença desse Projeto em relação aos demais. O MOC convoca esses jovens e representantes de entidades parceiras para dar conhecimento do PJE e deles solicitar as linhas gerais com as quais os mesmos gostam

riam de trabalhar em 2002. O resultado produzido pelos jovens apontou 4 eixos, em todos incluída a dimensão de gênero:

- cultura e revalorização cultural;
- cidadania e políticas públicas;
- desenvolvimento local sustentável (DLS); e
- comunicação social.

Conhecidos os desejos dos jovens, o MOC escreveu o que na terminologia do PJE se denominou Projeto Primário: "Formação de Jovens Comunicadores Sociais da Região Sisaleira da Bahia". O qual, por seu turno, teve início em janeiro de 2002, com o seguinte desenho:

- Objetivo Geral: jovens exercendo seu protagonismo, educação para valores e trabalhabilidade através da criação e/ou inserção em processo de formação em comunicação social e qualificação técnica em rádio e jornalismo na perspectiva de cidadania, políticas públicas, gênero e DLS;

Objetivos específicos:

- a) jovens comunicadores/as sociais praticando, analisando e potenciando seu processo de comunicação em rádio e jornalismo em termos técnicos e de conteúdo;
- b) jovens comunicadores/as sociais comunicando as políticas e ações protagônicas municipais em vista a alimentar o debate permanente sobre políticas públicas e DLS;
- c) jovens informados e capacitados na perspectiva de gênero, cidadania e políticas públicas e DLS como fundamento do processo de comunicação social; e
- d) jovens comunicadores sociais planejando, monitorando e avaliando a globalidade deste Projeto em termos de objetivos, estratégias, conteúdos e gerenciamento administrativo.

Em termos de estratégias gerais o Projeto definiu-se pela capacitação e formação na dimensão de rádio e jornalismo, pelo mapeamento, pesquisa e diagnóstico das políticas e ações protagônicas locais e regionais, pelo intercâmbio de experiências com jovens que estejam desenvolvendo experiências de comunicação ou de participação e protagonismo juvenis e pela formação de uma equipe gestora de jovens. Em termos de metodologia, o MOC privilegiou o exercício prático de pesquisa de campo, de oficinas formativas e participativas e sobretudo da ação-reflexão-ação continuadas.

Assim iniciou-se o Projeto Primário – "Formação de Jovens Comunicadores/as Sociais..." – e, mais tarde, em meados de abril, o Projeto Secundário,

denominado de “Projeto Comunicação Juvenil”. Abaixo, tentar-se-á ilustrar os caminhos e a prática dessas ações.

3. O PROJETO COMUNICAÇÃO JUVENIL 2002: suas reflexões e práticas

Aqui, trataremos dos elementos centrais que tornaram possível a realização do PCJ. Ou seja, suas atividades, metodologia básica, pressupostos e resultados concretos.

Atividades de formação desenvolvidas

ATIVIDADE	OBJETIVOS	OBSERVAÇÕES
Oficina de integração e de grupo	Integrar aos jovens participantes e, através de jogos, testes e dinâmicas, desenvolver técnicas de trabalho em equipe	Verificou-se muita animação por parte dos jovens, uma certa inibição inicial, mas disposição para superar obstáculos de forma coletiva. Essa Oficina, “muito zero”, até hoje orienta ações do, com e para o grupo.
Oficina de cultura e revolução cultural	Sensibilizar jovens para a noção de cultura e de revolução cultural numa perspectiva antropológica	Antes dessa Oficina, foi feito um diagnóstico do que os jovens entendiam sobre cultura e quais elementos os mesmos destacavam em seu município. Verificou-se a totalidade do reducionismo acerca de cultura, identificada apenas como folclore e “coisa antiga/velha”.
Oficina de cidadão e políticas públicas	Desenvolver com os jovens noções de cidadão, canais de participação popular e políticas públicas	Aqui também foi efetuado um levantamento municipal. Houve dificuldades na obtenção de orçamentos e informações municipais. Há, hoje, um Banco de Dados em cada município.
Oficina sobre DLS	Desenvolver noções e perspectiva de DLS	Foi, talvez, a que melhor fluiu no sentido de uma boa reflexão anterior à Oficina. Diagnósticos e desenhos da comunidade contribuíram para entender os aspectos de DLS.
Oficina sobre Comunicação	Propiciar aos jovens contatos com o universo da história da comunicação e seus efeitos atuais, bem como noções de mídia impressa e falada	Sem dúvida foi a mais “animada”, até porque representou novidade. Houve grande compreensão acerca dos impactos da comunicação na sociedade enquanto um “quarto poder”.
Oficina de elaboração de projeto	Desenvolver técnicas de elaboração do Projeto a partir da reconstrução do Projeto Secundário	Foi a mais “difícil” e longa atividade. Ao fim da mesma, obteve-se, como resultado, as linhas gerais do Projeto Secundário, co-elaborado pelos jovens.
Oficinas de rádio e de jornalismo	Desenvolver técnicas de rádio e jornalismo voltadas para a mobilização social	Todos os jovens têm domínio do universo radiofônico de forma mais que satisfatória. Quanto a jornalismo o desenvolvimento deu-se a partir da elaboração de boletins, hoje presente em 8 dos 9 municípios.
Oficina de gênero e comunicação	Sensibilizar jovens para a dimensão de gênero, sobretudo voltada para a comunicação	Igualmente envolvente, criativa e significativa, sobretudo porque há, no grupo, representantes do MMTB e jovens sensibilizados através de outras Oficinas na relação com o movimento social.
Oficinas de monitoramento	Monitorar as ações do Projeto	A análise de hábito de refletir as ações e de depois dimensionar a ação foi, inicialmente, um entrave. Hoje, com uma Comissão Gestora só de jovens, essa prática é rotineira.
Seminário de Comunicação	Estimular, na região, a discussão permanente sobre democratização da comunicação	Envolvem entidades e famílias, com resultado satisfatório, mas incipiente. Dimensionado para o calendário fixo de atividades da região.
Avaliação final	Avaliar, com os parceiros, a globalidade do Projeto e apontar perspectivas para 2003	Foi, de fato, uma avaliação consistente, na qual se levantaram vários pontos, como a relação com a escola e com a família, e que se projetou ações nessa sentido.

Embora esse tenha sido o quadro formal de atividades, não se pode entender a dimensão do PCJ sem outras ações correlatas. Nesse ínterim, pois, foram realizadas inúmeras atividades como coberturas de eventos, visitas técnicas e de intercâmbio, reuniões, programas de rádio, entrevistas a atores diversos, e, principalmente, no avanço da relação institucional com as demais equipes do MOC, inclusive facultando aos jovens participação no redesenho da comunicação institucional do MOC⁵⁹.

Um dos produtos mais claros dessa relação foi a reedição do Informativo Giramundo em parceria com a ONG Cipó⁶⁰, hoje atingindo mais de 50 municípios. Aqui, também, a participação dos jovens foi entendida como um momento de formação, e não apenas de qualificação ou habilitação técnica.

Aliás, talvez a tônica desse Projeto tenha-se dado pelos seguintes motivos gerais:

- grupo formado a partir de uma indicação das entidades parceiras;
- grupo selecionado mediante critérios como gênero, faixa etária, ação comunitária e relação com o movimento social;
- seções mensais e até quinzenais de encontro, trocas, reuniões e oficinas;
- acreditar que é possível criar não apenas para, mas com os jovens alternativas para os mesmos;
- valorizar a ação protagônica e participativa dos jovens;
- valorizar a dimensão prática das ações e avalia-las processualmente;
- compreender formação como um processo dinâmico e não como "educação bancária", valorizando o conhecimentoêmico;
- enfatizar mais o processo de elaboração e reflexão do produto e menos seu acabamento técnico, inicialmente;
- e, enfim, não ter fórmulas prontas, mas pressupostos, metodologia, estratégias e objetivos claros, bem como princípios inalienáveis.

4. PERSPECTIVAS 2003 E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, pode-se afirmar, sem grandes margens de erro, que se tem, na região sisaleira da Bahia, capacidade instalada para entender, discutir e realizar processos de comunicação. Jovens aptos a assessorar entidades, a elaborar programas de rádio e boletins impressos com qualidade, ações divulgadas (sobretudo do PETI), e, principalmente, uma oportunidade de ação social empreendedora na área de comunicação e juventude.

⁵⁹ Ver, para efeitos de ilustração, Tabela de Resultados 2002 em anexo.

⁶⁰ Que também faz parte do PJE do Instituto Credicard e que muito colaborou nas oficinas de jornalismo e influenciações na área de comunicação.

denominado de "Projeto Comunicação Juvenil". Abaixo, tentar-se-á ilustrar os caminhos e a prática dessas ações.

3. O PROJETO COMUNICAÇÃO JUVENIL 2002: suas reflexões e práticas

Aqui, trataremos dos elementos centrais que tornaram possível a realização do PCJ. Ou seja, suas atividades, metodologia básica, pressupostos e resultados concretos.

Atividades de formação desenvolvidas

ATIVIDADE	OBJETIVOS	OBSERVAÇÕES
Oficina de integração e de grupo	Integrar (a)s jovens participantes e, através de jogos, testes e dinâmicas, desenvolver técnicas de trabalho em equipe	Verificou-se muita animação por parte (a)s jovens, uma certa timidez inicial, mas disposição para superar obstáculos de forma coletiva. Essa Oficina, "marco zero", até hoje orienta ações do, com e para o grupo.
Oficina de cultura e revalorização cultural	Sensibilizar jovens para a noção de cultura e de revalorização cultural numa perspectiva antropológica	Antes desta Oficina, foi feito um diagnóstico do que (a)s jovens entendiam sobre cultura e quais elementos os mesmos destacavam em seu município. Verificou-se a totalidade do reducionismo acerca de cultura, identificada apenas como folclore e "coisa antiga/resgate".
Oficina de cidadania e políticas públicas	Desenvolver com os jovens noções de cidadania, canais de participação popular e políticas públicas	Aqui também foi efetuado um levantamento municipal. Houve dificuldades na obtenção de documentos e informações municipais. Há, hoje, um Banco de Dados em cada município.
Oficina sobre DLS	Desenvolver noções e perspectiva de DLS	Foi, talvez, a que melhor fluiu no sentido de uma boa reflexão anterior à Oficina. Diagnósticos e desenhos da comunidade contribuíram para entender os aspectos do DLS.
Oficina sobre Comunicação	Propiciar aos jovens contatos com o universo da história da comunicação e seus efeitos atuais, bem como noções de mídia impressa e falada	Sem dúvida foi a mais "arrastada", até porque representou novidade. Houve grande comprometimento acerca dos impactos da comunicação na sociedade enquanto um "quarto poder".
Oficina de elaboração do projeto	Desenvolver técnicas de elaboração do Projeto a partir da consecução do Projeto Secundário	Foi a mais "difícil" e longa atividade. Ao fim da mesma, obteve-se, como resultado, as linhas gerais do Projeto Secundário, co-elaborado pelos jovens.
Oficinas de rádio e de jornalismo	Desenvolver técnicas de rádio e jornalismo voltadas para a mobilização social	Todos os jovens têm domínio do universo radiofônico de forma mais que satisfatória. Quanto a jornalismo o desenvolvimento deu-se a partir da elaboração de boletim, hoje presente em 8 dos 9 municípios.
Oficina de gênero e comunicação	Sensibilizar jovens para a dimensão de gênero, sobretudo voltada para a comunicação	Igualmente envolvente, criativa e significativa, sobretudo porque há, no grupo, representantes do MMTR e jovens sensibilizados através de outras Oficinas na relação com o movimento social.
Oficinas de monitoramento	Monitorar as ações do Projeto	A maneira de hábito de refletir as ações e de depois dimensionar a ação foi, inicialmente, um entrave. Hoje, com uma Comissão Gestora só de jovens, essa prática é rotineira.
Seminário de Comunicação	Estimular, na região, a discussão permanente sobre democratização da comunicação	Envolveu entidades e famílias, com resultado satisfatório, mas incipiente. Dimensionado para o calendário fixo de atividades da região.
Avaliação final	Avaliar, com os parceiros, a globalidade do Projeto e apontar perspectivas para 2005	Foi, de fato, uma avaliação consistente, na qual se levantaram várias críticas, como a relação com a escola e com a família, e que se projetou ações nesse sentido.

Embora esse tenha sido o quadro formal de atividades, não se pode entender a dimensão do PCJ sem outras ações correlatas. Nesse ínterim, pois, foram realizadas inúmeras atividades como coberturas de eventos, visitas técnicas e de intercâmbio, reuniões, programas de rádio, entrevistas a atores diversos, e, principalmente, no avanço da relação institucional com as demais equipes do MOC, inclusive facultando aos jovens participação no redesenho da comunicação institucional do MOC⁵⁹.

Um dos produtos mais claros dessa relação foi a reedição do Informativo Giramundo em parceria com a ONG Cipó⁶⁰, hoje atingindo mais de 50 municípios. Aqui, também, a participação dos jovens foi entendida como um momento de formação, e não apenas de qualificação ou habilitação técnica.

Aliás, talvez a tônica desse Projeto tenha-se dado pelos seguintes motivos gerais:

- grupo formado a partir de uma indicação das entidades parceiras;
- grupo selecionado mediante critérios como gênero, faixa etária, ação comunitária e relação com o movimento social;
- seções mensais e até quinzenais de encontro, trocas, reuniões e oficinas;
- acreditar que é possível criar não apenas para, mas com os jovens alternativas para os mesmos;
- valorizar a ação protagônica e participativa dos jovens;
- valorizar a dimensão prática das ações e avalia-las processualmente;
- compreender formação como um processo dinâmico e não como "educação bancária", valorizando o conhecimento êmico;
- enfatizar mais o processo de elaboração e reflexão do produto e menos seu acabamento técnico, inicialmente;
- e, enfim, não ter fórmulas prontas, mas pressupostos, metodologia, estratégias e objetivos claros, bem como princípios inalienáveis.

4. PERSPECTIVAS 2003 E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, pode-se afirmar, sem grandes margens de erro, que se tem, na região sisaleira da Bahia, capacidade instalada para entender, discutir e realizar processos de comunicação. Jovens aptos a assessorar entidades, a elaborar programas de rádio e boletins impressos com qualidade, ações divulgadas (sobretudo do PETI), e, principalmente, uma oportunidade de ação social empreendedora na área de comunicação e juventude.

⁵⁹ Ver, para efeitos de ilustração, Tabela de Resultados 2002 em anexo.

⁶⁰ Que também faz parte do PJE do Instituto Credicard e que muito colaborou nas oficinas de jornalismo e influenciou ações na área de comunicação.

Se não é possível, ainda, apontar exatamente e com absoluta certeza a dimensão de generalização e de ampliação desse processo para outras localidades, pode-se, entretanto, inferir da concreta capacidade de que o processo possa ser executado de forma satisfatória se houver a reunião de seus elementos centrais, acima apenas rascunhados.

Todavia, inferimos que é provável, a julgar pelas perspectivas e indicadores sociais arrolados e observados, criar subsídios para uma discussão de políticas públicas de juventude, uma vez desenvolvidas as estratégias de médio prazo pensadas para o PCJ. Outro importante fator, que faculta essa possibilidade, e se reporta ao resultado geral do PCJ, diz respeito à sensibilidade que existe hoje, na região e sobretudo nos STR's, à dimensão de geração e particularmente de comunicação.

Embora seja uma relação que precise ser melhor cuidada, jovens e entidades vêm dando exemplo de como elaborar ações de forma consorciada, sem com isso haver sobreposição de autonomias ou confusão de papéis institucionais ou estrutura de mando. Aliás, aqueles municípios e entidades que apostaram no PCJ, colhem resultados concretos nesse sentido, como é o caso de Conceição do Coité e Retiroândia. Outros colhem menos, porque a sensibilidade para se abrir ao trabalho com os jovens foi bem menor.

Desse modo, para o ano 2003, desafios estão colocados. Por exemplo:

- aprimorar a qualificação em rádio e jornalismo;
- incorporar novos jovens;
- aprofundar a dimensão de co-gestão e de participação juvenis;
- criar estratégias para sustentabilidade financeira e institucional;
- melhor qualificar os produtos (CD's, Giramundo, coberturas, etc);
- incorporar novos parceiros;
- sistematizar o processo de formação, com vistas a uma publicação, etc.

Algumas perspectivas já apontam nessa direção, as quais podem ser resumidas na chamada Central Cyberela.

Com o desenvolvimento e os desafios do PCJ, o grupo pensou, planejou e executou uma ação de largo fôlego: a criação de um escritório regional de comunicação, a Central Cyberela. A Central é o resultado da parceria entre o PCJ e o Studio Cyberela. O Studio, por sua vez, é fruto da ação do CEMINA e da ARCOS FM de Retiroândia, cuja comunicadora Rose Rios foi contemplada, num concurso que a selecionou entre tantas outras mulheres no rádio, com equipamento de gravação em computador e internet de banda larga, além da capacitação. Estabeleceu-se uma parceria em que os jovens utilizam sua capacidade de produção e a rádio móvel com os equipamentos do Studio.

O avanço dessa parceria se dá a partir do momento em que se monta um escritório, hoje dotado de 3 computadores, 2 impressoras e 1 scanner total-

mente voltado para a produção e disseminação de informação, através de internet, CD's, impressos, etc. Nasce a Central Cyberela, na verdade uma parceria entre MOC, Instituto Credicard, GEMINA, UNICEF, EveryChild e movimentos sociais⁶¹.

O desafio agora é consolidar essa Central em termos de sustentabilidade técnica e financeira e de institucionalidade, sendo, de fato, uma referência em tecnologia da informação na região sisaleira e de metodologia de trabalho com jovens.

⁶¹ É necessário mencionar, também, o apoio do setor de comunicação do MOC, inicialmente mais voltado para a dimensão de rádio comunitária, e, atualmente, com uma proposta mais de colaboração estratégica com os jovens, através do programa de rádio do MOC, co-produzido e apresentado pelos mesmos e da participação planejada no Giramundo.

Se não é possível, ainda, apontar exatamente e com absoluta certeza a dimensão de generalização e de ampliação desse processo para outras localidades, pode-se, entretanto, inferir da concreta capacidade de que o processo possa ser executado de forma satisfatória se houver a reunião de seus elementos centrais, acima apenas rascunhados.

Todavia, inferimos que é provável, a julgar pelas perspectivas e indicadores sociais arrolados e observados, criar subsídios para uma discussão de políticas públicas de juventude, uma vez desenvolvidas as estratégias de médio prazo pensadas para o PCJ. Outro importante fator, que faculta essa possibilidade, e se reporta ao resultado geral do PCJ, diz respeito à sensibilidade que existe hoje, na região e sobretudo nos STR's, à dimensão de geração e particularmente de comunicação.

Embora seja uma relação que precise ser melhor cuidada, jovens e entidades vêm dando exemplo de como elaborar ações de forma consorciada, sem com isso haver sobreposição de autonomias ou confusão de papéis institucionais ou estrutura de mando. Aliás, aqueles municípios e entidades que apostaram no PCJ, colhem resultados concretos nesse sentido, como é o caso de Conceição do Coité e Retiroândia. Outros colhem menos, porque a sensibilidade para se abrir ao trabalho com os jovens foi bem menor.

Desse modo, para o ano 2003, desafios estão colocados. Por exemplo:

- aprimorar a qualificação em rádio e jornalismo;
- incorporar novos jovens;
- aprofundar a dimensão de co-gestão e de participação juvenis;
- criar estratégias para sustentabilidade financeira e institucional;
- melhor qualificar os produtos (CD's, Giramundo, coberturas, etc);
- incorporar novos parceiros;
- sistematizar o processo de formação, com vistas a uma publicação, etc.

Algumas perspectivas já apontam nessa direção, as quais podem ser resumidas na chamada Central Cyberela.

Com o desenvolvimento e os desafios do PCJ, o grupo pensou, planejou e executou uma ação de largo fôlego: a criação de um escritório regional de comunicação, a Central Cyberela. A Central é o resultado da parceria entre o PCJ e o Studio Cyberela. O Studio, por sua vez, é fruto da ação do CEMINA e da ARCOS FM de Retiroândia, cuja comunicadora Rose Rios foi contemplada, num concurso que a selecionou entre tantas outras mulheres no rádio, com equipamento de gravação em computador e internet de banda larga, além da capacitação. Estabeleceu-se uma parceria em que os jovens utilizam sua capacidade de produção e a rádio móvel com os equipamentos do Studio.

O avanço dessa parceria se dá a partir do momento em que se monta um escritório, hoje dotado de 3 computadores, 2 impressoras e 1 scanner total-

mente voltado para a produção e disseminação de informação, através de internet, CD's, impressos, etc. Nasce a Central Cyberela, na verdade uma parceria entre MOC, Instituto Credicard, CEMINA, UNICEF, EveryChild e movimentos sociais⁶¹.

O desafio agora é consolidar essa Central em termos de sustentabilidade técnica e financeira e de institucionalidade, sendo, de fato, uma referência em tecnologia da informação na região sisaleira e de metodologia de trabalho com jovens.

⁶¹ É necessário mencionar, também, o apoio do setor de comunicação do MOC, inicialmente mais voltado para a dimensão de rádio comunitária, e, atualmente, com uma proposta mais de colaboração estratégica com os jovens, através do programa de rádio do MOC, co-produzido e apresentado pelos mesmos e da participação planejada no Giramundo.

PROGRAMA SERTÃO VOLUNTÁRIO

1. HISTÓRICO

Em 2001, além do já relatado nos Programas anteriores, o MOC brindou a comunidade feirense com o Programa Sertão (Ser Tão) Voluntário.

Trata-se de iniciativa de direitos do MOC, técnicos e pessoas voluntárias de Feira¹ que se reúnem para colocar seu entusiasmo, capacidade técnica, compromisso político a serviço de entidades que a necessitam.

É o voluntariado sério, comprometido e organizado que nasce em Feira de Santana.

A entidade nasce no MOC e dentro dele, mas com o objetivo explícito de se tornar autônoma em curto espaço de tempo.

Assim foi lançada no dia 17/09/2001, em solenidade simples, concorrida e comovente.

2. EVENTOS PARTICIPADOS EM 2002

- Workshop Meeting Responsabilidade Social e Empresarial;
- Workshop Ações de Fortalecimento e Inclusão Social;
- Fórum Feirense de Debates sobre Políticas de Atendimento a Crianças e Adolescentes;
- Curso de Gestão Social

3. ATUAÇÃO EM 2002

- Formação de grupo de teatro, com 8 participantes, treinados, capacitados e já atuando;
- 85 voluntários e inscritos e 11 cadastrados;
- voluntários trabalhando no Lar do Irmão Velhos e na Creche Tia Neide.

¹ EQUIPE

Núcleo coordenador: - Clóvis Lima – diretor técnico do MOC, ex-técnico de Movimentos Sociais; advogado com pós-graduação em Direito e Cidadania; ex-diretor do CEADE; envolvido com causas populares e capacitação de conselheiros municipais; presidente do CEAPE/BA; - Gidália Paraíso – técnica do MOC, no Programa de Movimentos Sociais; economista; pós-graduada em gestão empresarial; - Theresinha Menezes - técnica aposentada do MOC, socióloga, presidente da CEDITER; voluntária do projeto Água Esmeralda; - Cristiane Mello – advogada; funcionária do Banco do Brasil; voluntária no Programa Gota Cidadania (ONG voltada para atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco); - Augusto Spinola Jr – historiador; professor de 2º grau do Colégio Gênese e Colégio Estadual de Feira de Santana; - Clara Leonor Carneiro – administradora; aposentada da Petrobrás; voluntária em entidades de atendimento à crianças abandonadas; - Conceição Lima – licenciada em matemática e ciências; pedagoga; pós-graduada em Educação Transpessoal; administradora aposentada do Banco do Brasil; - Fátima Marschlinger – desenhista industrial; voluntária em creches e entidades de atendimento à crianças carentes. Coordenadora Administrativa: - Clara Leonor Carneiro, Estagiária – Fernanda Marques Dantas

CONCLUSÃO GERAL

Um olhar retroativo para o nosso trabalho, em 2002, nos faz constatar progressos na relação com os grupos, ao lado de problemas a superar.

Como entidade, o MOC cresceu em ter mais claro o seu papel estratégico de educador/formador, em que pesem as tensões dialéticas sempre existentes entre “fazer” e “formar para decidir o que fazer e fazer”. Tensão que se manifesta na nossa ação quotidiana, nos documentos, projetos, debates. E... que permanecerá sempre como dimensão vivida e a ser superada.

Tomadas de per si, as equipes apresentam progressos curiosos e ricos:

Gênero

Vai conseguindo inserir em todos os trabalhos e equipes a dimensão de equidade de gênero que, hoje, é menos uma “obrigação política” e mais uma perspectiva que as pessoas e grupos abraçam como interessante e integrante do mundo a construir; por isso mesmo, pouco a pouco, vão se descobrindo as atitudes e comportamentos que encarnam a política de gênero. Gênero, neste modo, sai do discurso para a prática e sai do “obrigatório” para o escolhido.. Começa a ser opção. E isso marca qualidade de intervenção.

Desafio dos desafios, no entanto, é a renovação do Movimento de Mulheres na construção autônoma de sua estrada.

Educação

Dá passos e rumos na aprendizagem de trabalhar em escala, sem perder a qualidade. Segue sendo um dos Programas onde mais se estabelece uma relação sadia com o poder público, estadual e local, numa parceria real.

Os três sub-programas seguem sendo referências de políticas públicas.

O maior desafio segue sendo sensibilizar o movimento social para a educação formal, de sorte a potencializar mais e mais as experiências desenvolvidas.

Viabilização da Agricultura Familiar

O Programa vem presenciando suas experiências darem certo e se constituírem, junto a outras práticas desenvolvidas por ONG's do Brasil e Semi-Árido, em referências de políticas.

Assim é que o Programa de Captação de Água se insere e potencia o Programa Um Milhão de Cisternas, da ASA (Articulação do Semi-Árido); o sub-programa de assistência técnica para convivência com o semi-árido vai projetando sua concepção e metodologia para outros programas e projetos, inclusive governamentais. E o Sub-programa de Crédito vai potenciando o surgimento de Cooperativas de Crédito e criando instrumentos de viabilizar o crédito para a Agricultura Familiar.

O grande investimento/desafio é que esse volume de processos seja efetivamente assumido pelos agricultores como instrumentos reais na construção de um semi-árido viável e decente. Nessa perspectiva, a metodologia de trabalho assumida pelo MOC vai ajudando bastante, pois as situações finais objetivam essa construção.

Políticas Públicas

Como outros Programas, aquele de políticas públicas atua em sub-programas.

O primeiro, denominado de Fortalecimento da Sociedade Civil, tem se dedicado a essa tarefa junto às entidades.

Passo muito importante deste sub-programa são os Sindicatos de Trabalhadores e outras organizações construindo seus projetos políticos e planos estratégicos. Isso significa que essas entidades começam a deixar a velha prática de fazer apenas o imediato, começam a sair da eterna posição de bombeiros, para buscar uma atuação mais estratégica, com resultados estipulados a médio e longo prazo. Esse é um passo difícil de ser dado, ante a realidade das constantes demandas imediatistas. Nossa prática formadora, no entanto, já tem o que mostrar nesta perspectiva e a caminhada se inicia com sucesso.

O sub-programa de Conselhos continua imprimindo aos Conselhos a busca da qualidade. Os Conselhos Paritários marcam sua presença como espaços importantes de diálogo na construção de políticas setoriais. Nesse ano, seu progresso foi pequeno, ante o fato de que perdemos o técnico responsável por mais de seis meses.

O sub-programa de monitoramento do PETI segue sua caminhada de parceria autônoma com um Projeto Governamental.

O Sub-Programa tem primado por oferecer a todas as organizações da Sociedade Civil informações críticas sobre o Programa, de sorte que estas entidades possam monitorá-lo.

Por outro, lado tem investido firmemente na formação das comunidades e famílias através dos agentes de famílias e do Fórum da Sociedade Civil.

2002, ainda, foi importante para o MOC, pelo Projeto “Jovens Escolhas”, que marca o primeiro trabalho sistemático do MOC com jovens.

Alguns elementos outros ainda merecem remarques.

- Empresas que buscam o selo do “investimento e responsabilidade social” tem procurado o MOC. Estão sendo firmadas cooperações interessantes, no espírito de profunda autonomia e mútuo respeito. A exemplo a OMICRON (Áustria) e a PFIZER (Brasil).
- Participando do Concurso do Banco Mundial e Comunidade Ativa, fomos classificados e premiados com nosso Programa de Educação – Capacitação de Professores.
- Depois de muitas tentativas, constituímos o nosso Departamento de Comunicação e Imprensa. Isso tem garantido uma melhor qualidade para a comunicação do movimento na região e, ao mesmo tempo, uma presença mais sistemática do MOC nos meios de comunicação social, inclusive a nível nacional.

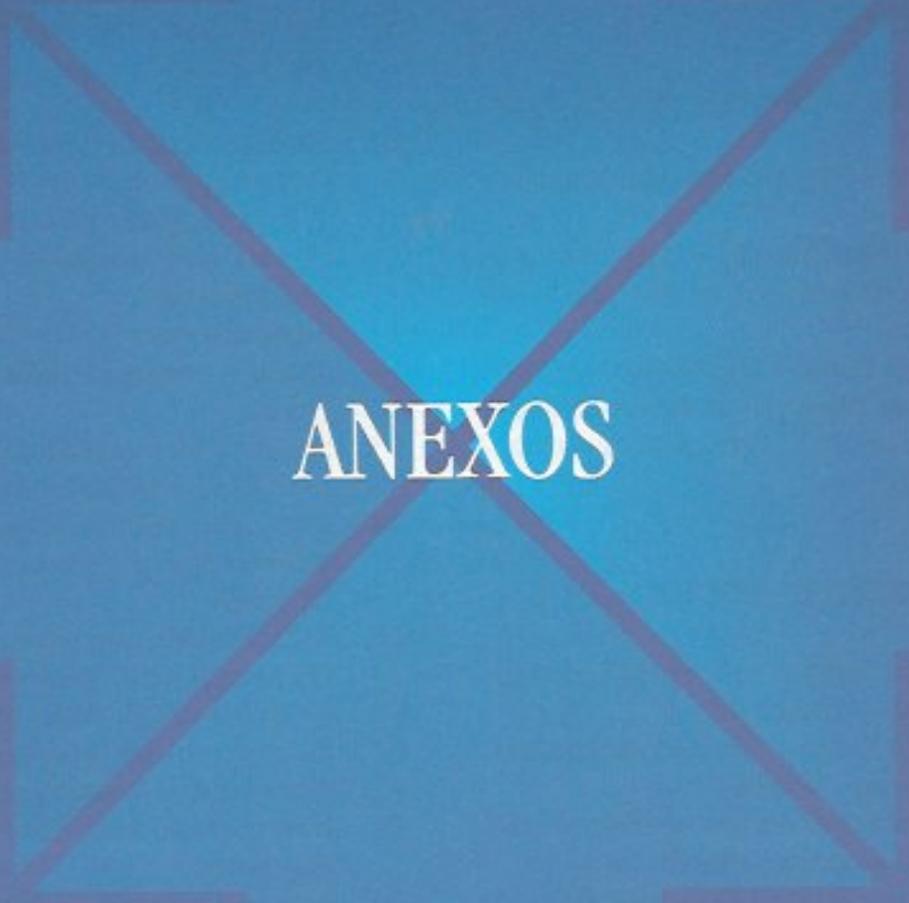
Olhando, pois, a caminhada feita, as quedas e tropeços que não conseguimos evitar e principalmente a constante retomada do caminho nota-se que avançamos.

Certo é que os passos dados são pequenos ante a voracidade das estruturas e políticas que impedem a libertação da população.

Contudo, são esses passos, por pequenos que sejam, que marcam aquilo em que acreditamos e demonstram que o que queremos é bom, viável, factível.

Além de tudo, sempre acreditamos que as grandes coisas se fazem com pequenas e as grandes transformações se constroem passo a passo.





ANEXOS

ENCONTROS E EVENTOS PARTICIPADOS

1. NO ÂMBITO DE GÊNERO:

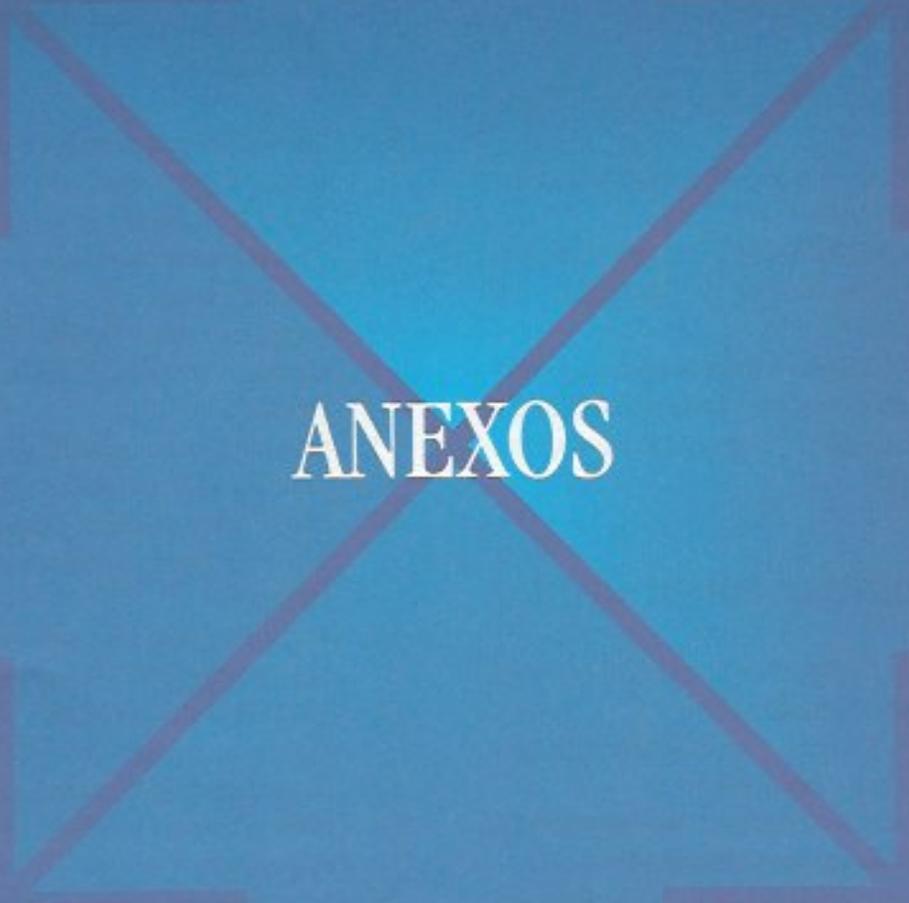
- 1.1. Conferência das Mulheres Baianas – Salvador/BA.
- 1.2. III Congresso Mundial de Mulheres Rurais – Madrid/Espanha.
- 1.3. Encontro Nacional 2002 e Assembléia Ordinária da Rede Mulher de Educação – São Paulo/SP.
- 1.4. Viagem de Estudo e Intercâmbio com Instituições de Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável – Portugal/Espanha/França e Bélgica.

2. NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

- 2.1. Seminário Nacional de Experiências Sociais Inovadoras – Brasília-DF
- 2.2. Seminário Nacional por uma Educação Básica do Campo – Brasília-DF
- 2.3. Oficina sobre as Diretrizes Operacionais para as escolas do campo – Brasília-DF
- 2.4. VI Congresso Nacional de Estudos Linguísticos e Literários – Feira de Santana-Ba
- 2.5. VII Encontro de Leitura: Os 100 sentidos da Leitura – Feira de Santana-Ba
- 2.6. Seminário de Avaliação do PETI – Salvador-Ba
- 2.7. Encontro Regional de Educadores – Salvador-Ba
- 2.8. Seminário sobre Educação no Semi-Árido – Juazeiro-Ba
- 2.9. Encontro Regional sobre Livro Didático – Juazeiro-Ba
- 2.10. Encontro Estadual de Educação do Campo – Palmeiras dos Índios – Al
- 2.11. Encontro Estadual do Fórum de Educação do Campo – Salvador-Ba
- 2.12. Encontro Estadual do PETI – Fórum dos Magistrados – São Luiz-Ma
- 2.13. Encontro dos Estudantes de Pedagogia – Serrinha-Ba
- 2.14. Semana Pedagógica sobre o livro Didático – Feira de Santana-Ba

3. NO ÂMBITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- 3.1. Seminário Nacional sobre educação e contemporaneidade – Campus UNEB – Salvador – 20 a 22/11. Mesa redonda sobre Desenvolvimento Local e Sustentável – Relato e debate de Experiências;
- 3.2. Seminário sobre Direitos Sociais e Questão Agrária – promoção: AATR – CTL Salvador (19/04)
- 3.3. Seminário sobre Estatuto da cidade – promoção: CREA-BA, CUCA/FSA - 02/05
- 3.4. Curso sobre políticas públicas e desenvolvimento de áreas de reforma agrária – CPT Cajazeira-PB;
- 3.5. Visita e reunião com representantes da UNICEF-Brasília, ONU, Agentes e Sociedade Civil;
- 3.6. Seminário de Integração professores(as) e monitores(as) em Retiroândia;
- 3.7. Seminário de divulgação do PETI em Serrinha
- 3.8. Participação no Seminário de socialização do Projeto Axé;
- 3.9. Exposição do Projeto Agente de Família no Maranhão;
- 3.10. Apresentação do PETI para a coordenação do PETI de Belo Horizonte, no MOC;
- 3.11. Participação da Avaliação Nacional do PETI em Salvador;
- 3.12. Encontro Regionais de Gestores, Coordenadores e Parceiros do PETI em Natal – Rio Grande do Norte;
- 3.13. Seminário sobre Comunicação- MOC - Feira de Santana;
- 3.14. Seminário sobre o PETI em Jaguarari;
- 3.15. Encontros do Fórum Nacional de erradicação do Trabalho Infantil- Vitória-ES; Maceió-Alagoas; Belo-Horizonte- Minas Gerais.
- 3.16. Seminários em Recife sobre o Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza;
- 3.17. Viagem à Europa (Portugal, Espanha, Bélgica e França) para conhecer experiência de projetos de desenvolvimento rural.



ANEXOS

ENCONTROS E EVENTOS PARTICIPADOS

1. NO ÂMBITO DE GÊNERO:

- 1.1. Conferência das Mulheres Baianas – Salvador/BA.
- 1.2. III Congresso Mundial de Mulheres Rurais – Madrid/Espanha.
- 1.3. Encontro Nacional 2002 e Assembléia Ordinária da Rede Mulher de Educação – São Paulo/SP.
- 1.4. Viagem de Estudo e Intercâmbio com Instituições de Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável – Portugal/Espanha/França e Bélgica.

2. NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

- 2.1. Seminário Nacional de Experiências Sociais Inovadoras – Brasília-DF
- 2.2. Seminário Nacional por uma Educação Básica do Campo – Brasília-DF
- 2.3. Oficina sobre as Diretrizes Operacionais para as escolas do campo – Brasília-DF
- 2.4. VI Congresso Nacional de Estudos Lingüísticos e Literários – Feira de Santana-Ba
- 2.5. VII Encontro de Leitura: Os 100 sentidos da Leitura – Feira de Santana-Ba
- 2.6. Seminário de Avaliação do PETI – Salvador-Ba
- 2.7. Encontro Regional de Educadores – Salvador-Ba
- 2.8. Seminário sobre Educação no Semi-Árido – Juazeiro-Ba
- 2.9. Encontro Regional sobre Livro Didático – Juazeiro-Ba
- 2.10. Encontro Estadual de Educação do Campo – Palmeiras dos Índios – Al
- 2.11. Encontro Estadual do Fórum de Educação do Campo – Salvador-Ba
- 2.12. Encontro Estadual do PETI – Fórum dos Magistrados – São Luiz-Ma
- 2.13. Encontro dos Estudantes de Pedagogia – Serrinha-Ba
- 2.14. Semana Pedagógica sobre o livro Didático – Feira de Santana-Ba

3. NO ÂMBITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- 3.1. Seminário Nacional sobre educação e contemporaneidade – Campus UNEB – Salvador – 20 a 22/11. Mesa redonda sobre Desenvolvimento Local e Sustentável – Relato e debate de Experiências;
- 3.2. Seminário sobre Direitos Sociais e Questão Agrária – promoção: AATR – CTL Salvador (19/04)
- 3.3. Seminário sobre Estatuto da cidade – promoção: CREA-BA, CUCV/FSA - 02/05
- 3.4. Curso sobre políticas públicas e desenvolvimento de áreas de reforma agrária – CPT Cajazeira-PB;
- 3.5. Visita e reunião com representantes da UNICEF-Brasília, ONU, Agentes e Sociedade Civil;
- 3.6. Seminário de Integração professores(as) e monitores(as) em RetiroLândia;
- 3.7. Seminário de divulgação do PETI em Serrinha
- 3.8. Participação no Seminário de socialização do Projeto Axé;
- 3.9. Exposição do Projeto Agente de Família no Maranhão;
- 3.10. Apresentação do PETI para a coordenação do PETI de Belo Horizonte, no MOC;
- 3.11. Participação da Avaliação Nacional do PETI em Salvador;
- 3.12. Encontro Regionais de Gestores, Coordenadores e Parceiros do PETI em Natal – Rio Grande do Norte;
- 3.13. Seminário sobre Comunicação- MOC - Feira de Santana;
- 3.14. Seminário sobre o PETI em Jaguarari;
- 3.15. Encontros do Fórum Nacional de erradicação do Trabalho Infantil- Vitória-ES; Maceió-Alagoas; Belo-Horizonte- Minas Gerais.
- 3.16. Seminários em Recife sobre o Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza;
- 3.17. Viagem à Europa (Portugal, Espanha, Bélgica e França) para conhecer experiência de projetos de desenvolvimento rural.

PESSOAL

1. A Diretoria Eleita em dezembro de 2000 para o biênio de 2001-2002 é a seguinte:

A) DIRETORIA EFETIVA

- João Dias de Araújo - Diretor Presidente
- Clóvis Ramos Lima - Diretor Técnico
- José Jerônimo de Moraes - Diretor Tesoureiro
- Ana Lúcia Godinho - Diretora Secretária
- Maria das Graças Araújo - Dir. de Relações Públicas

B) CONSELHO FISCAL

Efetivos:

- Roberto Celso Cavalcante
- José de Souza Cruz
- Dionísio Fonseca

Suplentes:

- Maria da Conceição Borges Ferreira
- José Ferreira Sales

C) SECRETÁRIO EXECUTIVO

- Naidison de Quintella Baptista

D) COORDENADOR TÉCNICO

- Clodoaldo Almeida da Paixão

2. A Diretoria Eleita em dezembro de 2002 para o biênio de 2003-2004 foi a seguinte:

A) DIRETORIA EFETIVA

- João Dias de Araújo - Diretor Presidente
- Clóvis Ramos Lima - Diretor Técnico
- José Jerônimo de Moraes - Diretor Tesoureiro
- Maria da Conceição Portela Ramos Lima - Diretora Secretária
- Maria das Graças Araújo - Dir. de Relações Públicas

B) CONSELHO FISCAL

Efetivos:

- Roberto Celso Cavalcante
- Maria das Virgens Alves de Almeida
- Vilma Simões Vieira

Suplentes:

- Maria Conceição Borges Ferreira
- José Ferreira Sales

C) SECRETÁRIO EXECUTIVO

- Naidison de Quintella Baptista

D) COORDENADOR TÉCNICO

- Clodoaldo Almeida da Paixão

(*) Cooperante do OED (Serviço Austríaco de Desenvolvimento).

(**) Desligaram-se da Equipe durante este ano.

4. NO ÂMBITO DE AGRICULTURA FAMILIAR/COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

- 4.1. Visita de intercâmbio ao sistema CRESOL - Paraná
- 4.2. Palestra sobre cooperativismo em Remanso
- 4.3. Seminário sobre cooperativismo solidário em Brasília;

5. A NÍVEL INSTITUCIONAL

- 5.1. Banco Mundial e Cidadania – PERU
- 5.2. I Seminário Internacional de Mobilização de Recursos para o 3º Setor – CRS – Recife-Pe
- 5.3. I Seminário Regional com os Assentamentos e os Trabalhadores Rurais Sem Terra – Valente-Ba
- 5.4. I Seminário Internacional Projetos e Políticas Públicas – Fundação Abrinq – São Paulo-SP
- 5.5. Encontro Nacional da ASA – São Luiz-Ma
- 5.6. Seminário sobre Políticas Sociais – CENPEC – São Paulo-SP

3. Equipe de Trabalho

A) EQUIPE TÉCNICA BÁSICA

Alvaiza Conceição Cerqueira da Cruz, Célia Santos Firmo, Cidália Pinheiro Trindade, Cosme Arisvaldo Leal do Nascimento, Eliene Novaes Rocha, Fernando Ferreira Oiticica, Francisca Maria Carneiro Baptista, Ildes Ferreira de Oliveira, Jerônimo Rodrigues Souza, José Nélcio Monteiro Corsini, Luiz Gonzaga de Souza, Márcio Fróes da Motta Mascarenhas, Nilton Sampaio Freire de Mello, Orlando Sampaio Freire de Mello, Paulo Sérgio de Jesus, Thomas Vogel (*), Vera Maria Oliveira Carneiro e Wilson José Vasconcelos Dias.

B) EQUIPE ESPECÍFICA DO PPETI

José Paulo Crisóstomo Ferreira, Joseane de Assis Santos e Miralva Alexandre Jorge.

C) EQUIPE TÉCNICA DO PROSPERAR (Agrônomos e Técnicos Agrícolas)

Admilson Santos Cezar, Alexandre Lima de Meireles, Anquises Souza França^(**), Denisson Neves dos Santos, Edna Lucia Pereira Santos^(***), Gisleide do Carmo Oliveira, Idvandro Nery de Brito, José Domingos Cavalcante Carvalho, José dos Santos Neto, José Humberto Torres Junior, José Ivamberg Ferreira Silva, José Ramos Santos da Silva, José Robson Silva Oliveira, Luiz Lisboa de Oliveira, Maicon Leopoldino de Andrade, Mariza Cerqueira das Virgens, Valck Oliveira Santos^(***)

D) EQUIPE DE MONITORES DO PROGRAMA AGUA E VIDA E VIDA NOVA

Berenice da S. Trabuco, Célia Monteiro Alves Santana, Elias dos S. Santiago, José Eugênio de Souza, José Macedo de Souza, Luzivaldo Souza dos Santos, Maria Márcia Costa dos Santos, Silvaney Santiago Souza.

E) EQUIPE ADMINISTRATIVA

Adel Ruy Dantas Cerqueira, Darlan de Lima Torres, Dinalva Leite das Virgens, Domício Cerqueira Lima, Donato da Silva, Edivânia Santos de Lima, Everaldo Leite das Virgens, Gilberto Carlos de Oliveira, Gilvan Rogério Vieira de Araújo, Gleide Dias de Almeida Cordeiro, Helio Menezes Lisboa, Lariane Silva dos Santos^(***), Luis Silva Lima, Margarida Maria Pereira de Jesus, Maria das Graças Souza Bittencourt, Miralva Leite das Virgens, Rosenice Alves de Souza, Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira, Sônia de Carvalho Souza, Soraia Jane Oliveira Rios Carvalho e Vera Lúcia de Lima Torres.

G) O MOC continua contando com a colaboração de voluntários, professores, advogados, médicos e outros, que oferecem sua parcela de contribuição ao trabalho.

Durante o ano de 2002 contamos, novamente, com a valiosa colaboração de várias pessoas e instituições. Abaixo relacionamos os principais apoios/parceiros que nos permitiram a sustentação dos trabalhos durante o ano.

RECURSOS FINANCEIROS

1. FONTES DE RECURSOS

1.1. Locais/Nacionais

- DIACONIA/ASA (Projeto Um milhão de cisternas);
- CESE;
- ASSOCENE;
- REDECARD S.A.;
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.
- SETRAS
- AMENCAR
- PFIZER
- UNICEF
- CAR
- INCRA
- IICA
- DED

1.2. Exterior

- PCD – Inglaterra
- BERLI (Prefeituras da Espanha) - Espanha
- OIT/IPEC – Genebra
- UNICEF/Comitê Suíço;
- CORDAID - Holanda;
- PÃO PARA O MUNDO – Alemanha;
- CÁRITAS HOLANDESA - Holanda;
- MISEREOR - Alemanha;
- CRS – Estados Unidos;
- HORIZONT 3000 – Áustria;
- OMICRON – Áustria;
- RESOURCE FOUNDATION (PFIZER)
– Estados Unidos;
- KINDERMISSIONWERK – Alemanha;
- Prefeitura de Lachiarella – Itália;
- MANUS UNIDAS - Espanha;
- BANCO MUNDIAL – Prêmio Mundial de Cidadania 2002.

NOSSAS PUBLICAÇÕES

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL



CAPRINOCULTURA

UMA OPÇÃO PARA O SEMI-ÁRIDO



RELAÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL

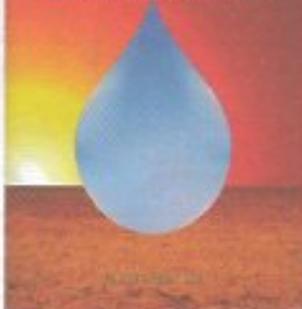


APRENDENDO A PLANEJAR A NOSSA PROPRIEDADE



SEMI-ÁRIDO

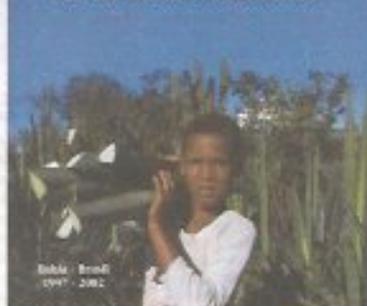
Aprendendo a Conviver



ERRADICACIÓN DEL TRABAJO INFANTIL



EN LA REGIÓN SISALERA



O RECONHECIMENTO PÚBLICO AO NOSSO TRABALHO

16 anos, outubro de 2002

POLÍTIKA

BARCELONA

Cabras evitam trabalho de crianças

10 de outubro de 2002

Como se poderia imaginar, as crianças que vivem de subsistência em áreas rurais de países em desenvolvimento não são obrigadas a trabalhar. Pelo contrário, elas são protegidas por leis que impedem o trabalho infantil. Mas, em muitos países, a realidade é bem diferente. Em muitos lugares, as crianças são obrigadas a trabalhar para sustentar suas famílias. Isso acontece porque os pais não têm dinheiro para pagar a escola e as crianças precisam trabalhar para ajudar a sustentar a família. Além disso, em muitos lugares, as crianças são obrigadas a trabalhar para sustentar a família. Isso acontece porque os pais não têm dinheiro para pagar a escola e as crianças precisam trabalhar para ajudar a sustentar a família.

10 de outubro de 2002



Qual paga-se?
 Para a maioria das famílias, a única forma de ganhar dinheiro é através do trabalho. Mas, em muitos países, as crianças são obrigadas a trabalhar para sustentar a família. Isso acontece porque os pais não têm dinheiro para pagar a escola e as crianças precisam trabalhar para ajudar a sustentar a família.

1 vaca = 3 cabras

As cabras são animais muito resistentes e adaptados a ambientes áridos e semiáridos. Elas são muito úteis para os agricultores, pois produzem leite e carne. Além disso, elas são muito fáceis de criar e manter. Isso as torna uma excelente opção para os agricultores que vivem em áreas rurais de países em desenvolvimento.

16 anos, outubro de 2002

POLÍTIKA

10 de outubro de 2002

Cabras e bodes combatem pobreza

10 de outubro de 2002

Como se poderia imaginar, as crianças que vivem de subsistência em áreas rurais de países em desenvolvimento não são obrigadas a trabalhar. Pelo contrário, elas são protegidas por leis que impedem o trabalho infantil. Mas, em muitos países, a realidade é bem diferente. Em muitos lugares, as crianças são obrigadas a trabalhar para sustentar suas famílias. Isso acontece porque os pais não têm dinheiro para pagar a escola e as crianças precisam trabalhar para ajudar a sustentar a família.



Qual paga-se?
 Para a maioria das famílias, a única forma de ganhar dinheiro é através do trabalho. Mas, em muitos países, as crianças são obrigadas a trabalhar para sustentar a família. Isso acontece porque os pais não têm dinheiro para pagar a escola e as crianças precisam trabalhar para ajudar a sustentar a família.

1 vaca = 3 cabras

As cabras são animais muito resistentes e adaptados a ambientes áridos e semiáridos. Elas são muito úteis para os agricultores, pois produzem leite e carne. Além disso, elas são muito fáceis de criar e manter. Isso as torna uma excelente opção para os agricultores que vivem em áreas rurais de países em desenvolvimento.

Suplemento "Folhina" do Jornal Folha de São Paulo, de 26 de outubro de 2002.

Notícia - Feira, 26 de julho de 2002

Tribuna Feirense

COTIDIANO 109

Líderes rurais discutem programa de crédito fundiário e combate à pobreza

Muitos projetos governamentais não atingiram os resultados esperados pela falta de informações e de participação da sociedade civil organizada. Não foram os projetos que elaboraram nos governos, a partir de diagnósticos equivocados da realidade e implementados de cima para baixo, sem nenhuma participação dos beneficiários. Nesse caso, os riscos de fracasso e de desperdício do dinheiro público são enormes. A participação da população, através de suas entidades representativas, ainda no fase de elaboração do projeto, é um fator que já assegura parte do êxito. Um bom exemplo, para Ilhéus, é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na Ilhéus que foi planejado desde o início com a participação ativa da sociedade civil organizada da região do litoral, sendo visto hoje como destaque nacional.

Previsão o novo ano de trabalho comunitário que assegurará a participação de



Seminário regional, realizado nos dias 11 e 12 deste mês, concluiu pela elaboração de um documento que será encaminhado à CAR e a diversas outras instâncias.

para a implementação dos projetos, como atores do processo e não como simples atores. O MOC foi convidado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a desenvolver um projeto de desenvolvimento, em conjunto com técnicos da CAR, com os setores organizados da sociedade civil da região - Sindicatos de Trabalho

Rurais, Associações Comunitárias, Cooperativas Agrárias etc. - sobre o Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza, considerando as bases para a sua implementação. O programa prevê algumas facilidades para famílias de pequenos agricultores que não têm terra ou de famílias de pequenos produtores que não

possuem acesso a crédito. Para a maioria das famílias, a única forma de ganhar dinheiro é através do trabalho. Mas, em muitos países, as crianças são obrigadas a trabalhar para sustentar a família. Isso acontece porque os pais não têm dinheiro para pagar a escola e as crianças precisam trabalhar para ajudar a sustentar a família.

para o sustento da família podem adquirir uma gleba de terra para dela tirar o seu sustento e de sua família. Para participar do projeto, as famílias precisam se organizar numa Associação, Cooperativa ou Comendado e existem disponíveis a aplicar os ensinamentos de assistência técnica para tornar a unidade

agrícola, mas tem também alguns limites que no caso do presente foram superados, com as instituições competentes, apoiadas.

O Seminário regional, realizado nos dias 11 e 12 deste mês, concluiu pela elaboração de um documento que será encaminhado à CAR, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, CONTAG e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, com propostas para a elevação do preço da terra de 6% ao ano, redução da taxa de juros, aumento do prazo de carência e do período de amortização técnica e inclusão de assistência para as questões organizativas das comunidades que venham participar do programa. E para a socialização do projeto nos municípios, decidiu-se realizar 5 Seminários municipais nos próximos dois meses em Serrinha, Valença, Santa Izabel, Turano, Riochão de Jacupé e Jacupé, envolvendo um conjunto de 10 Municípios.

Jornal Tribunal Feirense, Feira de Santana-BA, de 26 de julho de 2002.

LIBRO

La solidaridad, vivida día a día

«Vivir solidariamente» (Itinerario en el clima de una obra recientemente publicada que analiza el fenómeno de la cooperación en materia de desarrollo y desde la perspectiva cotidiana. Escrito por Agnès Carrión, directora general de

Interessa Oxfam, y María Ovela, abogada al tanto desde el inicio del trabajo a través de la educación en valores y también en su variante pública, definiendo un nuevo modelo de sociedad donde tengan cabida actitudes más solidarias. Además, entre las campañas, los mensajes de información, el voluntariado, la cooperación internacional y la atracción del consumo responsable.

CHARLA

Microcréditos y mujeres

Los microcréditos como herramienta de desarrollo en la economía debate en un taller promovido el próximo miércoles, a las 19.00 horas, por la Coordinación de ONGD en la Casa de Asociaciones Ráfila de Añor de la capital alonesa.

COLECTA

Alimentos navideños para inmigrantes

La Asociación Óxata Euzko promueve una colecta para proporcionar alimentos más próximos Navidad a familias necesitadas e inmigrantes del Gran Bilbao. Las aportaciones se recogen en la cuenta de la 2005 2096 6026 91 21222700.

PROTAGONISTAS

SED



Mari Cruz Martínez

«Nuestra prioridad son los proyectos de formación»

de E. ELIZAGA

«Nuestra prioridad son los proyectos de formación», explica Mari Cruz Martínez, responsable de la ONG SED (Solidaridad, Educación y Desarrollo) en un despacho Norte. «Trabajamos en la creación de infraestructuras, capacitación del profesorado y también en la enseñanza de reglas, a través del lenguaje de contra-culturas y recetarios», explica.

«Querido hace cinco años en el universo educativo, aunque con personalidad propia, la verdad lleva a cabo labores de sensibilización en esta sociedad y coopera con voluntarios, también generalmente vinculados con la acción».

Un programa integral de formación para la ciudadanía en el ámbito de la educación en la infancia, en la adolescencia y en la juventud es el eje central de SED. Además, cuenta con cooperativas y centros de trabajo estables dedicados a la alfabetización de adultos y el apoyo escolar «dentro de la cooperación de nuestros voluntarios. Hacemos una línea solidaria para evitar la generación de dependencias».



PRENSA

• **Ámbito:** Acción y Solidaridad
• **Objetivo:** Sensibilización y cooperación al desarrollo
• **Dirección:**
c/ Juan Antonio Abadiano, 4
48900 Durango
Tel: 946200220
Fax: 946200220
E-mail: sed@solidaridad.net
www.sed-ong.org

«El trabajo infantil era antes la solución, hoy es el problema»



CAMBIAR CRITERIOS. Nelson Rapitola lidera un movimiento contra el empleo de niños en Brasil, cuatro años

UNICEF y una ONG local luchan contra la explotación de niños en Brasil

Sólo el aumento de los ingresos familiares puede evitar esta lacra

GERARDO EL ORRAGA ELIZAGA

Los niños piden plaza en las escuelas, cuando el explosivo salto del país, acercamos millones en el extranjero para que trabajen en el campo. «El trabajo infantil de millones de niños en Brasil», reconoce Nelson Rapitola, secretario del Movimiento de Organización Comunitaria (MOC). «A algunas es muy difícil llegar. Nosotros colaboramos con el Gobierno para mejorar las condiciones sociales en la agricultura».

El dirigente de esta ONG local, que busca la protección de los niños en sus comunidades, ha sido incluido para recibir una de las becas de UNICEF, entidad que participa en un programa que trabaja entre otros la lucha con el comercio de niños. Aunque los datos muestran un descenso a los niveles de comercio de niños, la realidad es más seria

y muchos siguen perdiendo horas de clase, tiempo y sueño por un reducido salario, o ni siquiera en ella frecuentemente que participan en el empleo de toda una familia, con cobros que sólo suzan por lo que sus miembros producen desfilando plantas durante doce horas al día en una labor ardua y cansada. En muchos sectores de vida y los espacios de vida producen sus familias y trabajan a los hijos por el campo, sólo cuando llegan por el campo. «Queremos que los padres perciban el significado de la escuela y el valor de la formación cuando el estado de batalla en su hogar. Debemos cambiar la voz de la gente y, al mismo tiempo, aumentar sus ingresos», explica Rapitola. «No hace mucho recibían los niños para seguir estudiando en los hogares que sólo eran para seguir estudiando. Los comercios no se están dando la super-estructura se encuentran en la

¿QUÉ NOS QUEDARÍA?

- El Cerebral Vasco de UNICEF ha promovido el Programa de Empoderamiento de la Sociedad Civil para la Erradicación del Trabajo Infantil en el estado brasileño de Bahía. Una zona muy desahogada.
- 18.000 niños registrados buscan trabajo remunerado en sus respectivos hogares de la zona.
- Otros 25.000 esperan a cualquier momento.
- 300.000 trabajan en tareas agrícolas en la misma región.
- 7.000.000 son desempleados en todo el país.

«Para mantener una disposición, hace falta enfrentarse a retos estructurales como el acceso a créditos, la propiedad de la tierra y el apoyo técnico. Si desde que todos pueden vivir dignamente sin necesidad de sobrevivencias».

El futuro, en la calle

Decenas de miles de niños que trabajan en la fuerza de los centros urbanos gozan de cierta posibilidad. «No alivian en esta complejidad», comenta el secretario del MOC. «Para la mayoría de ellos, el futuro está en la calle, sólo en la oportunidad definitiva de trabajar si se ofrece un momento oportuno a lo que ellos

ven por la venta de los materiales que hacen los productos de los derechos».

Los hijos de los campesinos se ven obligados a trabajar en las ciudades como domésticos, «frigoríficos», cocineros, pero generalmente van a la escuela. Nadie sabe decir de estos. Muchos acaban en la prostitución, de la mano de los hijos de los señores».

También desde Durango y Navegaría ayudan al país cuando hacen negocios en las ciudades de un comercio normal y hacen con adolescentes. «Cómo descubrir sus talentos y combatir».

Además, los niños gozan mucho más que los otros cuando se ven obligados a trabajar. «Basta con tener un momento personal. Basta con complicados y frustrantes».

La experiencia médica es el motivo de la opinión pública y su capacidad de presión. «Entes, el trabajo infantil en la realidad, hoy es un problema», explica Rapitola. «No se ha resuelto y aquí está», explica los padres. «Por qué no hay que cambiar esta estructura? Pero no nos olvidemos. Esta manera de pensar la impotencia de los niños, en los niños. Ellos necesitan más de ellos porque para que los niños puedan pagar y estudiar en un buen colegio».

O RECONHECIMENTO PÚBLICO AO NOSSO TRABALHO



LUGAR DE CRIANÇA É NA ESCOLA

Com o Programa Criança Cidadã, a Pfizer se integra à rede pública de ensino do município de Serrinha

Viver em Serrinha, Bahia, é sentir o calor do sol e o abraço da família. É sentir a alegria de estar em um lugar onde se aprende e se cresce. É sentir a importância de estar em um lugar onde se aprende e se cresce.

Com o Programa Criança Cidadã, a Pfizer se integra à rede pública de ensino do município de Serrinha. O programa oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região.

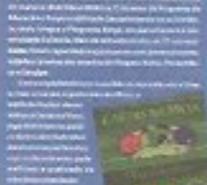
O programa Criança Cidadã da Pfizer em Serrinha oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região. O programa oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região.



O programa Criança Cidadã da Pfizer em Serrinha oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região. O programa oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região.

Jogando e aprendendo a viver

O programa Criança Cidadã da Pfizer em Serrinha oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região. O programa oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região.



O programa Criança Cidadã da Pfizer em Serrinha oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região. O programa oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região.

Revista "Acontece" da Pfizer Brasil, novembro/dezembro de 2002.

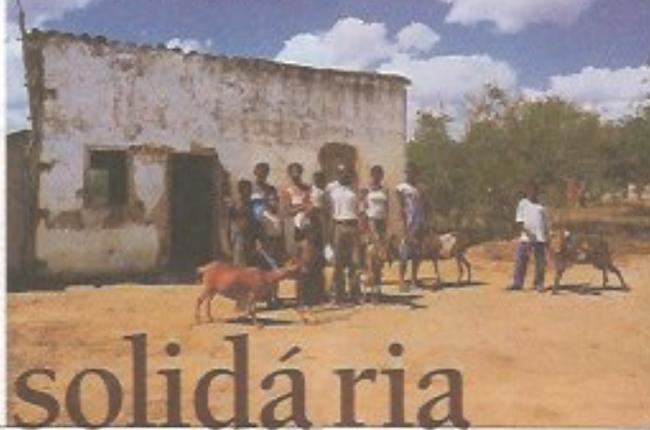
CAPRINOS

Parceria entre empresa privada e organização comunitária beneficia famílias carentes de quatro municípios da região de Serrinha, na Bahia

Texto: José Augusto Ribeiro
Foto: Paulo Siqueira

Criação solidária

Nos últimos meses, a região de Serrinha, Bahia, viveu um momento de grande importância. Uma parceria entre a empresa privada e uma organização comunitária beneficiou famílias carentes de quatro municípios da região de Serrinha, na Bahia.



Uma parceria entre a empresa privada e uma organização comunitária beneficiou famílias carentes de quatro municípios da região de Serrinha, na Bahia.

O programa Criança Cidadã da Pfizer em Serrinha oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região. O programa oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região.

O programa Criança Cidadã da Pfizer em Serrinha oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região. O programa oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região.

O programa Criança Cidadã da Pfizer em Serrinha oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região. O programa oferece atividades educativas e culturais para as crianças da região.

Globo Rural, dezembro de 2002.

A criatividade contra a exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes

NA BAHIA, PARCERIA
DO GOVERNO COM
A SOCIEDADE CIVIL E
ONGS CONSEGUIU
SUCESSO NO
PROGRAMA DE
ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL
NO SIGAL.

O bilauo Herman Alves Gurgel, 55 anos, nunca estudou. Não sabe ler nem escrever e trabalha desde os 9 anos no mar, faz molhos, dobra de fibra, 46 toneladas é analisado e, como ele, começou a trabalhar cedo, aos 7 anos. Até pouco tempo atrás, ajudava dois outros filhos do casal a cuidar. "Ele me ajudava, não sabia para isso para o mundo", justificou Herman.

Em 1996, a família recebeu quatro cartas e um boletim do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barro Preto e do Movimento de Organização Comunitária (MOC). Em troca, comprometeram-se a colocar os filhos no ensino.

Herman Alves Gurgel aprendeu a ler aos 14 anos. Aos 20, está na mesma escola. "Se depois que eu estudasse eu calasse é que eu poderia estudar para ser alguma coisa na vida", diz ele. A mãe, Jandira, só fez isso e cresceu aos 15 anos. Aos 17, quem começou o ensino fundamental, só para conseguir um emprego melhor. Aos 15 anos, começou a estudar com 9 anos e saber ler e escrever. Hoje, 6 anos, está na primeira série.

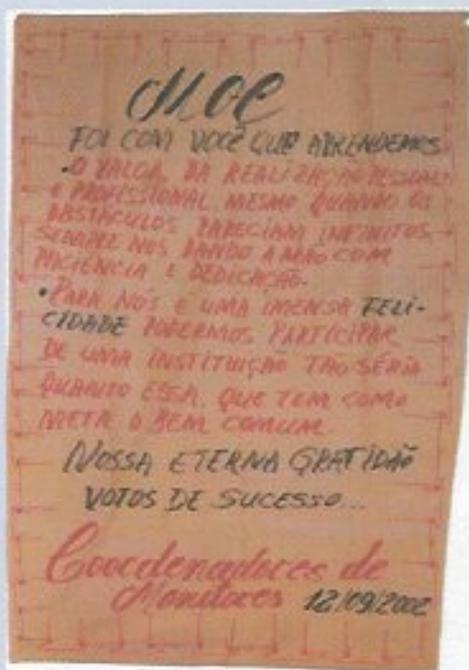
"Sempre que diz cidade para ele", conta Abílio. "Se sabe que a família vive na comunidade de São de Fica, em Barro Preto, lá ele vai. 'Mas não pode para comer ou estudar para conseguir trabalhar', diz Herman, que hoje tem 12 filhos menores.

Com o apoio do Banco de São Paulo, o programa, que tem o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já beneficiou 200 famílias como a do seu



"A Caminho da Escola", publicação do Instituto Souza Cruz

Certificado e Troféu do Prêmio Banco Mundial de Cidadania 2002 concedidos pelo Banco Mundial e Comunidade Ativa.



GLOSSÁRIO

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ASCOOB – Associação das Cooperativas da Região Sisaleira da Bahia

APEU's – Associação dos Pequenos Empreendedores Urbanos

CEAIC – Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santa Luz

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CONTAG – Confederação d@s Trabalhador@s da Agricultura

COOPERJOVENS – Cooperativa de Produção d@s Jovens da Região do Sisal

CUT – Central Única d@s Trabalhador@s

DISOPBRASIL – Instituto de Cooperação Belgo - Brasileira para o Desenvolvimento Social

DLP – Diagnóstico Local Participativo

DLS – Desenvolvimento Local Sustentável

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

FATRES – Fundação de Apoio @s Trabalhador@s Rurais da Região do Sisal

FETAG – Federação d@s Trabalhador@s da Agricultura

FUMAC – Fundo Municipal de Ação Comunitário

GG – Grupo Gestor do PETI

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

PDDA – Plano de Desenvolvimento das Áreas de Assentamento

PAF – Projeto Agente de Família

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

STR – Sindicato d@s Trabalhador@s Rurais

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

A criatividade contra a exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes

NA BAHIA, PARCERIA
DO GOVERNO COM
A SOCIEDADE CIVIL E
ONGS CONSEGUIU
SUCESSO NO
PROGRAMA DE
ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL
NO BRASIL

O italiano Hermes Alves Gregório, 36 anos, mora em São Paulo. Não sabe ler nem escrever e trabalha desde os 9 anos no setor. Sua mulher, Alciné da Silva, 38, tem três filhos e trabalha e, como ele, consegue a subsistência com 7 anos. Há pouco tempo dele, recebeu um dos quatro filhos do casal em São Paulo. "Ele me ajudou. Não deu para ir por aí sozinho", justifica Hermes.

Em 1996, a família recebeu quatro crianças e um filho do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botafundo e do Movimento Organizações Comunitárias (MOC) da Bahia, comprometidos a educar os filhos em estágio.

Marcelo Silva Gregório aprendeu a ler aos 14 anos. Aos 20, está no sétimo ano. "Se depois que receberem as crianças é que eu posso estudar para ser alguém nessa vida", diz ele. A irmã, Jussara, só foi para a escola aos 17 anos. Até 17, quis trabalhar e queria trabalhar para começar um negócio próprio. Hoje, 15 anos, começou a estudar aos 9 anos e sabe ler e escrever. Paula, 5 anos, está no primeiro ano.

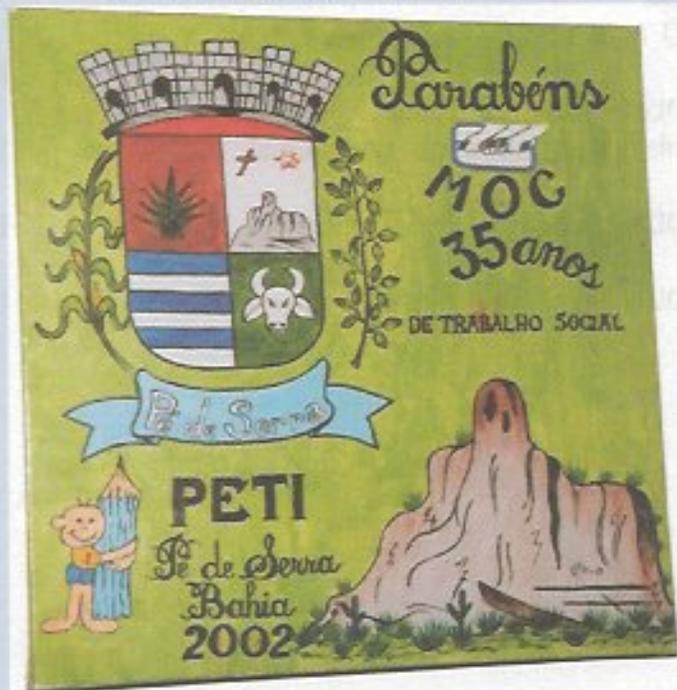
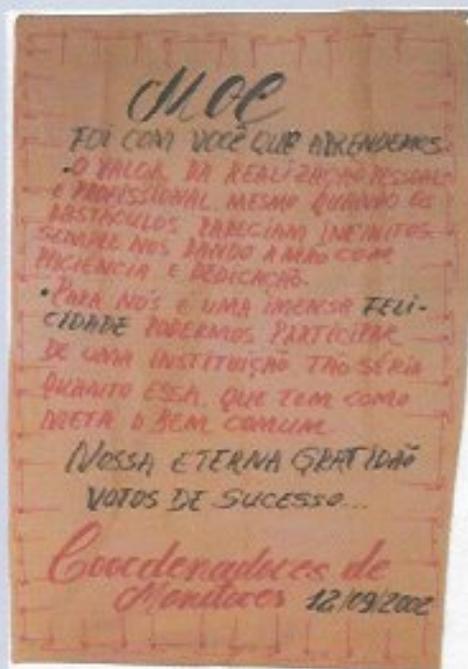
"Sempre quis dar estudo para eles", conta Alciné. Na fazenda que a família vive, há comunidade de São do Fico, em Botafundo, São do Fico. "Minha mãe quer estudar em escola para sempre estudar", diz Hermes, que ajudou 10 alunos comunitários.

Com o apoio técnico de Rede Brasileira, o programa, que tem o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já beneficiou 200 famílias como a de um



"A Caminho da Escola", publicação do Instituto Souza Cruz

Certificado e Troféu do Prêmio Banco Mundial de Cidadania 2002 concedidos pelo Banco Mundial e Comunidade Ativa.





*Impresso na Gráfica JB
Abril/2003*



Rua Pontal, 61 - Cruzeiro
Tel.: (75) 221-1393 • Fax: (75) 221-1604
Caixa Postal 338 • CNPJ: 16.260.713/0001-24
CEP: 44.017-170 - Feira de Santana - BA
E-mail: moc.ba@uol.com.br